



Estado do Rio Grande do Sul

PEDRO SIMON

MENSAGEM

À

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

PORTO ALEGRE
1988

G O V E R N O
PEDRO SIMON

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

GOVERNADOR DO ESTADO
Pedro Simon

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO
Sival Guazzelli

CHEFE DA CASA CIVIL
Ladislau Fernando Röhneit

CHEFE DA CASA MILITAR
Sérgio Menuzzi

SECRETÁRIO ESPECIAL PARA ASSUNTOS INTERNACIONAIS
Ricardo Antônio Silva Seitenfus

SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO PARA ASSUNTOS DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Ruy Carlos Ostermann

PROCURADOR—GERAL DA JUSTIÇA
José Sanfelice Neto

PROCURADOR—GERAL DO ESTADO
Manuel André da Rocha

SECRETÁRIO DA JUSTIÇA
Waldir Walter

SECRETÁRIO DA FAZENDA
César Augusto Schirmer

SECRETÁRIO DO INTERIOR, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO E OBRAS PÚBLICAS
Assis Roberto Sanchotene de Souza

SECRETÁRIO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
Jarbas Pires Machado

SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO
Bernardo Olavo de Souza

SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA
Waldir Walter

SECRETÁRIO DE RECURSOS HUMANOS E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
José Francisco Sanchotene Felice

SECRETÁRIO DA SAÚDE E DO MEIO AMBIENTE
Antenor Ferrari

SECRETÁRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Gilberto Mosmann

SECRETÁRIO DOS TRANSPORTES
Adão Dornelles Faraco

SECRETÁRIO DO TRABALHO, AÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA
José Ivo Sartori

SECRETÁRIO DE ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES
Alcides José Saldanha

SECRETÁRIO DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO
Cláudio Francisco Accurso

SUMÁRIO

1	— APRESENTAÇÃO	9
2	— ATUAÇÃO DO SETOR PÚBLICO DO ESTADO	27
	2.1 — EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	29
	2.1.1 — Secretaria da Educação (SE)	31
	2.1.2 — Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural (CODEC)	37
	2.2 — SAÚDE E MEIO AMBIENTE	41
	2.2.1 — Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente (SSMA)	43
	2.3 — SANEAMENTO	47
	2.3.1 — Companhia Riograndense de Saneamento (COR- SAN)	49
	2.3.2 — Sistema Integrado de Tratamento de Efluentes Líquidos (SITEL)	53
	2.4 — TRABALHO, ASSISTÊNCIA E HABITAÇÃO	55
	2.4.1 — Secretaria do Trabalho, Ação Social e Comuni- tária (STASC)	57
	2.4.2 — Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul (COHAB/RS)	59
	2.4.3 — Fundação Sul—Riograndense de Assistência Se- nador Tarso Dutra (FUNDASUL)	60
	2.4.4 — Fundação Estadual do Bem—Estar do Menor (FEBEM)	62
	2.4.5 — Fundação Gaúcha do Trabalho (FGT)	63
	2.5 — SEGURANÇA PÚBLICA	65
	2.5.1 — Secretaria da Segurança Pública (SSP)	67
	2.6 — JUSTIÇA	69
	2.6.1 — Secretaria da Justiça (SJ)	71
	2.7 — MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL	75
	2.7.1 — Procuradoria—Geral da Justiça (PGJ)	77
	2.8 — DEFESA JUDICIAL DO ESTADO	81
	2.8.1 — Procuradoria—Geral do Estado (PGE)	83
	2.9 — AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	87
	2.9.1 — Secretaria da Agricultura e Abastecimento (SAA)	89
	2.9.2 — Empresa Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMA- TER/RS)	94
	2.9.3 — Companhia Estadual de Silos e Armazéns (CE- SA)	96
	2.9.4 — Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul (FZB)	99
	2.9.5 — Instituto Riograndense do Arroz (IRGA)	99
	2.9.6 — Instituto Sul—Riograndense de Carnes (ISRC) ..	102

2.10	—	INDÚSTRIA E COMÉRCIO	103
2.10.1	—	Secretaria da Indústria e Comércio (SIC)	105
2.10.2	—	Açúcar Gaúcho S.A. (AGASA)	109
2.10.3	—	Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul (CEDIC)	110
2.10.4	—	Serviço de Classificação dos Produtos Vegetais (CLAVESUL)	111
2.10.5	—	Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos (CORLAC)	111
2.10.6	—	Central Vitivinícola do Sul S.A. (VINOSUL)	114
2.10.7	—	Produtos Gaúchos S.A. (PROGASA)	114
2.10.8	—	Festa Nacional da Uva, Turismo e Empreendimentos S.A. (FENUVA)	115
2.10.9	—	Conselho Estadual da Indústria da Construção (CEICO)	115
2.11	—	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	117
2.11.1	—	Secretaria Extraordinária para Assuntos de Ciência e Tecnologia	119
2.11.2	—	Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC)	120
2.11.3	—	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS)	123
2.12	—	TURISMO	126
2.12.1	—	Companhia RioGrandense de Turismo (CRTUR)	127
2.13	—	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	128
2.13.1	—	Secretaria da Fazenda (SF)	131
2.14	—	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	136
2.14.1	—	Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL)	137
2.14.2	—	Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul (CEE/RS)	139
2.14.3	—	Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários do Estado do Rio Grande do Sul (DIVERGS)	140
2.14.4	—	Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul (BADESUL)	141
2.14.5	—	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)	142
2.15	—	ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES	145
2.15.1	—	Secretaria de Energia, Minas e Comunicações (SEMC)	147
2.15.2	—	Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE)	148
2.15.3	—	Companhia Riograndense de Telecomunicações	150
2.15.4	—	Conselho Estadual de Mineração (CEM)	150
2.15.5	—	Companhia Riograndense de Mineração (CRM)	151
2.15.6	—	Comissão Estadual de Energia (CENERGS)	152
2.16	—	TRANSPORTES	155
2.16.1	—	Secretaria dos Transportes (ST)	157
2.16.2	—	Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER)	157
2.16.3	—	Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras (CINTEA)	158
2.16.4	—	Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais (DEPRC)	158

2.16.5	— Departamento Aeroviário do Estado (DAE)	159
2.17	— PLANEJAMENTO E ARTICULAÇÃO	161
2.17.1	— Secretaria de Coordenação e Planejamento (SCP)	163
2.17.2	— Fundação de Economia e Estatística “Siefried Emanuel Heuser” (FEE)	166
2.18	— ADMINISTRAÇÃO	171
2.18.1	— Secretaria de Recursos Humanos e Modernização Administrativa (SERHMA)	173
2.18.2	— Companhia Riograndense de Artes Gráficas (CORAG)	174
2.18.3	— Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH)	175
2.19	— PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICO—HOSPITALAR	177
2.19.1	— Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS)	178
2.20	— PROCESSAMENTO DE DADOS	183
2.20.1	— Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS)	185
2.21	— DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO E OBRAS PÚBLICAS	187
2.21.1	— Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas (SDO)	189
2.21.2	— Fundação Metropolitana de Planejamento (METROPLAN)	191
2.22	— GABINETE DO GOVERNADOR	193
2.22.1	— Casa Civil	195
2.22.2	— Casa Militar / Coordenadoria Estadual de Defesa Civil	196
2.22.3	— Conselho de Apoio a Ações Comunitárias (CAAC)	197
2.22.4	— Assessoria de Comunicação Social	198
2.22.5	— Conselho Estadual de Política Social	200
2.22.6	— Secretaria Especial para Assuntos Internacionais (SEAI)	201

1 — APRESENTAÇÃO

Of. GG/nº 101/88

Senhor Presidente.

É uma grande honra voltar a essa Casa um ano após à minha investidura no Governo do Estado para, no cumprimento do artigo 66, inciso XIV, da Constituição do Estado, prestar contas da gestão transcorrida e delinear medidas para o período que segue. Destaque-se desde logo a importância impessoal do ato num país tão cheio de descontinuidades institucionais e que até por isso, quando vigente a prática da vida democrática, todas as tensões dos antagonismos não superados se fazem sentir com toda sua veemência, povoando seus órgãos de representação. Feliz da nação que logra canalizar para seus institutos de decisão livremente organizados as pugnas sociais permanentes, em lugar de seu equacionamento no campo aberto dos confrontos sem regras e sem medidas. Dentro desse entendimento superior de harmonia entre os Poderes, mais do que pela imperiosidade da lei, é que apresento esta Mensagem, não só para seu compartilhamento entre todos os responsáveis pela coisa pública, como para um chamamento geral frente aos problemas que são de todos. A iniciativa de enfrentá-los não significa necessariamente a possibilidade de submetê-los, o que reclama de todos nós a sensibilidade para entender que a harmonia é mais do que uma forma de conviver, para se tornar um modo de amalgamar forças que convirjam a objetivos comuns.

A conjuntura — É preciso repisar o contexto em que a nova Administração se instala, para que se restaurem as condições dadas a sua operacionalização e se possa avaliar corretamente os esforços e seus resultados. Do ponto de vista da economia brasileira, 1987 foi com toda certeza dos piores anos desde 1930. Neste último meio século não se teve nenhum momento comparável, onde o elevadíssimo índice inflacionário revela apenas a perda de domínio sobre as variáveis econômicas fundamentais. Por certo são conhecidos anos de menor taxa de crescimento, de maior desemprego e de grande desequilíbrio nas contas externas. Porém, a forte desaceleração da economia após dois anos de grande dinamismo; o volume de recursos exigido para o atendimento da dívida externa; o déficit público sem precedentes; a contração do salário real; a queda nas vendas e nos investimentos; a altíssima taxa de juros; e, finalmente, a inflação sobre um nível incomum entre nós e ainda por cima com tendência ascendente formam um quadro absolutamente singular em nossa história recente. A singularidade reside também no fato de que o ano crítico de 1929 abriu espaço para o surgimento de uma nova sociedade, dando passo da sociedade primária-exportadora à sociedade urbano-industrial. A crise atual talvez traga em seu

A Sua Excelência o Senhor
 Deputado **ALGIR LORENZON**
 DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado
 Palácio Farroupilha
 Nesta Capital

bojo o embrião de uma nova sociedade, modelada pela revolução industrial em plena marcha. Porém essa possibilidade pode ser intermediada por longos anos de adaptações em múltiplas frentes, dificultando a retomada dos anos de normalidade. Nos anos 30 a reconversão brasileira foi rápida, porque se tratava de incorporar uma fronteira tecnológica já conhecida. Agora, trata-se de produzir a nova fronteira e descobrir caminhos que os próprios países desenvolvidos estão procurando.

O Rio Grande do Sul estava imerso nessa conjuntura com peculiaridades bem próprias de seu acontecer. O ano de 1987 registra uma expansão de apenas 0,8% para a economia gaúcha contra os próximos de 3% da economia brasileira. Repete-se assim uma vez mais o fato de as desacelerações serem mais acentuadas no Rio Grande do Sul em contraste com os períodos de dinamismo, quando suas taxas são sempre maiores. Com *pondo esse baixo rendimento global tem-se a indústria gaúcha com uma taxa de -0,9%* enquanto a brasileira assinala 0,5%; os serviços, com expressiva queda de 3,2% ao lado do setor nacional com 3,6%; e abrindo exceção, nota-se a agricultura com excelente comportamento de uma taxa de 33% em comparação com a nacional que não passou dos 13%. A taxa rio-grandense traduz antes de tudo a recuperação dos efeitos danosos do ano de 1986 que levou a agricultura para uma taxa negativa de 27,7%. Não obstante a recuperação de seu Produto, as relações de troca entre o setor primário e os demais lhe foram francamente desfavoráveis, afetando substancialmente sua taxa de lucro, sua liquidez e sua renda. Dessa forma, o Rio Grande do Sul teve um ano péssimo, porque ao que *não logrou produzir pelas condições gerais da economia teve acrescido o que perdeu por força de seus intercâmbios comerciais.*

Nessa conjuntura se insere a problemática fiscal do Estado, obviamente agravada pelo quadro econômico. Sob suas formas imediatas repercute a crise no Tesouro do Estado. A desaceleração da economia encolhe a base tributária, diminuindo os recursos previstos para a Administração; a inflação tende a elevar o grau de sonegação pela necessidade de maior irrigação financeira frente aos custos crescentes e ao custo do dinheiro; por seu turno, com dificuldades generalizadas a inadimplência fiscal se eleva. Como as *necessidades de gasto não caem, ao contrário, sobem como forma compensatória da recessão,* cria-se a imperiosidade de lançar mão de recursos de terceiros para financiar a despesa pública, o que termina por dramatizar toda a gestão financeira. O orçamento votado para 1987 tinha um déficit de 16,6 bilhões de cruzados, equivalendo a 38% do gasto projetado.

Coloque-se sobre o quadro econômico e fiscal a situação social como um todo, mas, particularmente, a do funcionalismo e obter-se-á a justa dimensão dos obstáculos encontrados no deslanche da nova Administração. Com a defasagem geral dos salários; com vantagens concedidas em ano anterior, porém com seus pagamentos deslocados para 1987; e, ainda, com desníveis salariais injustos, abarcando um grande número de servidores dos primeiros padrões, criou-se um movimento reivindicatório já nos primeiros dias de Governo em contraste direto com a asfixiante situação das finanças do Estado. O ano de 1986 constitui cristalino exemplo dessa perversa herança, quando, em plena vigência do Plano Cruzado, apesar de o ICM ter tido um aumento real de 24% o salário do funcionalismo foi reduzido a 54% de seu valor real. Assim mesmo, a folha representava 117% do ICM líquido.

Além disso, começava-se com uma dívida de 110 bilhões de cruzados, cujo perfil se concentrava no curto prazo, sendo que 60% de seu valor estava vencido ou a vencer durante o primeiro ano de governo. Na administração indireta, a insuficiência de caixa somava 31,5 bilhões de cruzados. Somente no que se refere à administração vinculada ao Tesouro a relação entre o serviço da dívida e os recursos próprios atingia 52%, junto de uma evolução que vinha de 75% em 1985, e de 31% no ano excepcional de 1986. Esses

eram encargos a serem atendidos como a maior presteza sob pena de comprometer-se não só o fluxo de financiamento do setor público, como as próprias instituições financeiras do Estado envolvidas com o mesmo.

Outra forma de pressão sobre o Tesouro constituíram os débitos dos fornecedores de bens e serviços, cujo não-atendimento punha em risco serviços essenciais, como é o caso dos menores e dos apenados. Um grande número de obras iniciadas em anos anteriores, não pagas, segundo seus cronogramas ou com vencimentos deliberadamente fixados para a nova Administração, encerrava não só exigências de grandes somas como, face ao quadro econômico geral, implicava riscos de sobrevivência de empresas importantes no cenário gaúcho, sobretudo aquelas de médio e pequeno porte. A dívida com as prefeituras e fornecedores atingia 7,6 bilhões de cruzados, correspondente a nada menos que cinco arrecadações mensais à época.

O Governo que se instala em março começa sob o impasse de uma conjuntura sem nenhum traço positivo, adversa em todos os aspectos e com um aparato administrativo em crise, imóvel, cético, de baixíssimo rendimento. Outrossim, os investimentos, que ao longo dos anos deixaram de ser feitos nas diversas funções a cargo do Governo cobravam seu preço sob a forma de carências palpáveis e de estrangulamentos visíveis. Em nenhum momento da história administrativa do Estado os graus de rigidez foram tantos e tão poucos foram os meios financeiros, humanos e administrativos para vencê-los.

Estratégia de ação — O Governo se instala com um plano de ação amplo, cobrindo todas as atividades públicas, definindo suas prioridades no campo econômico, com investimentos programados para todo seu período de gestão e com um diagnóstico muito claro do setor público estadual. Todas suas energias se voltam para pô-lo em execução, porque esse é seu compromisso, seu interesse e sua determinação. Pô-lo em execução, contudo, implica superar a conjuntura e vencer os obstáculos mais imediatos, não como a um fim em si mesmo, senão como ações para um realinhamento de relações que restabeleça a capacidade de decidir do Governo e, por seu intermédio, a escolha de novos caminhos na alocação de recursos.

Para o logro dessa ruptura com o imobilismo foi preparada uma bateria de iniciativas em diversos campos, de modo que sua convergência produzisse os resultados esperados por todos. A velocidade com que se concretiza cada uma delas está em função do maior ou menor conhecimento das peculiaridades de cada situação a ser modificada, do balanço custo-benefício de cada alternativa, do acolhimento social às medidas postas em marcha e dos recursos de outras esferas do poder ou de instituições fora da jurisdição do Governo estadual. Isso significa que a estratégia de ataque por mais clara que seja tem seu tempo de maturação, nem sempre sob controle do Governo.

Do ponto de vista administrativo, as ações propostas estavam assim catalogadas:

- a) reorganização por superposições de funções e simplificações de estruturas densas e onerosas;
- b) extinção de órgãos;
- c) privatização de atividades estranhas ao interesse público;
- d) substancial redução dos custos com pessoal através de dispensas, remanejamento, treinamento e eliminação de privilégios de qualquer natureza;
- e) novo plano de carreira eliminando-se disparidades e aberrações de toda ordem;
- f) revisão de vantagens financeiramente insustentáveis e socialmente injustas;

- g) aumento do tempo de serviço de algumas categorias funcionais por estar em inteira desproporção com a produtividade média e expectativa de vida da população, e ainda por não consultar o interesse da administração pública.

Quanto ao financiamento do setor público e ordenamento do gasto dentro de outra concepção, ficaram estabelecidas as seguintes medidas:

- a) *revisão das isenções e estímulos fiscais concedidos no passado;*
- b) *redução substancial da sonegação;*
- c) *cobrança da dívida ativa;*
- d) *atualização das tarifas;*
- e) *eliminação de subsídios;*
- f) *busca de um novo perfil da dívida, ajustando-o à capacidade de pagamento do Estado;*
- g) *mobilização de recursos de terceiros com finalidades, custos e prazos compatíveis com as condições gerais da administração;*
- h) *política da caixa única;*
- i) *rígido controle nos gastos correntes;*
- j) *restabelecimento do coeficiente de poupança do Estado;*
- l) *fixação de uma composição do gasto onde os investimentos tenham papel crescente;*
- m) *perseguição de uma estrutura de gastos em que se priorizem as carências sociais; conservação do solo e meio ambiente; melhoria da qualidade de vida urbana; formação de quadros e qualificação dos recursos humanos; ciência e tecnologia.*

Foram essas as propostas arroladas para romper as amarrações a que estava o Estado submetido. Contudo, era importante vê-lo em suas articulações com a sociedade, em suas interdependências com a base econômica, em sua capacidade de gerar estímulos e de superar obstáculos, enfim, de equacioná-lo como ente alinhado com determinado estilo de desenvolvimento e com determinadas práticas de valores sociais. Por isso foi aberto na estratégia de ação governamental um amplo espectro de articulações com a atividade empresarial, com a comunidade e com outras esferas de poder, destacando-se de modo muito especial as prefeituras com vistas à descentralização administrativa.

Na área econômica foi entendido que a habilitação da economia gaúcha aos ramos siderúrgico e petroquímico era fundamental para ampliar sua base econômica e para que o Estado participasse dos grandes investimentos que o Brasil fará nesses setores. Ao mesmo tempo, nas indústrias que compõem a vanguarda tecnológica já em cristalização, o Rio Grande do Sul deveria mover-se para expandir os segmentos já existentes, facilitando o abrigo de novas unidades produtivas. De outro lado, a ampla capacidade industrial vinculada às matérias-primas locais, que fizeram a industrialização rio-grandense, reclamavam ganhos substanciais de produtividade, a começar pela própria atividade primária, de modo que ambas suportem competitividade não só com as áreas da nova fronteira brasileira, como com as empresas que surgirão já equipadas com processos de maior eficiência. Destaque mereceu a questão florestal, não só por seus aspectos de preservação do meio ambiente e de fonte energética, mas por seu papel de sustentação de um grande complexo industrial baseado na madeira. A amplitude das ações propostas incluía mais a instalação de uma montadora de veículos, das inovações nos ramos metal-mecânicos e a terceira geração de petroquímicos.

A idéia central da estratégia no setor agrícola foi a de lograr avanços significativos no uso do solo, fazendo-o através da diversificação da oferta, ênfase à pequena e média propriedade, menor dependência de produtos importados e de práticas defensivas e de emprego de insumos menos nocivos, de menor custo e de domínio local mais acentuado.

Incluíram-se nessa estratégia como peças essenciais tanto a reforma agrária como a questão do abastecimento.

Os meios para concretizar as articulações com a área econômica começam com decisões a nível da União a respeito de localizações, escalas, processos, agentes e recursos e passam por uma ampla mobilização da atividade empresarial e da elaboração de projetos e pelas instituições públicas e privadas que se ocupam da produção científica, tecnológica e da sua extensão.

As articulações com a comunidade e com os poderes municipais foram pensadas em termos de descentralização administrativa, municipalização de serviços estaduais e de participação social orgânica e permanente no processo político-decisório com vistas à maior agilidade da Administração, ao mesmo tempo conferindo-lhe maior comprometimento com as prioridades locais. Para tanto se faz necessária a inserção nas práticas administrativas de uma visão regional onde o orçamento, os programas e o uso dos instrumentos sejam considerados em suas relações com o espaço e com os interesses aí localizados. É preciso reafirmar que o processo de participação embasará a mobilização social dinamizadora e desenvolvimentista, sem a qual nenhum governo conseguirá escapar da sua torre de marfim.

Finalmente, para instrumentar o Estado em seu desempenho frente às tarefas deste final de século é que o planejamento se impôs na estratégia de ação. É preciso compreender ser impossível um gerenciamento razoável de tantas ações sem que estejam submetidas a um ordenamento previamente estabelecido. Para tanto se faz imperiosa a criação de um sistema, envolvendo todas as agências públicas, pelo qual a alocação de recursos assumam formas que correspondam a uma racionalidade superior. Como instrumento de planejamento deve ser vista a elaboração de projetos, pela qual se introduza na administração pública o hábito de cercar o investimento de todos os cuidados e de indicadores que permitam sua correta avaliação.

Recuperação financeira — A estratégia de ação posta em marcha começa a produzir seus primeiros resultados. A recuperação financeira plena ainda vai demorar algum tempo, posto que o desequilíbrio é resultante de longo período de tolerância e negligência no trato do gasto público e de seu financiamento. O primeiro sinal positivo já se dá pela execução do orçamento de 1987, pois de um sinistro déficit de 27% da receita se chegou ao final com igualdade entre os recursos próprios (sem operações de crédito) e gastos efetuados (sem o serviço da dívida), ou seja, com absoluto equilíbrio no orçamento operacional. O significado desse resultado pode ser realçado comparando-se o que foi a execução dos orçamentos operacionais nos últimos anos, medindo-se o déficit sobre as receitas: 1983-18,6%; 1984-17,3%; 1985-10,1%; 1986-7,4%, mesmo levando em conta a excepcional irrigação de recursos recebida pelo Tesouro do Estado.

É preciso ter em conta que, em razão da conjuntura, os tributos estaduais apresentam arrecadação real inferior à do ano anterior: ICM, -18,1%; ITBI, -22%; e IPVA, -3,0%, totalizando uma queda de 17,7% em seu conjunto.

Entre o orçamento votado e o realizado há um aumento de recursos próprios da ordem de 141%, enquanto o rigoroso controle sobre os gastos correntes, exceto com pessoal, cujo incremento foi de cerca de 189%, restringe sua expansão a 92%. Obviamente esse resultado já é consequência de uma rígida disciplina na gestão financeira e de uma deliberada atuação sobre as variáveis selecionadas. Sem a neutralização do déficit operacional não haveria como equacionar nem a iliquidez do Tesouro, nem a dependência estranguladora da dívida, uma vez que nesse déficit residia a causa mais imediata de todo o desarranjo de curto prazo. Felizmente essa batalha já foi ganha, o que permite olhar o futuro com menor apreensão.

Em outras frentes se desenvolvem esforços de igual magnitude, como é o caso do logro de uma maior arrecadação. Estima-se em 54% a erosão na arrecadação tributária do Estado, quer pelas isenções e benefícios fiscais, quer pela sonegação. Somente pelas isenções perder-se-ia cerca de 26 bilhões de cruzados, sendo que a sonegação chegaria no mínimo à casa dos 30% do ICM. A mobilização levada a efeito pelo Rio Grande do Sul junto aos Secretários da Fazenda e junto ao CONFAZ redundou em revisões, cuja repercussão positiva nas receitas do Estado é estimada em 300 milhões de cruzados mensais, a partir de novembro.

A Dívida Ativa do Estado sobe a 13,6 bilhões de cruzados, dos quais foram arrecadados apenas 3,6%. Em razão disso foi tomada uma série de medidas para o mais pronto recebimento desses créditos. A primeira foi a de encaminhar à cobrança judicial um volume de 11,3 bilhões de cruzados, ou seja, o equivalente a 83% de seu total, representando um universo de 19.293 débitos. Uma ação intensificada de cobrança a partir de outubro em Porto Alegre, Novo Hamburgo, Pelotas e Taquara redundou num aumento de arrecadação mensal da ordem de 34%. Dentro ainda das medidas na área administrativa, o Poder Executivo encaminhou ao Legislativo três projetos de lei propondo ampla reformulação em procedimentos tributários visando mais eficiência na constituição e cobrança dos créditos. O primeiro se refere à criação de uma Câmara de Julgamento junto ao Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais; o segundo é sobre dações em pagamento de débitos fiscais; o terceiro é dirigido à correção monetária relativa a créditos contraídos durante o Plano Cruzado.

O aperfeiçoamento dos mecanismos destinados a dar fluidez nas relações entre contribuinte e Estado não se cinge apenas ao imediatismo da arrecadação. Deve considerar também a simplificação dos procedimentos e a comodidade de quem paga. Dentro dessa preocupação figura a remodelação do IPVA, com a simplificação da tabela; com a fixação dos valores nominais; com a mudança do valor de veículos novos; com a isenção de determinadas categorias e com o tributo relacionado ao valor do veículo em lugar de sua potência.

A questão financeira também tem que ver com os débitos do Estado e controle de suas despesas, porque os atrasos e inadimplências terminam por introduzir nas relações com terceiros um grau infinito de incerteza que para uns e outros redundam em maiores custos. Uma preocupação fundamental da Administração instalada em 1987 foi a de regularizar as transferências tributárias aos municípios que estavam atrasadas em até seis meses. Já no mês de maio as transferências foram atualizadas e colocadas rigorosamente em dia. Junto com essa atualização se ajustaram as estimativas de arrecadação, terminando por aumentar as parcelas mensais em 79%.

O Governo, em que pese toda a precariedade da situação encontrada, colocou em dia 7,6 bilhões de cruzados de compromissos vencidos com prefeituras, fornecedores, proprietários de imóveis alugados, empreiteiras. O prazo médio de pagamento que ultrapassava os 120 dias foi reduzido para 30 dias a partir da fase de liquidação. Ficou restaurada a credibilidade perdida no setor público estadual.

Uma nova política de compras, que começa pela anulação de licitações com preços superiores aos de mercado, passa pela substituição de fornecedores com sobrepreços e unifica o cadastro de fornecedores tanto da administração direta como da indireta, resultou em apreciável economia aos cofres públicos.

Foi dado um decisivo passo no controle das entidades da administração indireta, rompendo-se com a triste herança de sua autonomia e de predomínio de suas postulações

corporativas à margem do Governo. Foram unificados os calendários de pagamento de suas folhas; implantado o demonstrativo do fluxo de caixa mensal que permite o acompanhamento das receitas, despesas e resultados operacionais e financeiros; o controle da gestão do endividamento e dos gastos com investimentos, além de estar sendo ultimada a implantação do orçamento empresarial que possibilitará o acompanhamento da programação físico-financeira das sete maiores entidades da administração indireta.

Se o equilíbrio no orçamento operacional foi um fato importante para a recuperação das finanças públicas, outros, não menores, vêm ao encontro da estratégia estabelecida e concorrem igualmente para colocar o Estado numa outra rota de desempenho. Trata-se da reconquista de seu coeficiente de poupança e da geração de recursos próprios para levar avante seus investimentos. Examinando-se a execução orçamentária de 1985 e 1986, vê-se que para os investimentos realizados concorreram em 73% e em 64%, respectivamente recursos, de terceiros. No orçamento votado para 1987, esta dependência subia a 100%. Graças à política financeira da nova Administração de contenção dos gastos correntes, apenas 22% de recursos de terceiros contribuíram para financiar os investimentos. Em termos operacionais, isso significou passar de um coeficiente de poupança de 2,0% em 1985 e de 3,0% em 1986 para 5,7% em 1987, o que assume maior realce quando no orçamento votado esse percentual era de zero, ou seja, os investimentos seriam financiados inteiramente com empréstimos. Muito longe se está do ideal, alcançável só quando os recursos próprios puderem cobrir os gastos correntes, os investimentos, a amortização dos empréstimos e o custo da dívida. Porém, não deixa de ser auspicioso o registro de que no ano de 1987 se rompe a tendência de desaparecimento dos excedentes públicos. Retoma-se uma situação perdida ao longo dos anos.

Finalmente, a questão da dívida pública. O desafio imediato era mudar o seu perfil, pois das exigibilidades de curto prazo redundava verdadeiro bloqueio de gestão. Tudo marchava para um impasse. O maior e melhor esforço do Governo foi concentrado nesse item. Um incansável trabalho junto à União, Banco do Brasil, BNDES, Congresso Nacional, bancos privados, fornecedores e órgãos internacionais passou a se constituir no cotidiano da administração financeira. Entre antecipações de receitas, rolagens das dívidas interna e externa, aporte a fundo perdido, suprimentos de recursos, refinanciamentos de dívidas e emissões de obrigações e letras foram acordadas cerca de 15 operações distintas, envolvendo modalidades, prazos e custos diferenciados e abrangendo um volume de cerca de 40 bilhões de cruzados. Além delas se acham em andamento mais 7 operações, provavelmente com um montante da ordem de 50 bilhões de cruzados. Graças a esse labor foi logrado algum alívio de curto prazo e diminuídos os custos da dívida, embora seu montante continue elevado.

O enunciado de todas essas medidas visa a catalogar o trabalho desenvolvido pelo Governo nesse primeiro ano de administração, pondo em evidência as várias frentes de ataque numa área cujos problemas são de tal envergadura que sua superação passa a ser vital para o seu próprio exercício.

A questão administrativa — A disfuncionalidade da máquina pública é tão evidente que o encaminhamento de ações para sua superação se impõe por si. É mister vencer seu anacronismo, seus métodos de trabalho, suas ineficiências, seus ritmos, suas razões corporativas, enfim, tudo que a impede de ser uma organização moderna e instrumento hábil na transformação de uma sociedade mais justa e mais equânime.

As primeiras medidas do Governo se ativeram à dispensa de parte da força de trabalho em postos claramente desnecessários e juridicamente permissíveis. O empreguismo e a falta de concursos que selecionassem os recursos humanos de forma adequada exigem um

profundo e total exame das necessidades nas diversas funções e das disponibilidades nas diversas agências. O Governo proibiu desde os primeiros dias todo e qualquer tipo de contratação de novos quadros, até para que as carências constatadas pelos novos administradores não fossem supridas por aumento da força de trabalho. Pretendeu-se, assim, dar o máximo de aproveitamento aos que já estavam e frear qualquer elevação nos custos de pessoal.

Embora o reclamo social generalizado por dispensa maciça, o Governo preferiu um caminho de extrema cautela no trato do assunto. Em lugar de gestos estrepitosos de desemprego em massa, optou por tratamento sério e sistemático sobre a variável ocupacional. Sua grande limitante era o desconhecimento da realidade face à precariedade dos registros e à ambigüidade da informação. Impuseram-se, por isso, duas medidas básicas: o censo do funcionalismo em geral e o levantamento do quadro por escola no que se refere ao magistério. Somente a partir de um balanço dessa natureza, onde o quantitativo e o qualitativo apareceriam de forma objetiva, haveria base empírica idônea para levar avante uma política de pessoal conseqüente. Ao final do ano de 1987, esses dois levantamentos foram concluídos, o que significa dizer já dispor o Governo de elementos de juízo para desencadear um trabalho fecundo nesse campo. A dispensa de quadros, o reaproveitamento de alguns, a reclassificação de outros e a abertura de concursos, particularmente na área do magistério, integram um elenco de medidas a serem tomadas com vistas aos objetivos de modernização da máquina pública.

As sucessivas revisões das diferenças entre os quadros de carreira da administração direta e indireta vêm permitindo um conhecimento mais amplo da complexa realidade funcional e oferecendo elementos de juízo para a organização de um quadro único no Estado. O censo era também elemento indispensável pelas informações que contém, facultando, agora, a aceleração dos trabalhos nessa direção.

O exame das vantagens de toda ordem atribuídas ao funcionalismo, configurando muitas delas privilégios injustificáveis, está em pleno curso, estudando-se a adoção de medidas legais e administrativas para corrigir as distorções existentes. A fixação de um teto máximo e de um piso mínimo já faz parte das mudanças a serem introduzidas, não só dentro de um conceito de justiça social como também de diferenças de produtividade possíveis entre os diversos ofícios e as diversas qualificações.

Quanto à reorganização dos vários segmentos administrativos, 1987 marca os primeiros passos nesse caminho. Estudos já concluídos embasaram decisões do Governo no sentido da incorporação de quatro subsidiárias à CORLAC — Porto Alegre, assim como a transferência de controle acionário das seguintes empresas estatais: Festa Nacional da Uva, Turismo e Empreendimentos S.A. (FENUVA); Central Vitivinícola do Sul S.A. (VINOSUL); Armazéns Gerais e Entrepósitos Aduaneiros de Uruguaiana S.A. (AGEUSA); Produtos Gaúchos S.A. (PROGASA). A CLAVESUL é extinta e incorporadas suas funções à EMATER. Dos órgãos da administração direta, a Secretaria da Agricultura e Abastecimento é o que está passando por uma mudança estrutural de maior profundidade, com a criação das Casas da Agricultura como centrais de serviços, submetidas a uma coordenação unitária e imediata. As várias frentes de estudos sobre a reorganização do Estado têm a missão de acelerar suas conclusões, para que o mais cedo possível se disponha de elementos conclusivos para decisões a respeito. Nessas frentes está incluída a descentralização e regionalização das atividades públicas e cuja implantação terá início já no presente exercício.

O problema salarial — Merece destaque a questão dos salários, posto que desde os primeiros dias de governo ela vem ocupando tempo e atenção muito acima do adequado em

relação a todos os demais problemas que afetam o setor público. A nova administração se instala com uma greve generalizada e longa, com serviços públicos essenciais paralisados, subtraindo da população um atendimento costumeiro e uma oferta que compunha sua própria cesta de consumo. Essa subtração representa na prática uma redução do salário real de seus beneficiários, o que, por si só, assume caráter social de grande envergadura. As dificuldades para um acordo não residiam na indiferença do Governo à demanda dos funcionários, pois sempre foi proclamada a inteira procedência da mesma. Desde logo não era possível admitir encargos maiores do que as possibilidades de atendê-los, o que colocou a questão num verdadeiro impasse. Qual a origem de tudo? Simplesmente no fato de os salários dos servidores terem entrado o ano de 1987 apreciavelmente reduzidos.

Apesar do Plano Cruzado, houve um resíduo inflacionário no ano de 1986, acrescido ainda mais pelos dois primeiros meses de 1987, cuja reposição salarial passou a integrar a demanda dos funcionários.

É nessas condições que o Governo recebe sua força de trabalho e é na conjuntura econômica mais grave desde os anos 30 que deve equacionar os encaminhamentos possíveis.

Qual é o fio condutor que orientou as correções no período da nova Administração? Fundamentalmente o de sustentar o poder de compra dos assalariados dentro do quadro de adversidades em que se encontrava. Em última análise, o de não permitir que o salário real continuasse na degradação a que estava exposto, numa deliberada tentativa de defendê-lo de uma inflação com claros sintomas de aceleração. A inflação, que apresentava uma taxa de 7% em dezembro, em março já era de 14% para, três meses depois, em junho, registrar 26%.

A variação do Índice de Preços ao Consumidor (usado oficialmente para correção monetária) entre março e dezembro foi de 144,58%, enquanto a variação do salário do funcionalismo foi de 177,83% e a do magistério, de 204,48%. Os gastos com a folha de pagamento, contudo, sobem 223,42%, refletindo também seu incremento vegetativo e vantagens diversas.

Esta política não recuperou o poder de compra perdido nos meses anteriores à instalação do Governo, o que evidentemente não contentou os servidores nem o próprio Governo, porque este tem consciência clara de que era de inteira justiça a recuperação dos níveis perdidos. Entretanto, não poderia praticar a mesma insensatez da administração anterior que primeiro reduz salário em plena economia em expansão e com ganhos reais em sua arrecadação para, posteriormente, outorgar vantagens insustentáveis, cujos pagamentos ficaram a cargo do novo Governo. Os que entendiam que a não-concessão de maiores salários decorria de uma posição caprichosa do Governo é bom que tenham presente a situação de que a folha de pagamento do ano de 1987 cresceu 239%, contra 246% do ICM. O maior tributo estadual cresce apenas 3% a mais do que a folha, o que põe em evidência a ausência de graus de liberdade para o exercício de uma política de salários mais liberal.

Acima dos desejos e doutrinas está a realidade, submetendo tudo e todos aos seus próprios constrangimentos. Numa economia de mercado, independente de vontades, terminam se impondo um salário de prosperidade e um salário de crise. A crença de que o setor público estava imune a essas variações não encontra correspondência nos fatos, pondo por terra de uma vez por todas as ilusões a respeito. A capacidade de pagamento do Estado guarda relação direta com as flutuações econômicas, sendo por isso mesmo inevitáveis os ajustes também em termos de seus fatores de produção. O Estado, ao tentar ignorar essa relação e dentro de uma visão descomprometida com os fatos, procurou sair

pela linha do endividamento, até para sustentar seus gastos correntes. Por aí não há mais saída possível.

Enquanto não reverter a situação econômica, parece evidente não existir condições objetivas para implantar qualquer política ambiciosa em termos de recuperação salarial aos níveis de 1986. Os dados citados anteriormente sobre a evolução da folha de pagamento e a evolução do ICM servem antes de mais nada de advertência. O objetivo mais imediato, dentro da atual conjuntura, é não deixar agravar a perda do poder de compra, o que só pode ser logrado se houver sustentação nas receitas públicas. Dentro desses estreitos limites, contudo, o Governo vem tentando minimizar a sorte dos que ganham menos, estabelecendo um piso acima do salário mínimo e um teto aos vencimentos superiores, dentro de uma concepção por maior aproximação entre os extremos e de evitar vencimentos que nada têm a ver com produtividade e eficiência. Os momentos de conjuntura negativa são penosos para todos, porém muito mais para os que ganham menos. O piso salarial bem acima do salário mínimo é uma tentativa de assegurar aos menos remunerados condições não tão aviltantes de vida.

Outrossim, os padrões mais baixos receberam aumentos proporcionais sempre superiores como, por exemplo, o padrão 1 do Quadro Geral que chegou a 367%. Considerando os aumentos já concedidos, esse mesmo padrão teve, de março a janeiro, incrementos que vão de 550 a 608%, numa inequívoca demonstração de privilegiamento dos mais desfavorecidos.

Deve ser registrado, também, que essa mesma preocupação foi estendida aos pensionistas do IPE, cujas remunerações minúsculas eram um verdadeiro escárnio aos seus dependentes. As pensões de quinhentos, oitocentos e mil cruzados desapareceram para dar lugar a um mínimo de 4 mil e 600 cruzados com reajustes automáticos. Além disso, também foi conferido aos pensionistas o benefício do décimo terceiro salário.

Os limites para quaisquer vantagens são muito grandes, porém não o suficiente para impedir que o Governo imprima sua filosofia social no seu cotidiano. Há críticas contra a queda no poder aquisitivo do assalariado público. Entretanto, o Governo contribuiu para ela, na medida em que herdou uma situação de verdadeira calamidade, nem a agravou face à manutenção do poder de compra de março a dezembro. Há plena compreensão para esse equilíbrio precário, porque no fundo ele não resguarda a perda de renda diária e sequer assegura o retorno do poder de compra ao pico em que já esteve em anos anteriores. Esse é um fenômeno geral e não algo localizado, passível de reparos isolados. O Estado do Rio Grande do Sul não dispõe de quaisquer circunstâncias particulares que o privilegiem e o capacitem a se defender da mesma erosão, o que, desde logo, circunscreve sua responsabilidade aos instrumentos e recursos que lhe estão ao alcance.

Nova base econômica — Cumprindo sua estratégia, a prioridade em 1987 foi dada aos setores cujas decisões federais estavam prestes a acontecer, selando a médio e longo prazo as oportunidades de investimento. Esses setores eram o petroquímico, e o siderúrgico. Mesmo antes da posse, o Governo já tinha preparado sua manifestação junto ao Presidente da República e ao Ministro da Indústria e Comércio, externando suas demandas no que tange ao Pólo Petroquímico e à siderurgia gaúcha. Em janeiro, o Governo Federal já tinha em mãos o programa de utilização equilibrada das matérias-primas produzidas pela COPEL, bem como o do desenvolvimento do parque petroquímico do Estado. A primeira conquista objetiva foi a decisão de desgargar a COPEL, aumentando a disponibilidade de petroquímicos básicos com um investimento de cerca de 33 milhões de dólares e com uma maturação prevista para janeiro de 1989. Essa expansão da oferta de matéria-prima permitiu a decisão sobre novos projetos, nesta altura já aprovados pelo

CDI. Estes projetos são da Petroflex, PPH, Oxiteno, Elekeiroz e Polisul. Como as quantidades exigidas pelas empresas interessadas são maiores do que a disponibilidade de matéria-prima, como no caso do Eteno, e desbalanceadas em termos de aproveitamento, como no caso do Benzeno, é necessária uma condução judiciosa sobre o aproveitamento dos excedentes atuais para maximizar os resultados possíveis. Por isso, todo esforço está sendo dirigido para obtenção das seguintes unidades previstas no Plano Nacional Petroquímico 1987-95: MVC/PVC — 180.000 t/ano; Etileno — 125.000 t/ano; e Fenol/Acetona — 80.000/49.000 t/ano. Com esses três projetos praticamente o III Pólo Petroquímico fica inteiramente ocupado. A próxima etapa será a da expansão da capacidade instalada da Central até o nível de 60%, baseada no investimento seguramente menor do que uma terça parte daquele necessário para implantar um pólo inteiramente novo. O Rio Grande do Sul passa a ser a opção mais rápida e mais barata para aumentar a oferta de petroquímicos no País.

Integrada à questão do Pólo Petroquímico está a ampliação da Refinaria Alberto Pasqualini, autorizada em 1973 e após marchas e contramarchas, suspensa em 1983. Hoje ela apresenta um déficit significativo em relação ao mercado, especialmente a nafta para a petroquímica, menos de 40%, e óleo diesel, cujo déficit pode chegar a 49% em 1995. Todo o empenho durante o ano de 1987, devendo se estender em 1988, é:

a) de imediato, a aprovação da completação da Unidade de Destilação Atmosférica (U-50), com a capacidade adicional de 18.000 m³/a, com um custo estimado de US\$ 35 milhões e um prazo de implantação de cerca de 28 meses;

b) a médio prazo, aprovação de novas unidades complementares, com um orçamento aproximado de US\$ 250 milhões, com capacidade de adequar a oferta ao mercado da próxima década.

Para a siderurgia também, desde janeiro, encontra-se em poder dos órgãos federais o programa estadual, sintetizado em:

a) saneamento financeiro da Aços Finos Piratini;

b) elevação de sua capacidade de produção em 350.000 t/ano de aço líquido a 300.000 t/ano de produtos acabados, num investimento de US\$ 264,45 milhões, resultando uma relação de US\$ 881 t/ano;

c) instalação de uma usina integrada de aços planos de 1 milhão de toneladas, contemplando chapas e bobinas finas a frio, chapas grossas, chapas e bobinas finas a quente e chapas e bobinas revestidas. Os estudos em andamento e o permanente contato com os órgãos federais e com grupos privados autorizam a pensar que o Rio Grande do Sul, dentro de mais algum tempo, terá a seu favor as decisões e os investimentos que concretizem seu pólo siderúrgico.

As ações concentradas nesses campos não têm impedido que outras atividades estejam contempladas pelas diversas agências públicas, particularmente, seus bancos de desenvolvimento. O reflorestamento e a indústria da celulose, os gêneros industriais da nova fronteira tecnológica, o gás e a economia de fronteira, bem como outros segmentos produtivos, estão submetidos a estudos por grupos técnicos, de modo que revelem novas oportunidades de investimento na economia gaúcha. Para isso, também, o Estado vem aprimorando seus instrumentos de atrativos e de acolhimento empresarial, facilitando decisões e contribuindo para acelerar o aproveitamento das oportunidades existentes, tal como o fez pela criação do SEADAP — Sistema Estadual de Atração e Desenvolvimento de Atividades Produtivas — e pela remodelação do FUNDOPEM.

Inserção internacional — O ano de 1987 foi intenso de relacionamento com a Argentina e Uruguai, numa demonstração inequívoca de crença na integração latino-americana e no caminho comum que os diversos espaços da América vão ter que recorrer. Particularmente com as Províncias Argentinas do Leste e Grande Norte sucederam-se várias reuniões de trabalho nos dois lados da fronteira, iniciando-se com passos cada vez mais concretos labores voltados ao encontro de formas operacionais do processo integracionista. Dois fatos pontificam o ano. O primeiro é a reafirmação argentina através de seus novos governadores na continuidade do trabalho desenvolvido até aqui. Em caravana, os governadores ou seus representantes visitaram os governadores do Sul do Brasil para de viva voz expressarem seu apoio e seus interesses no desenvolvimento da integração entre os dois países. O segundo é o encontro em Porto Alegre das Províncias Argentinas com os três Estados do Sul do Brasil, tendo presentes os representantes dos dois Ministérios de Relações Exteriores. Pela primeira vez, os três Estados aparecem juntos, estabelecendo de agora em diante um tratamento articulado nas questões que lhes são comuns. Outrossim, a presença dos Governos Federais confere reconhecimento ao trabalho desenvolvido, bem como tende a facilitar as soluções dos problemas práticos que o processo de integração vai colocando. Os estudos ora em curso sobre um distrito internacional, sobre a economia da fronteira uruguaia, sobre o gasoduto, sobre uma ponte no rio Uruguai, ligando não só uma ampla região argentino-paraguaia ao Porto de Rio Grande como também dois oceanos, traduzem o empenho de se avançar rápido nessa inserção crescente do Estado numa economia que se desenha animadora num futuro próximo.

Descentralização administrativa — Trata-se de um processo em suas primeiras manifestações, passando inicialmente pela reorganização dos serviços, como é o caso da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, da regionalização das diversas atividades de modo a serem obtidas centralidades funcionais e, finalmente, por uma aproximação crescente com as inúmeras instituições do interior, buscando encontrar os espaços adequados para todos num novo plano de relacionamento entre Estado e comunidade. Demonstração objetiva desse processo tem-se, por exemplo, com o Programa de Municipalização e Ação Tributária, que prevê a ação conjunta da Secretaria da Fazenda e prefeituras municipais na realização de atividades da área fiscal, com grande proveito sobretudo para o contribuinte. Os seminários das diversas áreas públicas com o interior, ao longo do ano, são elementos preparatórios para a concretização desse processo descentralizador. Merecem destaque os sucessivos encontros com as universidades gaúchas, objetivando sua integração mais íntima com o Estado e sua participação na montagem dos programas de desenvolvimento regional.

Área Social — A par das ações setoriais voltados ao campo social, tais como Educação, Saúde, Assistência ao Menor, Habitação, Trabalho, etc, que se impõem frente às carências e às demandas crescentes e generalizadas, é preciso empreender esforços no sentido de atendê-las em suas manifestações conjuntas, com uma ação vigorosa de natureza múltipla, onde simultaneamente sejam atacadas todas as deficiências notáveis, como única forma de obter padrões compatíveis com o grau de desenvolvimento já atingido pela sociedade. Para isso foi estruturado o Programa Integrado de Melhoria Social — PIMES que, através de um Programa de investimentos na área social, destina-se a promover a melhoria das condições de vida da população favelada do Estado, bem como coordenar a ação de organismos e agências do poder público estadual cujos serviços tenham incidência na solução dos problemas sociais prioritários. Foi instalado o Conselho Estadual de Política Social, e a sua Secretaria Executiva firmou Convênios com a LBA e SEAC (reforma e construção de creches em municípios), com a Unicamp e Prefeituras Municipais (tecnologias alternativas para construção de casas e creches), com EBTU (estudos preparatórios para convênio com o Banco Mundial), totalizando recursos na ordem de Cz\$ 62.342.619,00.

Na área da Saúde o Estado integrou-se definitivamente à implantação da Reforma Sanitária, e assume o seu papel de coordenador da Comissão Interinstitucional de Saúde (CIS) e passa a desenvolver esforços para a estruturação efetiva do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS).

Essa nova política pretende garantir o atendimento em todos os níveis, a igualdade no acesso aos serviços de saúde e a participação popular na sua gestão. Visa a municipalizar o atendimento integral à Saúde, dando-lhes condições para a descentralização e auto-gestão.

Para viabilizar a Reforma Sanitária, foi assinado Termo Aditivo ao Convênio 08/84 entre o MPAS/INAMPS e o Governo do Estado/SSMA, pelo qual foi ajustada a transferência para o Estado de Cz\$ 1.610,2 milhões, pelo INAMPS, dos quais Cz\$ 805,1 milhões foram recebidos no presente exercício, beneficiando unidades da SSMA e 22 municípios do Estado.

Na área da Educação introduziu-se uma nova política, que visa à democratização e modernização do Sistema de Ensino em todos os níveis, melhorando a quantidade e qualidade do ensino ministrado ao aluno e a reforma e agilização administrativa, aumentando a eficiência e eficácia funcional da Secretaria de Educação do Estado.

Para viabilizá-la, foram previstas obras de recuperação, ampliação e construção de 487 prédios escolares bem como mobiliário para salas de aula, equipamentos e material didático. Para executar essas obras firmou-se convênios e contratos com Prefeituras, círculos de pais e mestres e associações, com recursos do Salário Educação, no montante de Cz\$ 1,2 bilhão.

A Secretaria do Trabalho, Ação Social e Comunitária, definiu para concretizar sua filosofia, três amplas áreas: Habitação, Trabalho e Assistência Social que se interligam nas ações específicas, exigindo a atuação integrada de todos os seus órgãos vinculados (COHAB, FGT, FUNDASUL e FEBEM).

A COHAB tem como prioridade absoluta o atendimento à população de baixa renda até 3 salários mínimos, atuando na recuperação dos conjuntos habitacionais existentes, na melhoria dos assentamentos espontâneos e na programação de novos empreendimentos, bem como objetiva atender a população que invadiu as áreas de sua propriedade.

Viabilizando a sua política, a COHAB firmou convênios com LBA, Caixa Econômica Federal e Prefeituras, que buscam soluções aos problemas da "herança" recebida e promovem o Programa Estadual de Lotes Urbanos.

A FGT estabeleceu como prioridade todas as ações que além de intensificar o objetivo fim — o trabalho — servissem para fortalecer a organização da sociedade civil, em especial nas comunidades mais desassistidas e carentes. Para viabilizar seus programas firmou Convênios com LBA, Ministério do Trabalho, a nível federal, Delegacia Regional do Trabalho e FAERS, a nível estadual.

A FUNDASUL e FEBEM respondem pela Assistência Social e Assistência ao Menor, definindo uma Política específica de atendimento às carências de sua população-alvo. Para execução de seus programas firmaram convênios com LBA, MPAS, FUNABEM, MEC, INAMPS, SSMA que perfazem o montante de Cz\$ 293.794.467,00, dos quais Cz\$ 250.310.448,00 já utilizados este ano.

Perspectivas — A conjuntura descrita anteriormente, mesmo que não se agrave, dificilmente vai ter melhor desempenho em 1988. Isso significa que todo o rigor no trato dos recursos e na condução dos gastos deve continuar, sob pena de os pequenos avanços obtidos ficarem perdidos. A estratégia de ação não vai mudar. O encaminhamento das questões das diversas áreas seguirá os mesmos objetivos propostos pelo Governo.

O orçamento de 1988 já revela essa disposição. O orçamento operacional aparece equilibrado, rompendo com a experiência dos últimos anos. O serviço da dívida, projetado inicialmente em 148 bilhões de cruzados, foi reduzido para 83 bilhões de cruzados revelando substancial eliminação de recursos de terceiros. Graças a isso, foi fixado um investimento de 20 bilhões de cruzados com recursos próprios, o que é uma novidade nas últimas gestões. Na área das empresas estatais, o trabalho de seu saneamento financeiro, em boa parte já equacionado, estará concluído, embora a CEEE em função da escala de seus problemas permaneça em tela de juízo. O empenho na fiscalização tributária e na cobrança da dívida ativa, na rolagem da dívida, perseguindo um perfil mais favorável, e na exigência quanto a concessões fiscais de toda ordem, bem como o rígido controle sobre os gastos devem assegurar condições de, apesar das dificuldades, não haver retrocesso na situação financeira do Estado. Os espaços já conquistados são importantes para a reversão de um quadro que a ninguém interessa, cuja permanência levaria o Estado a uma total disfunção. Por isso, a política de pessoal, os investimentos, os compromissos financeiros, etc., são peças de um só conjunto cuja administração tem que guardar unidade e coerência. Essencial é não perder o controle das finanças públicas.

Em que pese todas as dificuldades é possível imaginar um elenco de realizações durante 1988, a partir de iniciativas postas em marcha no ano anterior. Com o maior conhecimento da situação, ações que estavam catalogadas podem agora ser deflagradas com grande intensidade. Exemplo claro é na área educacional, onde os excessos, carências, impropriedades qualitativas, desvios de função, estrangulamentos, etc., com a identificação de quadros por escola são suscetíveis de pronta solução. De maneira geral é a situação do trabalho relacionado com a modernização administrativa, dispondo nesta oportunidade de elementos básicos para a detonação de uma etapa bastante produtiva.

O Governo tem encaminhado um grande número de pleitos financeiros cuja obtenção pode contribuir para pôr em marcha atividades de grande repercussão, como é o caso da área social com seus programas habitacionais, de saneamento e de desfavelamento do Rio Grande do Sul. As operações internacionais são sempre morosas. Na medida em que a contrapartida nacional esteja arrumada já se pode dar partida em alguns deles. Há programas como o da saúde cuja consolidação significa uma gama de benefícios essenciais para a grande maioria da população. Outrossim, financiamentos já obtidos e ainda não gastos ensejam ao Estado investimentos de repercussão setorial, como é o caso das estradas vicinais com recursos do BNDES. A regularização da situação do COHAB contribui bastante para os investimentos no setor.

A qualidade de vida urbana, ameaçada pelo acelerado processo de urbanização, tem entre programas específicos o de reciclagem do lixo, o do cinturão verde e o de drenagem, como elementos que ao lado de tantos outros trazem para o âmbito dos poderes municipais recursos mobilizados e repassados pelo Estado. O programa de drenagem urbana, em encaminhamento ao BID, está orçado em 120 milhões de dólares e num primeiro lote já abarcou 17 municípios num valor de 70 milhões de dólares.

Na área econômica, não obstante a situação de expectativa, há investimentos em plena marcha e dos quais o Rio Grande do Sul deve se beneficiar. Caso típico são os ligados ao Pólo, porque, com maturações de um a dois anos, a conjuntura atual lhes afeta pouco

e porque, ainda, para aqueles que exportam, o mercado internacional apresenta bom panorama. Os investimentos de retificação tecnológica e de ganhos de eficiência vão continuar se efetivando, devendo-se reconhecer, contudo, o risco de em não se dinamizando a economia seus efeitos líquidos não sejam positivos face às dificuldades e até desaparecimento de certas empresas. As decisões que o Estado espera da União tanto para investimentos privados como para infra-estrutura pública podem se converter em fulcros de empreendimentos da maior importância.


Os projetos de celulose pensados para o Rio Grande do Sul somam cerca de um bilhão de dólares, não havendo dúvidas de que pelo menos um deles começa no presente exercício.

O quadro social no seu todo está exposto à forte deterioração pelo processo inflacionário, pela escassez de emprego e pelos menores investimentos. Se isso ocorrer, os serviços públicos serão fortemente pressionados, até mesmo como forma compensatória da retração da esfera privada. Para o equilíbrio da administração isso terá efeitos danosos, porque sem dúvida ela não estará em condições de suportar encargos adicionais e à margem de seu fluxo de recursos.

O processo de descentralização, regionalização e municipalização seguirá seu curso impulsionado inclusive pela necessidade de simplificação de práticas administrativas, de mobilização da comunidade e de redução dos custos e pela imperiosidade de encontrar saídas mais flexíveis para os problemas coletivos.

Há atividades diretamente vinculadas à conjuntura do ano e outras que guardam relativa autonomia da mesma. Significa dizer que aspectos positivos estarão entremeados com outros menos desejáveis, devendo-se ter o cuidado de, na impossibilidade de evitá-los, tratar de circunscrevê-los a esferas menores. Os poucos instrumentos de política econômica com que conta o governo estadual limitam sua capacidade de atuação, porém não impedem que seu acompanhamento atento se transforme em força de mobilização para minimizar os efeitos negativos que se manifestarem. Um harmônico entendimento entre os Poderes, sem que ninguém perca sua própria capacidade de decidir, pode se constituir em arma poderosa para combater adversidades e momentos difíceis porventura a serem enfrentados.

Ao abrir mais um ano legislativo fica a saudação fraternal do Governo do Estado a todos os integrantes desse Poder e o desejo de que o ano de 1988 seja de elevado e produtivo trabalho em benefício do Rio Grande do Sul.



PEDRO SIMON
Governador do Estado

2 — ATUAÇÃO DO SETOR PÚBLICO DO ESTADO

2.1 — EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

2.1.1 — SECRETARIA DA EDUCAÇÃO (SE)

A avaliação preliminar realizada ao início do Governo permitiu identificar três aspectos que, embora na área dos meios, era fundamental que fossem enfrentados, para que o processo da Educação pudesse atingir os objetivos desejados.

O primeiro diz respeito às condições dos prédios escolares que se encontravam mal conservados, deteriorados, muitos com salas interditadas, inaproveitáveis para a atividade educacional e pondo em risco a segurança e tranquilidade de professores, funcionários e alunos. Face a inexistência de recursos no orçamento de 1987, encaminhado e aprovado pelo governo anterior, para atendimento das necessidades de construção e reparação de prédios foi necessário reorientar o uso de Salário Educação, destinando-o praticamente em sua totalidade para obras escolares. A partir de um novo projeto arquitetônico elaborado com a Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Urbano e Obras Públicas — SDO, foram previstas obras a serem realizadas em 1987, atingindo um montante de cerca de Cz\$ 1,2 bilhão.

Com esses recursos, o Programa prevê obras em 487 escolas, sendo 422 no interior e 65 na capital, das quais 118 novas construções, 172 ampliações e 197 recuperações de escolas.

Com essas obras, a recuperação, a ampliação ou a construção atinge 2.214 salas de aula, sendo 1.769 no interior e 445 na Capital. Isto corresponde ao maior investimento, num único exercício, em obras escolares.

Para executar essas obras, a Secretaria da Educação realizou, também, convênios e contratos com prefeituras municipais, Círculos de Pais e Mestres e Associações de Bairros.

Para essas obras que atingiram um número de 668 foram já liberados recursos num total de aproximadamente Cz\$ 899,3 milhões. À SDO, que atendeu 223 obras foram repassados Cz\$ 150,7 milhões; às prefeituras municipais um montante de Cz\$ 499,7 milhões para atendimento a 308 obras; aos Círculos de Pais e Mestres, um total de Cz\$ 195,8 milhões para atender 129 obras; às Associações de Bairros, para 7 obras, a soma de Cz\$ 48,9 milhões sendo ainda dispendido pouco mais de Cz\$ 4,1 milhões para aquisição de um imóvel pela Unidade de Finanças da SUA/SE.

Para as escolas a serem construídas na capital a SDO vem realizando licitações, encontrando-se algumas já em fase de julgamento.

Realizaram-se, ainda, no que diz respeito à rede física, pequenos reparos em prédios tanto escolares como da administração central, para os quais foram destinados recursos num montante de Cz\$ 18,2 milhões aproximadamente.

Desse montante, que possibilitou o atendimento de 3.391 unidades escolares e prédios, Cz\$ 10,9 milhões aproximadamente foram gastos pelo Ensino de Primeiro Grau;

Cz\$ 6,7 milhões aproximadamente pelo Ensino de Segundo Grau; Cz\$ 208,7 mil pelo Ensino Supletivo e Cz\$ 419,1 mil em prédios da Administração Central.

Com a estratégia adotada, de concentrar um maior volume de recursos para obras, espera-se ao final de 1988 já contar com a rede física recuperada e em boas condições de utilização.

A falta de equipamentos e materiais tanto educativos como para a própria manutenção é outro problema que as escolas enfrentam.

Em 1988, espera-se ao lado da prioridade dada a obras, fornecer simultaneamente às escolas os materiais básicos para o seu funcionamento com eficiência.

Em 1987 procurou-se atender às carências maiores dentro da limitação dos recursos disponíveis. Nesse sentido, foram gastos cerca de Cz\$ 32,9 milhões com mobiliário para salas de aula e equipamentos; em torno de Cz\$ 16,9 milhões com material didático, dos quais Cz\$ 8 milhões destinaram-se a materiais para alfabetização; Cz\$ 1,5 milhão para as séries iniciais e Cz\$ 2,0 milhões para giz. Foram gastos ainda cerca de Cz\$ 8,9 milhões com materiais para manutenção das escolas e Cz\$ 12,4 milhões com aquisição de gêneros para as escolas agrícolas.

As escolas da rede estadual, que somam um total de 3.141, atenderam em 1987 à matrícula de 39.563 no Pré-Escolar, 732.531 no Primeiro Grau e 125.781 alunos no Segundo Grau.

O segundo aspecto identificado diz respeito à má distribuição dos recursos humanos. As distorções acumuladas ao longo do tempo — escolas com falta de professores, outras com excesso, muitos desviados de suas funções — são prejudiciais à atividade educacional. Para solução desse problema era imperativo que se implantasse um quadro de pessoal por escola que além de ser uma velha reivindicação do Magistério, por sua entidade de classe, o CPERS, e por tantos quantos têm se preocupado com a Educação foi transformado em compromisso deste Governo.

Na impossibilidade de iniciarem-se os trabalhos logo no início da gestão, concluída a greve do magistério, a Secretaria da Educação instalou uma Comissão Paritária — quatro membros da Secretaria, quatro membros indicados pelo CPERS — para trabalhar na montagem de um quadro de pessoal por escola. Os trabalhos desta Comissão Paritária foram concluídos e entregues ao Secretário da Educação e ao CPERS conjuntamente, no dia 28 de dezembro de 1987, contendo todos os elementos para uma avaliação correta das distorções na área de recursos humanos.

Para corrigir essas distorções, a Secretaria da Educação trabalha com três alternativas não excludentes: remanejamento de professores, reopção e concurso público. Pelo remanejamento pretende-se deslocar professores de escolas onde há excesso para aquelas onde há falta, habitualmente escolas da periferia urbana ou do interior dos municípios, onde se concentra a população de mais baixa renda que tem sido historicamente desassistida, apesar da existência de escola. Pela reopção pretende-se realocar professores deslocando-os de áreas e disciplinas providas em excesso para aquelas onde haja carência, desde que os professores optantes estejam devidamente habilitados. Incluem-se neste caso professores da Área 1 — 1.ª a 4.ª série — onde já se sabe que há excesso, desde que tenham concluído o curso superior que os habilite a trabalhar nas diversas disciplinas da Área 2 — 5.ª a 8.ª série — e da Área 3 — 2.º Grau.

Com essas duas medidas, remanejamento e reopção pretende o Governo suprir vagas com os próprios quadros existentes, onde eles existem em excesso. E, finalmente, se necessário for, para provimento de vagas, o Estado deverá realizar concursos, por zona, por região, para número específico de vagas previamente definidas, de modo que as escolas possam, em funcionar com normalidade, o que significa também com qualidade.

Outro grande problema, ainda na área dos meios, a par dos prédios escolares e da equivocada distribuição dos recursos humanos, estava na desorganização do próprio Órgão Central, na própria Secretaria da Educação. Na Secretaria foi preciso, primeiro, *reduzir o pessoal excessivo: dos 2.400 servidores existentes no início deste Governo, ao final de 1987 permanecem cerca de 1.000. Os demais 1.400 foram transferidos para atividades outras, basicamente para as escolas. A mesma redução se fez nas Delegacias. Foi criada uma nova Supervisão na Secretaria da Educação com a função específica de atender às necessidades das escolas, pois não havia um órgão específico para seu atendimento. Assim, quatro supervisões integram atualmente a Secretaria da Educação: Supervisão Técnica, Supervisão Administrativa, Supervisão de Assessoramento Especial e Supervisão de Suprimento às Unidades Escolares, esta com o encargo não só do suprimento de recursos materiais tanto para manutenção como para a prática técnico-pedagógica, mas também do provimento dos recursos humanos, estando sob a sua responsabilidade a implantação do Quadro de Pessoal por Escola.*

Tratou-se, também de agilizar procedimentos administrativos que, sendo morosos e antiquados dificultavam a vida dos servidores que, no seu total, somam 110.000 matrículas.

É importante salientar que a Secretaria da Educação recebe cerca de 700 processos por dia, o que já evidencia o acúmulo enorme que isso propicia, se não há agilidade. É importante salientar também que, neste ano, foi gasto um tempo significativo, no andamento e na solução de pendências de muitos anos. Metade das atividades burocráticas no setor de pessoal da Secretaria se consumiu em regularização de vida funcional de professores e outros servidores, pendentes desde o início da década de 70. Para corrigir isto, além de novas práticas, também se começou a trabalhar na informatização das ações da Secretaria, de modo que, até a própria atividade de portaria passou a ser feita por computador. Os processos de aposentadoria foram extremamente agilizados não permanecendo além de 15 dias em sua tramitação.

Foi feita, também, uma reorganização interna dos Departamentos e Supervisões, tudo isto visando à agilização das ações.

Em síntese a superação das três distorções básicas, na área dos meios para a Educação — obras, recursos humanos nas escolas e modernização administrativa na própria Secretaria e Delegacias, eram condições indispensáveis para que toda a vida escolar e toda a atividade educacional pudesse começar a fluir, agora, com normalidade, com qualidade.

Na área técnico-pedagógica, que constitui a atividade-fim da Secretaria da Educação, o objetivo maior se coloca na retomada da qualidade, questão básica nos três graus de ensino. Nesse sentido iniciou-se um processo de recuperação da Secretaria da Educação como espaço de discussão e de alternativas pedagógicas voltadas para a maioria da população. Essa estratégia tem como pressuposto a crença no potencial existente nos agentes pedagógicos cujo crescimento coletivo e cooperativo se procurará estimular.

Para tanto, se faz necessário reelaborar a relação da Secretaria com as Delegacias de Educação e demais instâncias do Sistema de Ensino e formalizar linhas metodológicas de participação em relação à educação.

É fundamental nesse processo a integração das atividades da Secretaria com os agentes de formação de recursos humanos para a Educação. Assim, as Instituições de Ensino Superior desempenham importante papel através das licenciaturas, das pesquisas voltadas para o ensino fundamental, da preparação de recursos humanos em serviço e do espaço que juntamente com o Primeiro e Segundo Grau de ensino podem criar e ocupar num amplo debate das questões prioritárias com relação ao ensino básico.

A tarefa de conceber e operacionalizar esse processo é incumbência da Supervisão Técnica, integrada por seus Departamentos e Unidades. Seguindo essa diretriz inúmeras ações foram efetivadas ao longo de 1987. Entre essas devem ser mencionadas a promoção e participação em fóruns de debates, seminários, encontros, reuniões e a formação de grupos de estudos e comissões com o objetivo não só de realizar a discussão de temas mas também de estabelecer objetivos, prioridades e estratégias de operacionalização. Entre os assuntos em pauta salientam-se por sua importância: — alfabetização; — reconstrução curricular; — pluralismo de idiomas nas escolas; — propostas de novas metodologias para o ensino regular de Primeiro e Segundo Graus; — proposta metodológica para o ensino noturno; — recuperação da qualidade do ensino técnico; — reativação do setor de pesquisa como apoio ao ensino; — melhoria da formação do professor para as séries iniciais; — incentivo à leitura; — valorização e apoio à criação de textos didáticos; — estudos e pesquisas sobre culturas e línguas africanas; — criação de um centro de informática e educação.

De alguns desses temas foram elaborados projetos já encaminhados pela Secretaria da Educação para obtenção de recursos de fontes alternativas de financiamento. Ao Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul (CODESUL) foram apresentados 18 projetos buscando recursos da UNESCO, da ordem de US\$ 13.277,50, incluídos em programas de promoção do menor, saúde e bem-estar social do escolar, ensino no meio rural, habilitação de professores, alfabetização, educação do excepcional e ainda para ações voltadas para oportunizar igualdade de chances à mulher na educação.

No que diz respeito ao ensino de Primeiro Grau enfatizou-se especialmente a questão da alfabetização e da reconstrução curricular que deverão ser prioridades também nos próximos anos, enquanto ao nível do Segundo Grau as preocupações centraram-se no estudo da situação das escolas técnicas e dos centros de formação e aperfeiçoamento de professores, existentes no Estado. Também o Ensino Agrícola teve a sua situação analisada por um grupo de trabalho que procurou configurar a realidade das escolas voltadas para o setor primário da economia. Em relação ao Ensino Supletivo procedeu-se à avaliação das modalidades oferecidas, devendo ser enfatizados os Centros de Estudos Supletivos (CES) que têm demonstrado maior adequação às necessidades dos alunos. Serão oferecidas também à comunidade outras alternativas, em cursos de suplência e suprimento.

A integração entre o Estado e a Universidade tem sido buscada através de uma intensa atividade junto aos Distritos Geo-Educacionais onde a política de integração proposta pela Secretaria da Educação foi apresentada e discutida. Essa integração objetiva concorrer para a melhoria do ensino de 1º, 2º e 3º graus promovendo o desenvolvimento de recursos humanos e o aproveitamento de estudos e pesquisas educacionais, e ao mesmo tempo contribuir para o desenvolvimento regional, incentivando, apoiando e disseminando trabalhos resultantes da pesquisa e extensão realizadas no âmbito das Instituições de Ensino Superior e outras entidades.

Buscou-se também, ampliar a oferta de vagas no ensino de Primeiro e Segundo Graus, e Ensino Supletivo. Assim, foram encaminhados pedidos de criação e autorização de funcionamento de novas escolas, cursos e séries. Para o Primeiro Grau foram encami-

nhados pedidos de 151 novas escolas e 180 novas séries e para o Segundo Grau de 66 novos cursos. No Ensino Supletivo implantaram-se 16 novos cursos sendo 09 de Educação Geral dos quais 05 de 1.º Grau e 04 de 2.º Grau; 04 de Auxiliar de Enfermagem; um de Mecânica e 02 de *Habilitação Magistério (2.º grau)*. Foram criados também 02 núcleos de Organização do Ensino Supletivo (NOES).

Ainda com a finalidade de ampliar a oferta de vagas da rede pública e ao mesmo tempo amparar técnica e financeiramente o ensino particular, procedeu-se à aquisição de vagas em 690 escolas particulares de Educação Especial e de Primeiro e Segundo Graus, em 163 municípios do Estado. Esta atividade envolveu um montante de Cz\$ 367 milhões — entre repasse de recursos financeiros e cedência de 1.334 professores — beneficiando um total de 160.107 alunos.

Foram, também, oferecidas duas oportunidades para realização de exames supletivos sendo de 26.956 o número de inscritos para o 1.º Grau e de 36.126 para o 2.º Grau.

Além das atividades já citadas deverão ser mencionadas outras ações que visam a contribuir, embora não diretamente, para um melhor resultado do processo educativo. Entre esses, os serviços de assistência ao educando, prestados em suas diversas modalidades, embora prejudicados por ocasião da greve do magistério, totalizaram atendimentos em números expressivos em todo o Estado. Os serviços de medicina escolar atingiram um total de 525.000 atendimentos. Os atendimentos em odontologia escolar totalizaram 445.516 dos quais 284.860 em ação preventiva e 160.656 em ação terapêutica. Em psicologia escolar foram realizados 22.695 atendimentos sendo 14.453 de ação preventiva e 8.242 atendimentos clínicos. Em enfermagem escolar somaram-se 86.398 atendimentos. Foram realizadas ainda ações de reeducação escolar em número de 52.970 sendo 30.709 atendimentos de promoção e proteção e 22.261 de diagnósticos e pronto atendimento.

Ao mesmo tempo, visando à melhoria das condições nutricionais dos pré-escolares e, escolares do 1.º Grau desenvolveram-se ações de educação, assistência alimentar e incentivo à produção caseira de alimentos. Nesse sentido foram servidas 169.212.600 refeições a escolares e trabalhadas 4.533 hortas nas escolas do sistema de ensino. A distribuição de merenda escolar foi estendida a 7.500 das quase 11.000 escolas municipais existentes no Estado e a 2.800 escolas estaduais. Foram beneficiadas ainda com alimentação 341.000 crianças, irmãos de escolares, e cerca de 5.000 entidades filantrópicas.

Em escolas de 2.º Grau noturno está sendo realizado um projeto-piloto com a finalidade de verificar em que medida a distribuição de merenda escolar pode minimizar a evasão e melhorar as condições de aprendizagem dos alunos.

Deve-se mencionar, ainda, a distribuição de livros didáticos realizada em cooperação com a Fundação de Assistência ao Educando (FAE). Foram beneficiados 1.220.011 estudantes de 13.320 escolas — estaduais, municipais, cenevistas — com a distribuição de 2.129.792 livros. O Estado participou com recursos num montante superior a Cz\$ 3,1 milhões para esta atividade.

Cabe ainda mencionar a preocupação com a municipalização do ensino. Nesse sentido organizaram-se comissões de estudos e iniciou-se um processo de discussão com os interessados no interior do Estado. Ao mesmo tempo, foram destinados recursos a 243 municípios para aplicações diversas, atingindo um montante de mais de Cz\$ 376,5 milhões, dos quais cerca de 87% foram repassados até dezembro, devendo o repasse restante ser efetivado no primeiro semestre de 1988.

Os recursos repassados foram de Cz\$ 29,2 milhões para obras em escolas municipais de 113 municípios; Cz\$ 2,5 milhões aproximadamente para transporte escolar em 154 municípios; Cz\$ 1,1 milhão para veículos, para supervisão escolar em 7 municípios; Cz\$ 1,5 milhão para apoio à ação supervisora em 119 municípios; Cz\$ 3,7 milhões para estímulos a práticas pedagógicas de relevância educativa em 219 municípios; Cz\$ 18,5 milhões para o apoio técnico-financeiro ao desenvolvimento do Ensino Municipal de 1º Grau em 222 municípios; Cz\$ 40,0 milhões para auxílio à Educação Municipal (POEM) em 243 municípios e Cz\$ 280,00 milhões para ressarcimento de professores e funcionários cedidos ao Estado em 223 municípios.

No que diz respeito à educação física e ao desporto, os principais programas desenvolvidos foram o de Educação Física, beneficiando o aluno a partir dos 6 anos de idade, Desporto Escolar, amador e classista e Esporte para Todos, uma experiência em educação não formal.

Entre as principais atividades desenvolvidas nesta área destacam-se a realização de colônias de férias para estudantes no litoral, das quais participaram 1.272 alunos e nas quais foi realizado o "Festival de Jogos nas Colônias de Férias" com participação de 4.500 pessoas; os Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul (JIRGS), com participação de 6293 atletas em suas duas fases; o Programa de Reintegração Social nos Presídios Central e Jacuí com objetivo de orientar os professores e distribuir material esportivo para os presidiários.

Dentro do Programa Esporte para Todos foram realizados diversos eventos tais como: Geração 21 (jornaleiros); Festival de Jogos, em diferentes locais e oportunidades; Criança na Avenida; Comemorações do Dia da Criança; Feira da Criança; Passeio Ciclístico; Criança com Idosos. Tiveram, também, prosseguimento durante o ano, as atividades regulares do Centro Estadual de Treinamento Esportivo (CETE), que conta com uma matrícula anual de 1482 alunos.

Além dessas atividades foram promovidos cursos de atualização e treinamento de arbitragem de futebol, com 196 participantes; arbitragem de voleibol, com 32 participantes; arbitragem de futebol de salão, com 23 participantes, e Ensino de 1º Grau para 810 professores.

Concluindo, a ação da Secretaria da Educação, em 1987 foi centrada em quatro objetivos: a correção dos três problemas centrais na área dos meios-prédios escolares, recursos humanos na escola, modernização administrativa na Secretaria — e a qualificação do próprio processo de educação, com vistas à implementação de uma linha educacional, de uma filosofia de educação que, por definição, jamais estará pronta e acabada, mas é um processo permanente, em construção.

Só para salientar, é importante o registro de que, já a partir do início de 1988, estará a Secretaria da Educação chamando, — reiterando convites já feitos — os professores, por sua entidade de classe, a Associação dos Circulos de Pais e Mestres, por sua entidade representativa, os alunos, por suas agremiações, a sociedade civil, como um todo, por suas entidades representativas, sindicais, comunitárias, as prefeituras, os órgãos federais, para participarem da elaboração de um Plano Estadual de Educação que integre as atividades dos diversos setores da Educação, inclusive escolas particulares. A intenção é a de programar a integração das atividades educacionais, do pré-escolar até a graduação universitária, para que se tenha, então, um Plano que seja o roteiro ao qual se referenciem tantos quantos trabalhem e pensem na educação no Rio Grande do Sul.

2.1.2 — CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL (CODEC)

Com o intuito de formular, coordenar e promover a política cultural do Estado, bem como supervisionar os órgãos e entidades estaduais que atuam na área cultural, foi criado, em 15 de março de 1987, através do Decreto n.º 32.558, o Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural (CODEC).

Pretendeu-se, com a instituição do CODEC, criar condições para que a área cultural pudesse articular seu trabalho de forma mais dinâmica e criativa, observando ao mesmo tempo as diretrizes de Governo e as aspirações dos diversos segmentos culturais do Estado.

A composição do corpo de conselheiros nomeados para integrar o novo Conselho significa já uma ideologia cultural: eles representam os diversos segmentos, as várias manifestações culturais — tanto eruditas, como populares e as diferentes áreas geográficas do Estado.

O Rio Grande do Sul é um variado universo cultural. Pela diversidade das etnias que lhe deram formação, o Estado não pode ter sua imagem reduzida ao padrão “centauro dos pampas”. As outras imagens devem ser igualmente valorizadas e, em muitos casos, resgatadas, em todas as suas expressões culturais. Pode-se compará-la a um mosaico, que é uma composição valorizada pelo contraste e diversidade das partes, cujas peculiaridades a enriquecem, mas de modo a formar um todo harmonioso e significativo.

Nesse sentido o Estado luta pela cultura concebida como identidade à qual se opõe historicamente o colonialismo, expresso na imposição de valores culturais por um lado, e na aceitação desses valores sem crítica por outro.

A superação da dominação cultural, manifestada em três níveis — dominação cultural do exterior sobre o país; dominação cultural do eixo Rio-São Paulo sobre o Rio Grande do Sul; dominação de Porto Alegre sobre o interior do Estado — só será alcançada mediante:

- a integração crítica dos valores culturais do exterior e dos outros Estados que têm validade para a nossa própria identidade, evitando-se a xenofobia;
- a integração e interação entre Capital e Interior, mediante a circulação da produção cultural de todo o Estado, num caminho de duas mãos: Interior — Capital;
- a negação do autoritarismo e paternalismo culturais em todos os níveis.

Do mesmo modo, a cultura não pode ser vista nem como propriedade de elites, nem como expressão da vulgaridade. Cultura erudita e cultura popular não constituem uma oposição e sim uma complementação, são expressões diversas de cultura.

Por outro lado, não há cultura sem história. Não existem fatos, mas processos culturais. A construção de uma cultura não se faz através de fatos e eventos isolados, mas de processos culturais que ligados à nossa história possam ter continuidade e permanência.

Nesse sentido, a atual ação cultural do Estado tem raízes profundas numa luta de resistência. Ela é a continuação e a consequência de um trabalho feito por grupos existentes em todo o território, ao longo de mais de vinte anos, como forma de resistência e de afirmação. Por isso, foi fácil formar as coordenadorias que trabalharam de novembro/86 a março/87: esta era a continuação de um processo. Das coordenadorias e, portanto, das

bases, surgiram os nomes dos Conselheiros, dos Diretores, Coordenadores e demais colaboradores do CODEC.

Dai decorre a conveniência da formação de núcleos culturais no interior e nos bairros de Porto Alegre. Cada bairro, cada cidade, cada município conhece suas necessidades e suas potencialidades culturais. Só da organização de todos esses segmentos e de sua ação conjunta com o CODEC poderá resultar uma produção cultural válida para o Estado.

Esse princípio de integração orienta todas as atividades do CODEC. Assim buscou-se a articulação com os demais órgãos públicos com os quais haja convergência de objetivo e nesse sentido foram firmados convênios e contratos com órgãos da administração pública estadual, entidades assistenciais e associativas e financeiras bem como órgãos da esfera federal.

Através dos convênios firmados, várias áreas culturais já orientam, discutem e promovem seus próprios destinos num processo da autogestão. O CODEC tem estimulado a que as associações e grupos de teatro, dança, música, só para citar os mais envolvidos, repartam as verbas que lhe são e serão destinadas. A divisão torna-se democrática e anti-partenalista. A idéia geral é que o Estado receba e crie cultura.

Os prédios das várias instituições, principalmente do Museu de Arte do Rio Grande do Sul, Casa de Cultura Mário Quintana, Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, Arquivo Histórico, Biblioteca Pública do Estado, Museu Júlio de Castilhos, necessitam urgentemente de recuperação.

Já em 1987, o Museu de Arte do Rio Grande do Sul, começou a ser recuperado em sua totalidade com a ajuda do Ministério da Cultura (MINC) e da Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Urbano e Obras Públicas (SDO). O mesmo está acontecendo com a Casa de Cultura Mário Quintana, Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, Arquivo Histórico e Museu Júlio de Castilhos. A Biblioteca Pública do Estado ganhou duas salas novas, enquanto é buscado apoio comunitário para a aquisição de um novo espaço que venha suprir as necessidades atuais.

Em março, será realizado duplo debate sobre o papel das casas de cultura para que se tenha um perfil de como deverá ser a futura Casa de Cultura Mário Quintana.

Levantamentos realizados em 1987, diagnosticaram a necessidade de importantes obras de recuperação física e recomposição da função cultural e social dos museus: Arqueológico do Rio Grande do Sul (MARSUL) — Taquara e Piratini.

Os cerca de 20 acordos, convênios ou contratos já firmados, muitos dos quais para utilização de recursos da Lei Sarney, permitirão desenvolver uma multiplicidade de ações da maior relevância, não só no que diz respeito a obras propriamente ditas, mas atingindo uma amplitude maior.

Em relação à preservação do patrimônio Artístico e Cultural do Estado serão desenvolvidos trabalhos de cadastramento reformalizado, acompanhamento e fiscalização de obras de restauração e/ou reciclagem de imóveis históricos e artísticos de propriedade do Estado, assessoramento técnico a Prefeituras e Instituições responsáveis por preservação e intervenção em áreas e imóveis integrantes desse Patrimônio.

As promoções culturais que exigem deslocamentos terão viabilizado o transporte tanto de grupos artísticos, como de equipamento e obras, não só para realizações em municípios interioranos mas também fora do Estado.

A melhor utilização dos espaços, recursos e serviços culturais também foi buscada mediante um planejamento conjunto de atividades. Nessa linha estão os entendimentos com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com a Assembléia Legislativa do Estado, e com a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul.

Devem ser mencionadas, ainda, as atividades que visam à capacitação de recursos humanos no campo técnico-didático-pedagógico como fator de aperfeiçoamento do processo educacional. Os projetos a serem desenvolvidos nesse sentido objetivam dinamizar a cultura em sala de aula, resgatar a memória musical, reativar o canto coletivo e o canto coral nas escolas, incentivar a criação e produção literárias dos alunos, promover a realização de treinamentos, em nível de formação, aperfeiçoamento e/ou atualização para professores e alunos de 1º e 2º Graus nas áreas de Artes Plásticas, Artes Cênicas, Música e Promoções Didático-Culturais.

Um grande número de projetos estão sendo desenvolvidos ou estão em fase de estudos. Entre eles destacam-se: — Projeto Mão na Massa com implementação em São José do Norte, com a preocupação de, mediante a produção artesanal de papel a partir de resíduos de cebola, oferecer uma alternativa de recuperação sócio-cultural-econômica a populações marginalizadas; — Projeto Encontro de Teatro em Canela, com o objetivo de firmar a imagem da cidade como um centro de apresentação, discussão, desenvolvimento e divulgação do Teatro, entendido como opção de entretenimento e de formação cultural; — Projeto Abolição, com o objetivo de promover eventos tomando como referência o período compreendido entre 21 de março — Dia Internacional Contra o Racismo e 20 de novembro — Morte de Zumbi; — Projeto Martin Fierro, com objetivo de discutir a realidade do gaúcho de ontem e de hoje, a fim de projetar perspectivas para o gaúcho de amanhã, a ser desenvolvido em Santana do Livramento; — Projeto Biblioteca Básica para Presídios, objetivando dar acesso à leitura aos confinados, como oportunidade para realizarem uma reflexão sobre sua condição, possibilitando o lazer mais qualificado; — Projeto Aprendendo a Escutar, com o objetivo de sensibilizar o público para o desenvolvimento das suas capacidades de escutar, discernir e escolher, tornando o fruir musical uma ação contínua; — Projeto Mostras Didáticas Itinerantes, para alunos de 1º e 2º Graus e comunidade em geral; — Projeto Coleção Nova Literatura, objetivando a divulgação de textos representativos da novíssima produção literária do Rio Grande do Sul; — Projeto Cantares de Criança — “Para não esquecer quem são”, com o objetivo de desenvolver atividades que congreguem comunidade e Escola para a retomada do canto coletivo e não massificado através de identificação, registro, análise e devolução dos diferentes cantares que as famílias podem passar para suas crianças; — Projeto Cultura de Base, com o objetivo de oferecer aos trabalhadores e estudantes das vilas ou bairros mais distantes e pobres, condições — através de oficinas nas áreas de música, teatro, cinema, literatura — para que participem, ativamente de todos os processos culturais, visando-se ao mesmo tempo a pesquisar a cultura de resistência, típica dessas comunidades, estimulando-a e divulgando-a no sentido de favorecer a diminuição das desigualdades sociais tão acentuadas no atual contexto das grandes metrópoles; — Projeto Missões, objetivando proporcionar a difusão e o aperfeiçoamento nas áreas de pesquisa, documentação e resgate histórico da importância do trabalho missionário no Rio Grande do Sul.

Ao lado desses tiveram continuidade os já consagrados projetos “O CHORO É LIVRE” — apresentações de chorinhos e serestas, todas as quintas-feiras, no horário das 18h30min, no Teatro São Pedro, e MÚSICA AO MEIO DIA — apresentações de música

erudita, todas as quartas-feira, no horário do meio dia, também no foyer do Teatro São Pedro.

Ao ensejo das comemorações do centenário de nascimento de Villa Lobos, foi realizado em Porto Alegre o Projeto "Semana Villa Lobos" com participação do CODEC. Essa atividade foi realizada no período de 6 a 10 de outubro.

Para concluir, resta mencionar que, durante o ano de 1987, foi de 589.702 o número de pessoas que foram beneficiadas com as 859 realizações didático-culturais e 9.354 realizações artístico-culturais realizadas pelas 22 instituições. Entre as primeiras se incluem: 202 cursos, 214 palestras/entrevistas, 287 exposições, 41 encontros e 115 visitas guiadas. Entre as segundas citam-se: 209 eventos de música erudita, 730 de música popular, 834 de teatro adulto, 423 de teatro infantil, 28 apresentações folclóricas, 883 cinema/vídeo, 1085 recreações e lazer, 81 projetos extra-muro, 92 projetos especiais, 4.685 audições discográficas/gravações, 11 encontros, 13 lançamentos de livros/publicações, 105 visitas guiadas, 32 danças, 143 eventos especiais. Foi prestado, ainda, atendimento de serviços culturais regulares a 303.509 pessoas.

2.2 — SAÚDE E MEIO AMBIENTE

2.2.1 — SECRETARIA DA SAÚDE E DO MEIO AMBIENTE (SSMA)

Para entender a proposta de Reforma Sanitária, que cada vez mais se consolida em nossa sociedade, é preciso partir do princípio de que “saúde é um direito do cidadão e um dever do Estado”.

A concretização deste direito resulta de fatores que antecedem a própria organização dos serviços de saúde, como as garantias constitucionais e o conteúdo das políticas sociais com repercussão nas condições de vida da população.

A garantia de atendimento em todos os níveis, a igualdade no acesso aos serviços de saúde e a participação popular na sua gestão são objetivos fundamentais da Reforma, assim como a necessidade de ampliação da assistência à saúde, que devem ir além do atendimento médico e odontológico.

No contexto desta transformação, deve-se fortalecer as ações de educação e saúde, formação de pessoal, pesquisa, saneamento e proteção ambiental. Estas são atribuições do novo sistema, que devem ser desenvolvidas nos níveis federal, estadual e municipal.

A 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em Brasília, em março de 1986, recomendou um Sistema Único de Saúde para o País, coordenado por um único Ministério, com a mesma forma de comando nos Estados e Municípios.

No que se trata da reformulação do sistema de saúde, a Conferência orienta a organização dos serviços com propostas objetivas como administração descentralizada, ações integrais que superem os aspectos preventivo-curativo, regionalização e hierarquização das unidades prestadoras de serviços, participação da população, através de suas entidades representativas na formulação da política, planejamento, execução e avaliação das ações de saúde, e fortalecimento do município.

Com relação ao acesso e qualidade dos serviços, deve apresentar condições como atendimento universal à população, a começar pelas áreas carentes ou totalmente desassistidas, igualar o acesso em relação aos que necessitam atenção, direito de acompanhamento a doentes internados, especialmente crianças e direito à assistência psicológica, sem a discriminação que existe atualmente.

Este sistema deve ser operado por servidores remunerados condignamente, com isonomia salarial, com reciclagem permanente, composição multiprofissional das equipes e compromisso social baseado no respeito pela população.

Esta concepção de um sistema de atenção à saúde vem tomando corpo no Estado mediante diversos convênios firmados entre o Governo Estadual, através da SSMA, e os Ministérios da Previdência e Assistência Social (MPAS) e da Saúde (MS).

O Convênio nº 08/84 entre a SSMA, o MPAS, o MS e o Ministério da Educação e Cultura (MEC) estabelece as Ações Integradas de Saúde (AIS) como estratégia básica das relações entre o nível federal e o estadual no setor saúde. Esta relação se caracterizou pela compra e venda de serviços de atenção médico-odontológica dentro das premissas estabelecidas, à época, pelo nível federal. Com os compromissos públicos assumidos pela Nova República, de resgate da dívida social, as AIS adquirem um caráter de reformulação e passam a se desenvolver no sentido do fortalecimento do setor público na prestação da atenção à saúde.

A partir de 1987, na atual administração, a SSMA passa a comandar as ações reformadoras do setor saúde no Estado. Um grande esforço foi feito no sentido da evolução das AIS, que deverá consolidar-se com a difusão do Sistema Unificado Descentralizado de Saúde (SUDS).

Passos significativos, neste sentido, conduziram a uma demonstração definitiva das intenções políticas da SSMA no sentido do compromisso popular com reformas sociais e especialmente com a Reforma Sanitária. Seguiu-se a assinatura do protocolo de intenções do SUDS; como consequência, assina-se o 3º Termo Aditivo ao Convênio 08/84, que implica em uma nova forma de repasse, além dos montantes já previstos pelas AIS. Este repasse se processa mediante a apresentação de um "Projeto Complementar" de aplicação dos recursos financeiros, dando condições básicas (recuperação da estrutura assistencial médico-odontológico e hospitalar, recuperação das estruturas de apoio técnico-operacional, readequação dos recursos humanos, isonomia salarial e início dos projetos de municipalização) para que a SSMA pudesse tomar a si o comando único do SUDS e implementar a proposta de reconceitualização das AIS.

A partir da assinatura do Convênio SUDS a SSMA passa a coordenar as ações de saúde no âmbito estadual, promovendo a integração das atividades das demais instituições públicas, ou privadas, financiadas pelos cofres públicos do Estado ou da Federação. O processo de municipalização das ações de saúde, tanto as de natureza curativo-preventiva quanto às de natureza promocional e de vigilância, passa a ser desenvolvido através dos convênios (termos de adesão ao SUDS) promovidos entre o SUDS e os municípios.

O Convênio SUDS prevê recursos que totalizam Cz\$ 1,6 bilhão dos quais Cz\$ 805,1 milhões foram recebidos no presente exercício, beneficiando diversas unidades da SSMA e 22 municípios do Estado. Convém salientar que estes recursos significaram um acréscimo de 87,7% na dotação orçamentária do órgão para 1987.

O controle social preceituado, na Reforma Sanitária, está garantido na estrutura do SUDS, em vários, níveis, por colegiados formados pelas instituições prestadoras de atenção à saúde e demais órgãos do poder público envolvidos com a política social e entidades de representação popular. A estes colegiados compete a análise da execução das políticas de saúde em seus vários níveis e à fiscalização destas políticas.

Tais transformações careciam de instrumentos gerenciais adequados à sua consecução posto que a programação e orçamentação passam a ser concebidas de forma integrada nos vários níveis de execução e interinstitucionalmente comprometidas. Criou-se para isto a Programação e Orçamentação Integrada de 1988 (POI-88), trabalho já em desenvolvimento, que embora estabelecido (em suas premissas) pelo nível federal, vem modificar substancialmente as relações de compra e venda de assistência médico-odontológica existentes até o momento. A POI-88 no Estado define-se de forma mista entre um aprofundamento das AIS em municípios, com menor estruturação na área de saúde e um planejamento unificado como unidades programáticas naqueles municípios cujos processos

de municipalização estejam em andamento, ou cujas estruturas de atenção à saúde, já apresentem maturidade suficiente para tanto, do ponto de vista operacional e orçamentário. Cada município constituirá uma unidade programática unificada na POI-88.

A POI se tem constituído em uma metodologia de planejamento de cunho político-pedagógico e conseqüentemente, num espaço privilegiado de discussão das políticas setoriais nas áreas federal, estadual e municipal, do setor público e sua articulação com o setor privado. É preciso referir que esta importância está baseada na integração interinstitucional, bem como no fato político representado pela participação popular nas instâncias colegiadas de gestão das questões de saúde contempladas pelo SUDS.

Imbuída do compromisso de transformação no sentido de resgatar a dívida social para com a população, a SSMA desenvolveu uma série de programas, projetos e atividades que visam a oferecer acesso e qualidade de seus serviços à sociedade.

A Rede Hospitalar do Estado foi encontrada em estado precário, tanto em suas condições físicas como administrativas. A atual administração vem tomando medidas administrativas e técnicas de caráter emergencial, no sentido de superar estes entraves.

Destaque especial merecem: a Campanha para a recuperação do Hospital Psiquiátrico São Pedro (HPSP) que vem contando com expressivo apoio da Sociedade e que permitiu que fossem atendidos 2.412 pacientes novos (agudos) e a manutenção da assistência aos 1.150 pacientes crônicos (psicossocialmente internados); nos Hospitais de Cachoeirinha e Alvorada, o acordo de co-gestão através do Convênio INAMPS/SSMA/MS/MEC com as prefeituras, deixando de serem administrados pela METROPLAN e colocando-os em condições iminentes de pleno funcionamento; a transformação do Hospital Sanatório Partenon (HSP) de hospital para tuberculosos para a categoria de Hospital Geral e o trabalho conjunto com a US Murialdo; a implementação do Projeto Ecológico e Laborterápico de Produção e Pesquisa Agropecuária do Hospital Colônia de Itapoã (PELPAHCI) estendido a pacientes do HPSP que estejam aptos a programas de laborterapia.

O Controle Epidemiológico e a Fiscalização do Exercício Profissional, além de reorientarem e reorganizarem suas atividades de rotina, canalizaram significativos esforços no controle de doenças transmissíveis, notadamente a "Síndrome de Imunodeficiência Aguda" (AIDS). Neste sentido, as atividades do Hemocentro foram reativadas para produzir hemoderivados e tratamento de pacientes hemofílicos, aumentar o controle da qualidade dos bancos de sangue mediante recadastramento e implantar um sistema computadorizado de doadores em todas as Delegacias de Saúde (DS).

Os serviços prestados pela rede ambulatorial e hospitalar da SSMA, em 1987, totalizaram 1.794.244 consultas médicas e 432.880 consultas odontológicas. Para tanto, a referida rede além de passar por significativas mudanças técnico-administrativas e um intenso esforço no sentido de aperfeiçoar os seus recursos humanos teve suas US acrescidas de 842 para 873.

O percentual de cobertura vacinal da população suscetível atingiu níveis bastante significativos: SABIN (antipólio), 78,2%; TRÍPLICE (anti-tétano, coqueluche e difteria), 78,4% e ANTI-SARAMPO, 75,5%. A Campanha Nacional de Vacinação ANTIPÓLIO cobriu, em sua primeira etapa, 97,5% da população suscetível e em segunda etapa, 93%, com a aplicação total de 1.920.403 doses de vacina.

O credenciamento do Departamento do Meio Ambiente (DMA), como Centro de Referência Nacional em Saúde Ambiental pela Secretaria Nacional de Ações Básicas de

Saúde/MS, merece especial referência. O DMA vem desenvolvendo uma série de projetos no sentido de controlar e resgatar o equilíbrio ecológico. Estes projetos contam com recursos que totalizam Cz\$ 21,3 milhões provenientes da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) e da Fundação Serviço Especial de Saúde Pública (FSESP) com os quais será dada ênfase às áreas da poluição, recursos hídricos, vigilância ambiental, petroquímica e de agrotóxicos.

Concretizando as ações preconizadas pelo Programa de Recuperação 87/88, foi celebrado um novo convênio com a Central de Medicamentos (CEME): os equipamentos vêm sendo recuperados, as requisições de compras de novas unidades estão em pleno andamento. O novo Laboratório Farmacêutico do Estado (LAFERGS), redimensionado pelo Programa, deverá produzir 500 milhões de unidades anuais de medicamentos em oito horas diárias de trabalho. Mais horas implicarão em maior produção, suprimindo-se ainda mais rapidamente a carência da população. Durante o 2º semestre do ano de 1987, foram produzidos 36 milhões de unidades de medicamentos, isto porque os insumos e matérias-primas foram entregues a partir de julho.

Para a operacionalização do Programa de Auto-Suficiência Nacional em Imunobiológicos, o Instituto de Pesquisas Biológicas (IPB) recebeu do MS Cz\$ 26,0 milhões. Está se iniciando o reforço no atendimento nos laboratórios da rede da SSMA, em Porto Alegre, através de supervisão, treinamento e ampliação dos diagnósticos solicitados pelos médicos.

Na atual administração, O IPB resgatou a sua condição de Centro de Referência Nacional para Avaliação de Resultados, realizando controle de qualidade e supervisão nos laboratórios centrais de saúde pública do Pará, Fortaleza e Recife.

No contexto de mudanças propostas pela SSMA, é prioridade a formação e reciclagem dos profissionais da área de saúde. O treinamento e formação é tarefa da Escola de Saúde Pública (ESP), que em 1987 desenvolveu diversas atividades, dentre as quais destacam-se: treinamento de 78 pessoas em 30 municípios sobre Ações Básicas de Assistência à Criança; curso de especialização em Saúde Pública para 30 técnicos; seminário sobre Reforma Sanitária com a participação de 134 pessoas; curso de especialização em Epidemiologia, (Vigilância Epidemiológica) com 25 vagas; curso de especialização em Planejamento com 24 vagas; dois seminários de Reforma Sanitária com 200 vagas; e treinamento da Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher com 200 vagas.

Visando a contribuir para a melhoria do nível de saúde da população através do controle e da redução de doenças transmissíveis, toxinfecções e verminoses, o Programa de Saneamento Comunitário (PROSAN) investiu Cz\$ 17,6 milhões em Programas Setoriais, para os quais contou com a participação de Prefeituras Municipais (Cz\$ 9,6 milhões) e com o auxílio de Comunidades (Cz\$ 195,6 mil). Diversas ações foram desenvolvidas pelo PROSAN salientando-se as Melhorias no Sanamento Domiciliar, a Instalação de Equipamentos Coletivos de Saneamento e as Atividades de Educação para a Saúde. Estas atividades beneficiaram 12.141 famílias e 206 escolas.

Dentre os Programas de Atenção Integral à Saúde (PAIS) se destaca o de Atenção à Criança (PAISC), que visa à redução da mortalidade da faixa de 0 a 5 anos por meio do Programa de Suplementação Alimentar, o incentivo ao aleitamento materno e orientação para desmame, o controle das doenças diarreicas e respiratórias agudas, o Programa de Atenção aos Estabelecimentos de Cuidados à Criança (PAECC) e o Programa de Recuperação dos Desnutridos. O PAISC abrangeu 168 municípios, beneficiando mensalmente 44.825 gestantes, 44.825 nutrízes e 252.783 crianças, totalizando 342.433 pessoas.

Os demais PAIS — Programas de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), Programa de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (PAIST) e o Programa de Atenção Integral à Saúde do Idoso (PAISI) — são programas multi-institucionais idealizados para funcionar como linha de atendimento na rede básica, bem como no sistema de referência e contra-referência por eles formado, visando a promover a atenção à saúde destes grupos de risco (mulher, trabalhador e idoso) de forma integral, deslocando o enfoque de assistência baseado em patologias.

A Política de Atenção Integral à Saúde Mental (PAIS Mental) buscou delinear uma estratégia de ação visando a elevar os padrões da Saúde Mental da população. Para contemplar tal propósito, desenvolveu diversas atividades dentre as quais destacam-se: o intercâmbio de ações e de recursos humanos com outras instituições — Associação Brasileira de Combate ao Alcoolismo (ABCAL) em alcoolismo, Cruz Vermelha em dependência química, Hospital Santo Antônio em estimulação precoce, Santa Casa de Misericórdia em casos de ambulatório e internação, Faculdade Católica de Medicina para estágios, FUNDACENTRO para questões de Saúde do Trabalhador, INAMPS para projetos de emergência psiquiátrica para Porto Alegre; o início do processo de reestruturação dos serviços de Saúde Mental, em especial do HPSP e HCl, quanto a recursos humanos, recuperação física e de equipamentos, modelo assistencial, participação comunitária e integração no sistema de saúde; e a implantação de uma Unidade Especializada em Saúde Mental, em convênio com a UFRGS para sistema de referência de serviços e treinamento na 1.ª Delegacia Regional de Saúde.

2.3 — SANEAMENTO

2.3.1 — COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO (CORSAN)

As metas atuais da CORSAN consistem em abastecer com água a 92% da população urbana das localidades onde opera e a de atender com serviços de esgotos a 50% da população das cidades mais populosas, assim como a de preservar os mananciais utilizados no abastecimento público.

A população atualmente abastecida de água, pela CORSAN, corresponde a 4.028.000 habitantes, ou seja, 90,1% da população urbana das localidades atendidas pela Companhia, e 60% da população urbana total do Estado.

A partir de março de 1987, o acréscimo da população foi de 145.200 habitantes, em decorrência da execução de obras em diversas frentes de trabalho, que resultaram na ampliação de 200 km de rede de distribuição, aumento de 630m³ na capacidade de reservação, acréscimo de 55 l/s na produção, perfuração de poços profundos e montagem dos equipamentos para o aproveitamento de 40 destes poços.

Além das obras concluídas no ano, encontram-se em execução diversas melhorias e ampliações de sistemas, devendo gerar os acréscimos de 2.735m³ na capacidade de reservação e 165 l/s na capacidade de produção.

Foram, ainda, concluídas as obras de implantação e incorporadas à CORSAN os sistemas de água de Vila Flores (Veranópolis), Sede Nova (Humaitá) e Capão do Leão. Encontram-se concluídas, aguardando condições de incorporação, os sistemas de Amaral Ferrador (*Encruzilhada do Sul*) e Ivagaci (*Boa Vista do Buricá*).

No campo social, a Companhia estendeu redes de água em diversas localidades, para beneficiar especificamente núcleos habitacionais ocupados por populações de baixa renda, incluídos no Programa PROMORAR, bem como nas periferias das grandes cidades, através do Programa de Prioridade Social (...).

Nas diversas obras executadas, relativas às ampliações, melhorias e implantações de sistemas de água, foram aplicados no período, Cz\$ 310 milhões, obtidos de empréstimos contratados com a Caixa Econômica Federal.

Quanto aos serviços de coleta de esgotos sanitários, a população atendida atualmente pela CORSAN atinge a 338.670 habitantes, ou seja, 27,3% da população urbana das localidades onde a Companhia oferece este serviço, tendo sido registrado, a partir de março de 1987, o acréscimo da população atendida em 15.603 habitantes. Neste período, foram, ainda, realizadas obras de ampliação e melhorias nos sistemas de Cachoeira do Sul, Santa Rosa, Alegrete e Torres, continuando as obras de implantação dos sistemas de Canoas e Tramandaí.

A população de baixa renda também foi beneficiada com coleta de esgotos, através da implantação de redes em núcleos habitacionais incluídos no programa PROMORAR.

Nas diversas obras executadas no ano, correspondentes a ampliações, melhorias e implantações de sistemas de esgotos, foram aplicados Cz\$ 55 milhões, oriundos dos financiamentos da Caixa Econômica Federal.

Foram concluídos, ainda no período, projetos de implantação, ampliação e melhorias de abastecimento de água para 74 localidades de pequeno porte e para 48 localidades de médio e grande porte, bem como projetos de coleta de esgotos sanitários para 10 localidades. Foram fiscalizados, pela CORSAN, diversos projetos e obras de abastecimento de água e coleta de esgotos de loteamentos e conjuntos habitacionais particulares, sendo que, após a conclusão das obras, estes sistemas serão incorporados ao patrimônio da *Companhia*.

No que se refere ao Projeto Rio Guaíba, cuja finalidade é a de recuperar e preservar a qualidade da água do rio Guaíba, conforme convênio existente entre o Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE), CORSAN e Caixa Econômica Federal, encontram-se em execução os projetos básicos das lagoas de estabilização dos sistemas São João—Navegantes e Ponta do Melo, obras necessárias à completamentação do Projeto.

Somente no exercício em análise, foram aplicados Cz\$ 35 milhões neste projeto.

Quanto à execução do Programa de Desenvolvimento Operacional, prosseguiram os trabalhos de redução de perdas e melhorias operacionais, através do aumento da macro e micromedição, pesquisa de perdas, redução de vazamentos e substituição de redes e ramais. Foi, ainda, realizado o cadastramento operacional em 258 localidades, tendo sido implantados a Central de Informações e Atendimento ao Usuário (CIAT) e o Sistema Comercial de Manutenção (SCM), em 15 localidades, dando início a estes projetos.

Com relação ao desenvolvimento de recursos humanos, foram treinados 850 funcionários, representando, aproximadamente, 11% do efetivo total da Empresa.

A preservação dos recursos hídricos do Estado é uma preocupação constante da CORSAN, tendo sido desempenhadas diversas atividades neste sentido, podendo ser destacadas a organização de um cadastro com mapeamento de todos os pontos de captação superficial e as respectivas bacias de contribuição, ações junto à Prefeitura e EMATER visando à preservação de bacias, através do manejo de microbacias, reflorestamento e disciplinamento do uso do solo. A CORSAN ainda participa de ações em conjunto com outros órgãos, visando à preservação dos mananciais, entre os quais encontram-se o Rio dos Sinos, Rio Gravataí e os utilizados pela Região Metropolitana de Porto Alegre.

Cabe ainda ressaltar que o levantamento da situação financeira da Empresa mostrou que, nos três últimos exercícios (1984/1986), a Companhia vinha apresentando resultados negativos, com o conjunto de despesas superando a receita. Desta forma, a CORSAN vinha deixando de atender diversos compromissos, sendo que alguns encontravam-se pendentes de pagamento desde 1986, atingindo, em abril de 1987, o montante de Cz\$ 480 milhões. Para solucionar esta situação foram adotadas medidas saneadoras destinadas ao retorno do equilíbrio econômico-financeiro. Assim, foi elaborado um plano de recuperação econômico-financeira, o qual preconizou determinadas ações gerenciais que estão sendo implementadas, com resultados positivos.

2.3.2 — SISTEMA INTEGRADO DE TRATAMENTO DOS EFLUENTES LÍQUIDOS (SITEL)

O SITEL foi criado pela CORSAN com o objetivo de proteger os ecossistemas naturais da poluição causada pelos efluentes do Pólo Petroquímico do Sul. Para tanto, emprega processos físicos, químicos e biológicos para a remoção desses poluentes, ao nível necessário para atender aos mais rigorosos padrões de proteção ambiental.

No exercício de 1987 e completando 5 anos de operação, o SITEL tem cumprido seu objetivo, fazendo parte de um dos sistemas de tratamento mais moderno e eficiente de todo mundo.

O sistema foi concebido com vários níveis de segurança operacional e três estágios principais de tratamento primário, secundário e terciário. O SITEL está sujeito às disposições da Lei Estadual nº 7.691/82, de 07.07.82 e sua interpretação pela Procuradoria-Geral do Estado, em seu Parecer nº 5.056 de setembro de 1982, onde se cumpre rigorosamente todas as suas exigências. Além de cumprir com eficiência os padrões de qualidade exigidos pelo DMA/SSMA, em âmbito nacional, o SITEL desempenha diversas atividades de estudos e pesquisas, com o objetivo de elucidar aspectos ecológicos da operação do sistema e prevenir, com objetividade e segurança, problemas ambientais futuros. Durante o ano de 1987, foram feitos estudos sobre o efeito da aplicação do lodo na absorção de nutrientes e metais pesados pelas plantas; o desenvolvimento de diversas culturas irrigadas com efluentes tratados no campo agrostológico, implantado na área de Disposição Final; estudo da ictiofauna nas lagoas de estabilização terciária. Há um ano e meio estão se fazendo investigações biológicas, cujos resultados servem como subsídios na remoção de substâncias tóxicas. Estes estudos biológicos são baseados em uso de ovos de larvas de peixes. Outros estudos executados foram: a utilização dos filtros à gravidade, da otimização do sistema de aspersão e a definição da linha de fluxo e monitoramento do lençol de águas subterrâneas da área do SITEL.

É importante salientar que algumas atividades já possuem relatórios parciais destes estudos, porém as pesquisas ainda não findaram.

De março a dezembro de 1987 o SITEL processou 2.544.127m³ de efluente orgânico bruto, sendo que foram recebidos no mesmo período, 816.152m³ de efluente inorgânico.

O custo operacional realizado no ano de 1987, foi de Cz\$ 163,6 milhões, totalmente coberto pelos usuários.

Um evento de maior importância no período e que teve a participação do SITEL foi o "I Seminário Internacional de IAWPRC" Sobre Processamento de Efluentes de Complexos Petroquímicos, realizado em Porto Alegre, no qual o SITEL foi um dos organizadores. O evento contou com cerca de 300 profissionais do setor e também pesquisadores de renome internacional.

Com a realização deste evento ficou a confirmação de que o SITEL está entre os cinco sistemas mais eficientes do mundo. E por se tratar de processos modernos e eficazes, o SITEL vem recebendo visitantes de todas as partes do País, como empresas, escolas, universidades e particulares. O SITEL recebe, ainda, estagiários, tanto de empresas como de faculdades ligadas à área de meio ambiente e biologia.

2.4 – TRABALHO, ASSISTÊNCIA E HABITAÇÃO

2.4.1 — SECRETARIA DO TRABALHO, AÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA (STASC)

A *Secretaria do Trabalho, Ação Social e Comunitária*, enquanto organismo do Governo, tem sua atuação no campo da Política Social, com função normativa, gestora, articuladora e executora. Entende-se por política social a intervenção do Estado no plano das desigualdades sociais no sentido de reduzi-las.

Por suas competências, a STASC é responsável por políticas públicas nas áreas do trabalho, da habitação e da assistência social do Estado.

Neste sentido, desenvolver o Trabalho Comunitário, buscando a efetiva participação da comunidade, tanto na proposição como na manutenção dos programas, desenvolver a Proposta de Municipalização, que visa à participação da comunidade na formulação dos programas mais necessários ao seu município, descentralizando e multiplicando o atendimento e, reforçar o processo de integração com organismos públicos e privados evitando a fragmentação e a superposição de ações e de recursos, são objetivos fundamentais norteadores de todas as ações desta Secretaria.

A consecução das atividades da STASC se dá através da atuação integrada de seus órgãos vinculados: Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul (COHAB-RS), Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM), Fundação Gaúcha do Trabalho (FGT) e Fundação Sul-Riograndense de Assistência Senador Tarso Dutra (FUNDASUL). Também ligado à STASC, através da FGT, está o Sistema Nacional de Emprego (SINE) convênio com o Ministério do Trabalho.

Além da integração interna, a atuação da STASC pauta-se por reforçar a opção deste Governo em trabalhar com os demais organismos da administração estadual, federal e municipal bem como com entidades privadas (associações de moradores, por exemplo).

Desta forma, podem ser citadas como realizadas ou em fase de realização nesta Pasta, as seguintes atividades:

- Projeto de Viabilização de Espaços Econômicos para Periferias Urbanas;
- Programa Estadual de Lotes Urbanizados (PROLURB);
- Programa Integrado de Melhoria Social (PIMES);
- Cadastramento, organização comunitária e de mutirões nos conjuntos habitacionais invadidos da COHAB-RS;
- Levantamento sócio-econômico da população e avaliação física dos imóveis nos conjuntos habitacionais invadidos da iniciativa privada;

- Programa Estadual de Artesanato;
- Programa de financiamento, construção, ampliação e melhoria da moradia (FICAM);
- Manutenção e reparos de moradias e atendimento de seguros habitacionais;
- Campanha de cobrança nos conjuntos habitacionais com elevados índices de inadimplência;
- Programa de Prioridades Sociais (PPS) para recuperação dos conjuntos habitacionais deteriorados;
- Estudos de novas tipologias habitacionais;
- Programa de Ações de Triagem de Menores;
- Programas de Ações de Educação Participativa para Menores;
- Programa de Ações Comunitárias;
- Programas de Ações de Formação para o Trabalho de Menores;
- Programa com Entidades Conveniadas de atendimento ao Menor;
- Programa de Intermediação de Mão-de-Obra;
- Programa de Informatização das Informações sobre Mercado de Trabalho;
- Projeto Cunicultura;
- Anteprojeto para consolidação do cinturão verde de Santa Rosa;
- Pró-Trabalho;
- Programa de Geração de Ocupação e Renda (Micrups Urbanas, Micrups Rurais, Desenvolvimento de Comunidades);
- Programa de Tecnologia Educacional;
- Programa de Formação Profissional;
- Programa de Assistência ao Agricultor de Baixa Renda (PRODAMI);
- Fórum de Debates sobre Relações do Trabalho;
- Cursos para formação sindical em convênio com o DIEESE;
- Centro de Formação Sindical, em planejamento conjunto com representantes dos trabalhadores, a ser construído no Centro de Recreação do Trabalhador em São Leopoldo;
- Oficinas de Produção;
- Projeto Primeiro a Criança;

- Centros Sociais Urbanos;
- Atendimento às entidades sócio-assistenciais;
- Projeto de atendimento a migrações internas e estudos da situação migratória;
- Treinamento e capacitação de equipes;
- Registro de Entidades Cívis (necessário para as Entidades habilitarem-se ao recebimento de Auxílios e Subvenções no Estado/Lei Estadual nº 6.361/71), num total de 793 entidades;
- Delegacias Regionais — Coordenação geral das atividades da STASC no interior do Estado, através das 17 Delegacias Regionais implantadas.

Através de programas executivos, a STASC realiza ações e assistência social.

O Programa de Implantação de Equipamentos Sociais — CRECHES — objetiva a concessão de auxílio financeiro a municípios ou entidades comunitárias para a construção e/ou instalação de equipamentos de creches. Em 1987, com uma verba de Cz\$ 13 milhões, atendeu 26 creches.

O Programa de Assistência ao Agricultor de Baixa Renda e ao Migrante (PRODAMI) objetiva aumentar a renda e o volume de ocupação remunerada dos agricultores carentes em processo de abandono da terra ou em situação de grave êxodo rural. Atendeu 8.000 famílias de agricultores, com recursos de Cz\$ 5 milhões.

2.4.2 — FUNDAÇÃO GAÚCHA DO TRABALHO — (FGT)

A Fundação Gaúcha do Trabalho (FGT) atua na formação profissional (cursos, treinamentos), na área de intermediação de mão-de-obra através do SINE, na área de relações do trabalho (cursos de CIPA, segurança patrimonial, brigada de incêndio, preparação e treinamento de lideranças sindicais com vistas à administração sindical) e na área de geração de ocupação e renda (microunidades de produção, hortas comunitárias).

A FGT, através do Programa Estadual de Artesanato, apoiou os artesãos por intermédio do cadastramento, cursos de artesanato, participação e organização de feiras, participação em mostras internacionais e municipais, incentivando a organização de Associação de Artesãos e implantação de 18 oficinas comunitárias.

Para tanto contou com recursos da ordem de Cz\$ 1,9 milhões do Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato do Ministério do Trabalho.

O Programa de Geração e Ocupação de Renda objetiva apoiar técnica e economicamente trabalhadores do meio rural e urbano na implantação de unidades produtivas do mercado informal com vistas à evolução de microempresas e desenvolve ações comunitárias engajando a clientela num processo de crescimento social, econômico e cultural.

Com este Programa, a FGT desenvolveu em 1987, 2.044 ações comunitárias no meio rural, atingindo 27.560 pessoas. Foram implantadas 48 microunidades produtivas no meio rural e 8 estão em fase de implantação. No meio urbano foram implantadas 10 microunidades e 20 estão em fase de implantação.

Com o programa de Formação Profissional, a FGT desenvolveu 735 cursos profissionalizantes, contando com recursos do Tesouro do Estado da ordem de Cz\$ 2,5 milhões.

Através do Programa de Relações do Trabalho, que tem por objetivo desenvolver atividades visando à preparação do trabalhador para a atuação sindical e para a formação de uma consciência prevencionista, a FGT realizou 162 cursos com 2.493 participantes.

O Sistema Nacional de Emprego (SINE/RS), através do Programa de Intermediação de Mão-de-Obra, atua em 54 municípios, através de 58 unidades, procurando atender o trabalhador via ações de captação de vagas junto ao mercado do trabalho formal, compatibilizando-as com as condições dos candidatos que se inscrevem à procura de emprego, além de orientar trabalhadores e empregadores quanto aos procedimentos referentes ao Sistema de Seguro-Desemprego.

Através deste programa implantou a informatização da intermediação no Núcleo Regional de Porto Alegre, realizou palestras para divulgar o seguro-desemprego, prestou 427.639 atendimentos e conseguiu colocação para 40.668 pessoas.

O Programa de Informações sobre o Mercado de Trabalho, em 1987, implantou o Banco de Dados do SINE/RS. Realizou análise mensal dos índices de variação de emprego (para o Estado e Região Metropolitana de Porto Alegre) através dos dados da Lei 4.923/65 e da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE. Repassou informações e análises sobre o mercado de trabalho aos órgãos competentes e elaborou o Boletim Trimestral sobre emprego.

Através do Programa de Geração de Emprego e Renda, deu continuidade ao Projeto de cunicultura na cidade de Pelotas e apresentou o anteprojeto para consolidação da infra-estrutura do cinturão verde no município de Santa Rosa, com apoio da EMATER.

2.4.3 — FUNDAÇÃO SUL-RIOGRANDENSE DE ASSISTÊNCIA SENADOR TARSO DUTRA (FUNDASUL)

A FUNDASUL é o órgão estadual responsável pela política de assistência social.

Desta forma compete à FUNDASUL:

- fornecer todos os meios possíveis aos quais os setores populares normalmente não têm acesso, para que possam expressar e elaborar suas vivências e necessidades;
- oferecer seus segmentos técnicos e seu complexo de recursos físicos como instrumentos aos setores populares para discussão e encaminhamento dos seus problemas tais quais os entendem.

No ano de 1987, esta Fundação desenvolveu suas ações orientadas pelo Programa de Assistência de Promoção Social.

Este programa abrange o elenco de ações desenvolvidas pela FUNDASUL e tem caráter permanente. Geralmente objetiva proporcionar a elevação da qualidade de vida, consciência social e política de indivíduos, famílias e grupos, levando-os a integrar-se na vida nacional na condição de cidadãos de pleno direito.

É operacionalizado através de Projetos que são executados junto às comunidades de baixa renda e que se fundamentam basicamente nas necessidades da realidade existente num determinado espaço e tempo.

Atinge 47 municípios e mais a Capital do Estado e conta com uma rede de 52 Centros Sociais Urbanos, os quais são equipamentos polivalentes que dão suporte à operacionalização das atividades.

Para atender à programação estão em andamento ou em fase de implantação os seguintes projetos:

— Projeto Primeiro a Criança, que objetiva proporcionar condições para que os menores de famílias carentes desenvolvam integralmente suas potencialidades bio-psico-sociais. Atinge 8 municípios e conta com recursos de Cz\$ 1,7 milhões, financiados pela FUNABEM e Tesouro do Estado;

Atinge 8 municípios e conta com recursos de Cz\$ 1,7 milhões, financiados pela FUNABEM e Tesouro do Estado;

— Projeto Oficinas de Produção, com o objetivo de realizar uma ação solidária que se destina a prover de vestuário as creches e outros grupos atendidos, através de oficinas de costura e de tricô, implantados em 3 municípios da Região Metropolitana com recursos de Cz\$ 3,2 milhões financiados pela FLBA e Tesouro do Estado;

— Projeto de Ação Cultural, que se propõe a promover e estimular a produção cultural como processo coletivo oportunizando às comunidades meios para que alcancem seus próprios fins, nas áreas de subabitação de Porto Alegre e interior do Estado;

— Projeto Atividades Recreativas e Esportivas, que objetiva oportunizar à clientela usuária do Centro Social Urbano (CSU) a ocupação de seu tempo livre através das atividades esportivas e recreativas, as quais se constituem num meio para promoção do indivíduo e da família;

— Projeto Atendimento ao Idoso, que objetiva oportunizar ao idoso condições de resgate de sua memória na comunidade, com abrangência em 20 municípios. No período de janeiro a dezembro funcionaram 24 grupos com 1.021 participantes;

— Projeto Hortas Comunitárias e Domésticas, com o objetivo de implantar e/ou implementar hortas comunitárias e domésticas visando ao aumento direto ou indireto da renda, bem como à melhoria do nível nutricional das mesmas. No período de janeiro a dezembro foram implantadas e implementadas 20 hortas comunitárias com 591 participantes e 580 hortas domésticas com 1.209 participantes, com financiamento da EMATER, Prefeituras Municipais e Tesouro do Estado;

— Projeto Atendimento a Emergências, que atua em situações emergenciais como um recurso institucional de apoio. Em 1987, foram atendidas famílias flageladas na enchente do Rio dos Sinos (São Leopoldo) num total de 557 pessoas;

— Projeto Atendimento Especial aos Municípios, que objetiva assessorar as prefeituras e/ou entidades municipais na implantação de atividades nas áreas de Assistência e Promoção Social, através de reuniões com equipes de prefeituras para assessorar as atividades das Secretarias Municipais de Ação Social.

2.4.4. — FUNDAÇÃO ESTADUAL DO BEM-ESTAR DO MENOR (FEBEM)

A FEBEM é o órgão estadual responsável pela política do menor, definindo o atendimento de sua clientela de duas formas:

Na Forma Direta (menores infratores e abandonados), os menores ficam sob a tutela da FEBEM, sendo repensado o tipo de atendimento prestado, tendo como pressuposto os seguintes aspectos:

- definição de uma política específica de atendimento ao menor infrator, buscando uma proposta que corte o círculo que pressupõe que ele fique sob a responsabilidade da FEBEM até a idade de ir para o presídio;
- desinternamento dos menores atendidos em regime de internato, buscando soluções mais ágeis para sua integração na comunidade;
- fortalecimento de equipamentos comunitários, visando a que o atendimento seja feito no local de origem do menor, buscando assim uma forma mais sadia e humana de atender, do que o isolamento que se dá com o internamento.

Na Forma Indireta (a totalidade dos menores carentes do Estado), identificamos dois tipos de enfoque:

- enfoque técnico, que teria como objetivo eleger prioridades de atendimento junto às comunidades, tendo em vista os recursos e as necessidades de atendimento;
- enfoque político, visando à integração de recursos a nível comunitário, corresponsabilizando todos pelo assumir o problema do menor, com a assertiva de que deve ser assumido, não só pela FEBEM, mas pela comunidade em geral.

A FEBEM desenvolveu suas ações através de cinco programas, a saber: *recriança*, de *triagem*, de *ações comunitárias*, de *formação para o trabalho e educação participativa*.

O *Programa Recriança objetiva atender crianças e jovens de 7 a 16 anos através da prática esportiva, recreação, atividades culturais, orientação para o trabalho e complementação alimentar*. O convênio, no valor de Cz\$ 34,4 milhões, com o MPAS, prevê o atendimento de 12.000 crianças e jovens, mas será ampliado em 1988, de acordo com as necessidades.

Com o *Programa de Ações Comunitárias (CAC)*, propõe a Fundação desenvolver uma ação abrangente nas comunidades, visando a manter assistência e promoção do menor em situação irregular, desenvolvendo atividades preventivas, mediante projetos e atividades comunitárias.

Em 1987 o programa atendeu 8.278 menores, estando em fase de negociação com a FUNABEM a celebração de convênios para a ampliação do atendimento a 46.287 menores.

Através do *Programa de Ações de Formação para o Trabalho (CAFT)*, a FEBEM ministra cursos de formação profissional de forma direta, ou através de entidades em convênio, e promove a colocação de menores, tanto da rede própria como da comunidade, no mercado de trabalho, através de estágios preparatórios ou contrato regular. Em 1987, foram atendidos 8.200 menores.

O Programa de Ações e Triagem (CAT) objetiva realizar o primeiro atendimento do menor e da família, afastados da sociedade por problemas de conduta ou de cunho econômico-financeiro, diagnosticando, orientando e encaminhando a *criança e o jovem* para o recurso-solução. Ainda como forma de ampliar o Programa, encontram-se em fase de negociação com a FUNABEM o Projeto de apoio financeiro para evitar a institucionalização (3.000 menores), a ampliação do Projeto Experiência Familiar (80 menores), a transformação do recolhimento provisório de Pelotas, que atende a 20 menores em Centro Aberto (150 menores) e a implantação de uma marcenaria de cunho pedagógico para 120 menores.

O Programa de Ações Educacionais Participativas constitui um conjunto de medidas especializadas que abrangem uma intervenção direta na realidade em que se encontra o menor, assumindo os custos totais do atendimento a menores carenciados, abandonados e excepcionais.

Os menores internos nos Institutos recebem atendimento em seus aspectos básicos de saúde, educação, recreação e serviço social.

A FEBEM concretiza este atendimento em rede de estabelecimentos próprios:

- Institutos para Excepcionais — treináveis e vegetativos, que estão sendo repassados à responsabilidade da FAERS;
- Institutos de Educação para menores abandonados, em situação de abandono e carentes;
- Institutos de Reeducação para menores infratores com problemas sérios de conduta, em cumprimento a determinação judicial;
- Centros Educacionais — situados todos no interior do Estado, criados para atender à descentralização do Juizado de Menores de forma a atender o menor o mais próximo possível de seu ambiente sócio-familiar-cultural, evitando seu encaminhamento aos institutos da capital.

2.4.5 — COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (COHAB-RS)

A COHAB-RS é o órgão estadual responsável pela implementação da política habitacional de caráter social, entendendo a habitação como dever do Estado e um direito inalienável do cidadão.

Suas atividades, entretanto, foram afetadas pela crise que se abateu sobre o setor, refletindo-se diretamente na empresa: problemas de ordem administrativa; financeira (inadimplência junto à Caixa Econômica Federal); elevado número de mutuários inadimplentes; paralisação de obras em conjuntos habitacionais e, no decorrer do último ano, invasão de conjuntos habitacionais.

Porém, objetivando a retomada das atividades, a COHAB desenvolveu estudos para a resolução do problema das obras paralisadas (reajuste das empreiteiras), renegociação das dívidas junto à Caixa Econômica Federal (CEF) e junto aos mutuários inadimplentes.

Por outro lado, a empresa deu continuidade à execução do Programa de Habitação através de subprogramas: PROLURB (lotes urbanizados), produção de pequenos conjuntos (até 100 unidades), PROFILURB (lotes urbanizados) e FICAM (Financiamento para a construção, ampliação ou melhorias da casa própria).

Com o objetivo de atender à população de baixa renda, de 0 a 3 salários mínimos, através de lotes urbanizados (60 OTNs por lote) a serem repassadas a fundo perdido pelo Governo do Estado às prefeituras municipais do interior, encontra-se em execução o Programa Estadual de Lotes Urbanizados — PROLURB, em conjunto com a Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Urbano e Obras Públicas.

Outra atividade em execução pela COHAB-RS é o desenvolvimento do Programa Novos Empreendimentos através dos subprogramas PROFILURB (lotes urbanizados), Produção de Pequenos Conjuntos (até 100 unidades) e FICAM (Financiamento para construção, ampliação ou melhoria da casa própria), tendo sido liberados pela CEF 18,3 milhões de OTNs para a produção de 44 mil unidades.

Através do Programa de Recuperação dos Conjuntos Habitacionais Invadidos, foi solicitada a liberação de 204,6 mil OTNs junto ao Programa PROSANEER do MHU/CEF e, conseguida a liberação de Cz\$ 3 milhões da FLBA, para a complementação da infra-estrutura destas unidades.

O Projeto Cadastro Imobiliário objetiva realizar um levantamento atualizado do patrimônio imobiliário para que possa servir de base para a montagem de um sistema informatizado de dados (já parcialmente implantado a nível de programa), permitindo regularização, racionalização, acompanhamento e utilização para novos programas e/ou projetos, bem como o início dos trabalhos de recuperação dos conjuntos.

2.5 — SEGURANÇA PÚBLICA

2.5.1 — SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA (SSP)

A Secretaria da Segurança Pública (SSP), a partir de março de 1987 mudou sua forma de atuação, pautando sua conduta segundo entendimento de que a Segurança Pública “é segurança para o povo e não contra ele”.

Para atender sua área de competência conta com ações das unidades de: Polícia Civil, Brigada Militar, Polícia Administrativa e Polícia Judiciária.

Em relação às atividades desenvolvidas pela Polícia Civil, durante o ano de 1987, destaca-se o atendimento de mais de 468 mil ocorrências entre acidentes de trânsito, furtos e roubos, lesões corporais, furto de veículos, uso de tóxicos, homicídios e outros.

Já na área das atividades da Brigada Militar estão registradas cerca de 1.341 mil ocorrências atendidas através da Polícia e Bombeiros Militares.

No âmbito administrativo da Polícia, cabe salientar: o registro de cerca de 329.224 veículos, a confecção de 153.827 carteiras nacionais de habilitação, o registro de 27.589 armas, 17.833 autorizações para porte de armas e 341.394 cédulas de identidade.

Concomitantemente, o trabalho da Polícia Judiciária desenvolveu-se no sentido de: atender a 143.145 inquéritos, recuperar 5.690 veículos, apreender 8.418 armas, realizar 75.356 exames clínicos-laboratoriais, efetuar 2.132 prisões preventivas e elaborar 3.967 flagrantes.

A partir de 15 de março de 1987, foram realizados 24 novos convênios para a construção de prédios para órgãos da Polícia Civil e Brigada Militar, que prevêm a co-participação do Estado, Município e Comunidade, estas através dos Conselhos Comunitários Pró-Segurança Pública (CONSEPROS), agora com uma nova ótica no sentido de ampliar o canal de comunicação entre o cidadão e a Segurança Pública. Dos convênios existentes também para construção de prédios, que eram 24, foram concluídos e inaugurados 07.

Foram ainda realizados:

- — convênio celebrado entre o Ministério da Justiça, através do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) e a Secretaria da Segurança Pública para Adaptação e Ajustamento do Cadastro de Veículos Automotores, em Banco de Dados, conforme padrão nacional, com a finalidade de possibilitar um total controle da frota nacional, visando a combater o roubo de veículos e aperfeiçoar os sistemas e os procedimentos de atendimento ao público, tendo sido repassados à SSP, Cz\$ 2,6 milhões;
- convênio entre a Fundação Legião Brasileira de Assistência e a Secretaria da Segurança Pública para atendimento de cédulas de identidade aos usuários da LBA, nas

vilas periféricas de Porto Alegre e Região Metropolitana, tendo sido repassados à SSP, Cz\$ 2,5 milhões;

- continuidade do Convênio existente entre o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) e a Secretaria da Segurança Pública, objetivando o controle do pagamento de multas por infrações de trânsito cometidas em rodovias federais, tendo sido repassados à SSP, Cz\$ 1,9 milhões;
- realização de estudos de viabilidade de cruzamento dos Sistemas de Informática dos órgãos Operacionais da SSP, com vista ao aumento da produtividade operacional e de um Sistema de Recarga de Munição para treinamento intensivo de tiro para policiais civis e militares e de racionalização das Áreas ou Regiões Policiais;
- aquisição de 101 veículos operacionais para as duas forças policiais, e recebimento de 225 veículos, do Ministério da Justiça, de 02 veículos, da Receita Federal.

Finalmente, cumpre registrar a continuidade das seguintes atividades: na Polícia Civil, os Sistemas de Computação Eletrônica de Dados para cadastramento de veículos e infrações (VIN), motorista, furto de veículos, serviços de protocolo e material e informações policiais, com o apoio operacional de 08 Núcleos de Processamento de Dados (NPDs), sendo 02 na Região Metropolitana e 06 no Interior; na Brigada Militar, os Subsistemas de Ocorrências e de Despachos de Patrulha, do Sistema de Informações Operacionais e as operações especiais denominadas: Golfinho, Papai Noel, Volta à Escola, Camarão (na Lagoa dos Patos em apoio à SUDEPE) e "Blitz" no trânsito.

2.6 — JUSTIÇA

2.6.1 — SECRETARIA DA JUSTIÇA (SJ)

A Secretaria da Justiça tem como objetivos fundamentais o relacionamento com o Poder Legislativo, com o Poder Judiciário, com os Partidos Políticos e com o Corpo Consular.

Cuida também da Política Penitenciária do Estado (SUSEPE), do Registro de Comércio (Junta Comercial), do arquivamento da memória histórica e documentária do Rio Grande do Sul (Arquivo Público), da liberdade condicional, dos indultos do serviço externo da população carcerária (Conselho Penitenciário) e da proteção da população e defesa do consumidor (PRODECON).

Entre as alternativas de ação previstas pela Secretaria da Justiça, está bem caracterizado o estabelecimento de uma política penitenciária voltada para a ressocialização e recuperação do homem preso, através do trabalho e educação, do reaparelhamento dos serviços penitenciários, com a conclusão de obras em construção, e as restaurações e ampliações que se fizerem necessárias, bem como do estímulo ao aperfeiçoamento do servidor penitenciário e da instalação de um sistema rápido de comunicação pelo rádio, interligando as grandes casas prisionais e os demais presídios da rede penitenciária.

É significativo o esforço que vem sendo dispendido no desenvolvimento das ações propostas para o alcance da reintegração social do homem que delinuiu, mas muito ainda é o que deve ser feito.

Coerente com suas finalidades, a Secretaria através da Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE) vem realizando obras de construção, restauração, reforma e/ou ampliação em estabelecimentos penais, com recursos, principalmente, oriundos de Convênios firmados entre o Estado e o Departamento Penitenciário Nacional — DEPEN/Ministério da Justiça. Foram contemplados nos convênios, entre outros, o Presídio Central de Porto Alegre, objetivando a reforma de instalação elétrica e hidrossanitária; a ampliação e reforma do prédio de revista de entrada e a reforma do prédio da Guarda Externa e Guaritas. Para o Complexo Penitenciário de Charqueadas, foi assinado convênio para dar início às obras de uma Penitenciária de segurança máxima naquele município.

No Instituto Psiquiátrico Forense “Maurício Cardoso” foi iniciada a construção de uma Unidade Terapêutica Fechada e a reforma das Unidades Terapêuticas “A” e “B”. Também para a Penitenciária Feminina Madre Pelletier, os convênios proporcionaram a aquisição de equipamentos e materiais permanentes para melhor aproveitamento da área cultivável daquele estabelecimento, bem como para ampliação e modernização da sua malharia e para beneficiar a cultura, o lazer e laboraterapia do setor de valorização humana da Penitenciária.

Também foram firmados diversos convênios entre a Secretaria e municípios do Estado com a finalidade de modernizar a rede física do Sistema Penitenciário.

Visando a melhorar o atendimento à população carcerária foram desenvolvidos diversos Programas, entre eles, o "Encontro de Estudos do Sistema Penitenciário", com o objetivo de gerar projetos de aprimoramento ao atendimento ao preso, visando a criar condições de trabalho técnico de reeducação com recursos humanos do próprio Sistema Penitenciário; "Prestação de Serviços à Comunidade" para atendimento dos condenados à pena restritiva de direitos e àqueles beneficiados, com suspensão condicional; "Projeto Liberdade", que se propõe a oferecer a um grupo de apenados, assistência nas áreas de saúde, jurídica, social, ensino, qualificação profissional e trabalho, sob regime previdenciário.

Na área do Arquivo Público, há a destacar o levantamento geral da situação do órgão, com o objetivo de definir o estado de conservação, o volume e técnicas arquivísticas adotadas para a guarda do acervo documental, bem como a estrutura física e administrativa atual. Dentro desta linha, buscou-se definir e garantir as competências do Arquivo Público quanto às atividades de recolhimento, preservação e acesso aos documentos produzidos e acumulados pela Administração Pública, criando, também, formas de integração entre o órgão e a administração de documentos.

Foi instituída uma comissão de avaliação do acervo documental com vistas à definição e recuperação do mesmo e à preservação de informações histórico-administrativas de real valor.

Com o objetivo de incentivar a criação de arquivos públicos municipais, o órgão realizou trabalho junto às prefeituras municipais, do qual constaram, entre outras atividades, seminários regionais com o apoio da UFSM.

Foi firmado convênio com o Curso de Arquivologia da UFSM e prefeituras para a colocação de alunos estagiários junto aos acervos documentais das mesmas, objetivando iniciar um trabalho de recuperação da documentação histórico-administrativa do Estado que se encontra espalhada nos municípios.

No cumprimento de suas finalidades, o Arquivo Público atendeu 11.967 pessoas, forneceu 11.949 fotocópias de documentos e teve 11.324 livros consultados.

A Junta Comercial do Estado desenvolveu ações com vistas à elaboração e implementação de projetos para automação dos serviços do Registro do Comércio objetivando modernizar o atendimento à comunidade empresarial. Neste sentido, foi aplicada a importância de Cz\$ 631,9 mil em equipamentos e material permanente oriundo de convênio celebrado com o Ministério da Indústria e Comércio.

Para manter nas instalações da Junta Comercial um local adequado ao atendimento do público desejoso de registrar marcas do comércio, indústria e serviços, foi assinado convênio com o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

O Programa Estadual de Proteção da População e Defesa do Consumidor (PRODECON) desenvolveu atividades junto aos alunos das escolas municipais de primeiro e segundo graus com o objetivo de divulgar os direitos do consumidor.

A ação do órgão relacionou-se também com os problemas referentes a moradias, condomínios, aluguéis, juros de lojas, mensalidades escolares, consórcios, qualidade de alimentos, controle de qualidade de outros produtos, prestação de bens e serviços, inclusive de órgãos públicos. Nas questões sobre condomínio, foi elaborada cartilha para esclarecimentos aos cidadãos a respeito do condomínio-obrigações e direitos; na de consór-

cios, uma que visa a esclarecer dúvidas a respeito dos consórcios não só para quem já possui veículos automotores, mas também para aquele que pretenda adquirir; e outra, dirigida ao consumidor, sobre alimentação, saúde, habitação, produtos e serviços e propaganda, destinada, prioritariamente, a estudantes consumidores.

2.7 — MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

2.7.1 — PROCURADORIA-GÉRAL DA JUSTIÇA (PGJ)

A Procuradoria-Geral da Justiça (PGJ) tem sua Administração Superior exercida pelo Procurador-Geral de Justiça, Conselho Superior do Ministério Público, Órgão Especial do Colégio de Procuradores do Ministério Público e Corregedoria-Geral do Ministério Público.

Integram a Procuradoria-Geral da Justiça os quadros de Procuradores de Justiça, de Promotores de Justiça e de Pessoal Administrativo.

O Procurador-Geral de Justiça conta, como órgãos auxiliares, com a Assessoria Jurídica, a Procuradoria de Fundações e a Secretaria.

O Procurador-Geral de Justiça atuou, através da Assessoria Jurídica em 1.285 processos, que tramitaram junto ao Conselho Superior da Magistratura, Tribunal de Justiça, Tribunal de Alçada e Supremo Tribunal Federal, tendo comparecido a todas as sessões do Pleno do Tribunal de Justiça.

Foram exarados pelos Procuradores de Justiça 5.317 pareceres junto ao Tribunal de Justiça e 4.205 perante o Tribunal de Alçada, alcançando a soma de 9.522 pareceres, bem como pareceres junto à Justiça Militar do Estado e Tribunal de Contas do Estado.

A Corregedoria-Geral do Ministério Público participou de 27 Reuniões de Trabalho com os Promotores-Corregedores, de 8 Reuniões da Comissão do XXXII Concurso de Ingresso na Carreira do Ministério Público e de 39 sessões do Conselho Superior do Ministério Público. Elaborou relatórios bimestrais; promoveu reuniões com Promotores de Justiça em estágio probatório, Cursos Especiais, em convênio com a Escola Superior do Ministério Público, a confecção de novo prontuário funcional dos membros do Ministério Público e de novo modelo de relatório anual das atividades dos Promotores de Justiça, objetivando a implantação da Informática nos serviços da Procuradoria-Geral de Justiça. Houve, também, a participação em 04 Reuniões do Conselho Deliberativo da Fundação Escola Superior do Ministério Público, emissão de 165 pareceres sobre trabalhos realizados pelos Promotores de Justiça em estágio probatório, emissão de 63 pareceres em pedidos de nomeação de estagiários do Ministério Público, realização de 84 visitas de inspeção e correição, realização de 130 entrevistas com Promotores de Justiça em estágio probatório, realização de 04 sindicâncias e 07 inquéritos sobre a prática de infração penal atribuída a membro do Ministério Público, nos termos do art. 20, parágrafo único, da Lei Complementar nº 40/81.

Através do Gabinete de Pesquisa e Planejamento (GAPP), foram publicados 06 Informativos, 01 publicação de matéria jurídica de interesse do Ministério Público, e 400 fascículos de Ciências Penais, e atendidas 498 solicitações de pesquisas jurisprudenciais, doutrinárias e legislativas formuladas por membros do Ministério Público.

No setor de Concursos do Ministério Público destaca-se a abertura do XXXII Concurso para Ingresso na Carreira do Ministério Público, para preenchimento de 49 cargos de 1.ª entrância, aproximadamente.

Contou o Ministério Público com estágio não remunerado prestado por estudantes de cursos de Ciências Jurídicas e Sociais, junto às Promotorias de Justiça da Capital e do Interior, no total de 148 estagiários.

Relativamente aos projetos especiais, concretizou-se a publicação dos Fascículos de Ciências Penais, matéria de interesse do Ministério Público. Destaca-se a agilização no encaminhamento de processos aos Tribunais de Justiça e Alçada, superando índices anteriores, com a remessa de 700 processos, com pareceres, em 30 dias de atividade. Foi criado o serviço de plantão do Ministério Público, que funciona nos dias e horários em que não há expediente forense.

De 25 a 28 de maio, realizou-se, em Santa Cruz do Sul, a 3.ª Semana do Ministério Público, que alcançou pleno êxito.

A Corregedoria-Geral do Ministério Público, objetivando o aprimoramento dos Promotores de Justiça em estágio probatório, realizou, de 25 a 27 de junho, o 1.º Curso de Aperfeiçoamento, nesta Capital, visando à atualização dos estagiários em Língua Portuguesa e argumentação jurídica.

Há que destacar, ainda, a participação marcante do Ministério Público no Congresso de Direito Constitucional, realizado na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, de 07 a 10 de julho.

Em março, foi instalada a Coordenadoria das Promotorias de Defesa Comunitária, que vem cumprindo integralmente as suas finalidades.

A atividade do Ministério Público na 1.ª instância, em matéria criminal, compreendeu o exame de 54.570 inquéritos policiais e expedientes correlatos, além do oferecimento de 23.434 denúncias, promoção de 16.317 arquivamentos e 13.447 requerimentos diversos (diligências, pareceres, promoções). Foram formalizadas 1.643 requisições, 616 pedidos de prisão preventiva e 2.336 outras medidas. Nos processos de competência do Júri, o Ministério Público manifestou-se, em 1.445 sessões de julgamento, através de 2.918 providências próprias do órgão, tendo sido absolvidos 521 réus e condenados 536. Foram assistidas 66.834 audiências, com apresentação de 10.225 alegações escritas e 16.383 intervenções diversas, tendo as condenações atingido o número de 9.507 e as absolvições 15.640.

Junto às Varas de Execuções Criminais, a Promotoria atuou com 19.506 promoções diversas, tendo realizado 718 visitas inspecionais aos presídios e 314 a delegacias de polícia.

A Coordenadoria de Promotorias Criminais, no período, apresentou, entre outras atividades, atendimento a 3.168 pessoas, registro de 431 ocorrências, autuação de 564 expedientes, solução e distribuição de 819 expedientes, mais participação em 595 audiências e 3.834 manifestações diversas.

Na Coordenadoria das Promotorias de Defesa Comunitária, houve 227 reclamações, sendo instauradas 11 ações civis públicas.

É de destacar, também, a atuação do Ministério Público, em matéria cível, através das Curadorias: de Família e Sucessões, com 113.019 intervenções; das Massas Falidas, com 7.201 manifestações; da Fazenda Pública, atuando como representante da União em 989 processos e como fiscal da Lei em 6.408 expedientes diversos; de Menores com 23.879 intervenções próprias da área. Na Curadoria dos Registros Públicos, o órgão atuou em 11.486 processos, tendo intervindo em 26.578 casos de intervenção obrigatória através da Curadoria junto às Varas Cíveis e em 9.819 outras hipóteses não relacionadas antes.

Nas Curadorias, foram atendidas 100.015 pessoas e assistidas 20.980 audiências.

A Coordenadoria de Promotorias Cíveis registrou 34 iniciais e 65 intervenções diversas, atendendo a 2.077 pessoas e assistindo 90 audiências.

Na Procuradoria de Fundações, deram entrada 120 processos.

2.8 — DEFESA JUDICIAL DO ESTADO

2.8.1 — PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO (PGE)

A PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO (PGE), ao instalar-se a nova administração, em 15 de março, cumprindo uma de suas atribuições constitucionais — prestar assessoramento ao Chefe do Poder Executivo — viu-se envolvida de modo especial, e com participação decisiva, nos acontecimentos que provocaram a paralisação dos serviços públicos em diversos setores. Cômico dessa realidade circunstancial e da nova filosofia de governo implantada, propôs-se o Órgão, antes de mais nada, a dar integral sustentação, na esfera administrativa e judicial, a todos os atos emanados do Governador do Estado, sem descuidar, evidentemente, das demais atividades-fins ditadas pela Lei Maior: representar o Estado em juízo, inclusive na cobrança da Dívida Ativa; centralizar o sistema de assistência jurídica aos Órgãos da Administração Estadual e aos Municípios; prestar assistência jurídica e judiciária aos necessitados; realizar os processos administrativos-disciplinares e, finalmente, consolidar a atribuição recente de representar judicialmente as autarquias do Estado (Leis n.ºs 8.114/85 e 8.284/86).

Quando do início dos movimentos grevistas — do magistério e dos funcionários públicos em geral — o Órgão voltou-se permanentemente à superação dos desencontros, buscando soluções que se adequassem às diretrizes governamentais e à política salarial do Estado, participando diretamente no encaminhamento dos acordos e integrando e/ou assessorando comissões constituídas com o mesmo objetivo.

Em virtude das paralisações já referidas, culminando, em dado momento, com exigência expressa e oficial do cumprimento das leis salariais que ocasionaram o impasse, a PGE, cumprindo indeclinável dever de assessoramento e de exame da constitucionalidade das leis, foi chamada a manifestar-se sobre as Leis Estaduais n.ºs 8.020/85, 8.026/85 e 8.032/85, concluindo estarem eivadas de vícios frente à Constituição Federal, seja por retirarem ao Estado o direito de fixar os vencimentos de seus servidores de acordo com seus recursos, sem depender de índices externos, seja por embutirem tais diplomas delegação de competências. Do exame resultaram as razões da arguição de inconstitucionalidade, levada ao STF pelas representações n.º 1425-8 e n.º 1426-6. A Corte Suprema, liminarmente e no exame final do mérito, acolheu as teses do Estado.

Numa outra ponta, a PGE, por expressa determinação governamental, nada obstante o reconhecimento da gravidade do problema enfrentado por legiões de agricultores que lutam pelo acesso à terra, viu-se forçada a repelir, por ação judicial competente, as invasões de áreas destinadas pelo Estado a atividades de pesquisa e experimentação no setor agropastoril, beneficiando a coletividade toda. A reintegração do Estado na posse de tal patrimônio operou-se de pronto, sem violência e com respeito à dignidade daqueles agricultores que buscam dentro da lei, fazer valer seu direito de luta pelo acesso a uma fração de terra.

Se as áreas invadidas mereciam, pelos motivos expostos, a proteção do Estado, outras que lhe pertencem podem ser destinadas a assentamento de agricultores. Para sua identificação e demarcação foi criada a Comissão Estadual de Levantamento e Demarcação de Terras Públicas (Decreto nº 32.588/87), presidida pela PGE e integrada pelas Secretarias da Fazenda e Agricultura. A Comissão está procedendo, com base nos Livros-Tombo do Departamento do Patrimônio da Secretaria da Fazenda e nos registros da Unidade de Terras Públicas da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, a um minucioso e detalhado levantamento de todas as áreas de propriedade do Estado por ele não ocupadas e próprias para o assentamento de agricultores. Já foi constatada a existência de titulação do Estado sobre aproximadamente 27.000 ha, prosseguindo-se, em relação a tais áreas, com a vistoria, demarcação e exame de outros aspectos. No mesmo levantamento, também já foi identificada, vistoriada e demarcada uma área de 1.040 ha, liberada ao MIRAD para programas de reforma agrária.

Como Órgão de assessoramento jurídico do Estado, a PGE não ficou alheia ao debate, estudo e apoio à missão da comunidade riograndense, por seus constituintes, de elaborar a nova Carta Estadual. Neste particular, o evento de maior relevância constituiu-se na promoção, em Porto Alegre, do ENCONTRO DO COLÉGIO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS DE ESTADO, tendo como tema central "A Procuradoria-Geral do Estado e o Processo Constituinte Estadual", do que resultou a Declaração de Porto Alegre.

A par disso, o desenrolar do processo constituinte, em Brasília, mereceu acompanhamento constante em todas as fases por estudos e debates dos diversos projetos e encaminhamento de sugestões para emendas aos constituintes gaúchos na Assembléia Nacional Constituinte.

A partir de 1986, com suporte na Lei nº 8.114, de 26 de dezembro de 1985 e a partir do atual exercício conforme determina a Lei nº 8.284, de 30 de dezembro de 1986, confiou-se, gradativamente, ao Órgão, juntamente com os procuradores autárquicos, a representação judicial das autarquias estaduais (com exceção do DEPRC). Ainda que não conte a PGE com os recursos necessários, a assunção desse novo encargo, pelos resultados já alcançados, vem provando o acerto da medida. Autarquias como o DAER, Caixa Econômica Estadual e IPERGS dispõem, tanto na Capital como no Interior, de uma representação judicial atual, constante e efetiva, sem qualquer ônus adicional.

A PGE, por solicitação superior, passou a prestar, também, as informações nos mandados de segurança impetrados contra atos do Governador do Estado, encargo que, anteriormente, era cometido à Subchefia para Assuntos Jurídicos e Legislativos da Casa Civil. De igual, foram repassadas pelo mesmo Órgão à PGE as atribuições de manifestar-se previamente quanto à constitucionalidade e oportunidade de projetos de lei da iniciativa dos Deputados Estaduais.

Dos assuntos de pessoal tratados pela Procuradoria específica, destacam-se: negociações coletivas, envolvendo dissídios e acordos; assessoria ao Conselho Estadual de Política de Pessoal; estudos, pareceres e acompanhamento de ações em assuntos como: acúmulo, 13º salário, greve, cedência, adicionais por tempo de serviço, insalubridade, periculosidade. São acompanhados, aproximadamente, 2.200 feitos judiciais propostos contra o Estado e suas autarquias.

Constituída por duas equipes, a de Execuções Fiscais e a de Defesas Fiscais, a Procuradoria Fiscal tem a seu encargo, entre outras funções, a difícil missão de cobrar, em Porto Alegre, a dívida ativa do Estado. Apesar dos obstáculos que se antepõem à realização

da cobrança judicial — considerável parcela dos débitos são encaminhados para execução quando o devedor já encerrou suas atividades ou não dispõe de bens livres que garantam a dívida, as repetidas concessões de anistias fiscais e/ou o simples anunciar dessas medidas, gerando expectativas que inibem a cobrança; a ausência de melhor entrosamento e colaboração entre a Secretaria da Fazenda e a Procuradoria-Geral do Estado — foram ajuizadas todas as certidões de dívida ativa encaminhadas no período, no total de Cz\$ 2,8 bilhões.

No desempenho de suas atribuições — patrocínio dos interesses do Estado nas causas que envolvam bens de seu domínio, além de igual incumbência em todas as causas que não sejam relativas à matéria fiscal ou de pessoal, a Procuradoria do Domínio Público Estadual ajuizou, no decorrer do exercício, 31 ações, contestou outras 84 e atendeu a 2.304 intimações judiciais, além de comparecer a 296 audiências, e obteve vitória em 14 processos em matéria de responsabilidade civil.

Dando cobertura em todo o interior do Estado, por intermédio de suas 19 Procuradorias Regionais, localizadas nas principais cidades, a Procuradoria do Interior responde por todas as atribuições da PGE, coordenando e supervisionando a assistência jurídica e judiciária aos necessitados, além de patrocinar, ainda, os interesses das autarquias estaduais em juízo.

A efetiva e constante presença da PGE, por sua Procuradoria do Interior, na defesa dos interesses do Estado, restou comprovada no episódio das invasões dos sem-terra (Sarandi, Tupanciretã, Júlio de Castilhos e Nova Prata), quando o Estado, em menor espaço de tempo do que outros entes públicos e até mesmo, em alguns casos, proprietários particulares às voltas com o mesmo problema, obteve a reintegração na posse das áreas invadidas. Foram ajuizados 1.747 débitos fiscais, e, em 154 comarcas, acompanhadas 33.000 ações na área de assistência jurídica e judiciária aos necessitados.

É de registrar, ainda, convênio recentemente assinado com a LBA visando a prestar assistência jurídica aos carentes, com acompanhamento da PGE, por intermédio da Faculdade de Direito de Bagé, Fundação Universidade de Passo Fundo, Universidades Federais de Pelotas e Santa Maria, UNISINOS,

A Procuradoria de Assistência Jurídica aos Municípios, à vista de decisão do Tribunal de Justiça do Estado, julgando inconstitucional a aplicação, na presente legislatura, da Lei Complementar n.º 50/85, procedeu, de imediato, a estudo para avaliar as repercussões junto às Câmaras Municipais.

Em face da criação de novos municípios, encontra-se em exame a orientação da Procuradoria a respeito das relações entre o Município-mãe e a nova Comuna, nos aspectos relacionados com a sucessão de bens, servidores, tributos e contabilidade em separado.

A par disso, tem constituído preocupação prevalente desta Procuradoria o acompanhamento dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte no pertinente aos reflexos para os Municípios a quem se pretende atribuir competências mais amplas, com repercussão na demanda dos serviços.

A Procuradoria que trata de processo administrativo-disciplinar promoveu o efetivo funcionamento das três Comissões de Processo Administrativo-Disciplinar e criou uma Comissão Especial, além de realizar mudanças e melhorias na estrutura do órgão, o que possibilitou concluir 31 processos, emitir 45 pareceres, bem como agilizar os feitos embaraçados diante de diligências de difícil realização.

A Unidade de Assistência Judiciária é o Órgão de Assistência Jurídica e Social da PGE, tendo como objetivo primordial atender jurídica e socialmente à população carente.

Devido à crescente crise social e jurídica em torno da questão da moradia, a Unidade participou na "Comissão de Direitos Humanos, Segurança Social e Defesa do Consumidor" da Assembléia Legislativa do Estado, ajudando a elaborar a "Cartilha do Inquilinato I" e a "Carta Aberta", dirigida aos Constituintes. Ainda na mesma Comissão, ajudou a elaborar o projeto de lei que tramita na Câmara dos Deputados sob o n.º 253 e tem em vista o aprimoramento do orçamento jurídico sobre locações.

Na área cível, foram atendidas, mensalmente, 7.000 pessoas carentes e 679 casais em média, bem como acompanhadas 4.000 ações judiciais por mês.

A Equipe Penal tem, atualmente, mais de 10.000 processos em andamento e realiza uma média de 10 júris por mês. Ela atua nas 14 Varas Criminais, Vara do Júri, nas 03 de Acidentes de Trânsito, Execuções Criminais, Justiça Militar, Presídio Central, Penitenciária Estadual do Jacuí, Charqueadas e Feminina, delitos de trânsito junto ao Detran e delegacias distritais, plantão para atendimento de "habeas", representação e aconselhamentos legais sobre violência.

A Unidade também atua na Área Metropolitana constituída de 6 Comarcas (Alvorada, Cachoeirinha, Canoas, Gravataí, Guaíba e Viamão), onde há escritórios de atendimento, com uma média mensal de 3.700 pessoas atendidas e 8.600 processos judiciais, como também no Juizado de Pequenas Causas e junto à Santa Casa de Misericórdia.

Tendo por finalidade, entre outras atribuições, o desenvolvimento de pesquisa no campo do Direito e da Informática Jurídica, o Instituto de Informática Jurídica participou do Programa Estadual de Assessoramento Constituinte, acompanhando o processo de elaboração da Carta Magna através de estudos e sugestões, além de prestar assessoria legislativa a órgãos estaduais na discussão e elaboração de minutas de decretos, entre outros, os seguintes: Sistema de Reforma e Modernização Administrativa, Programa Estadual de Desenvolvimento Industrial, reajustamento de preços nos contratos administrativos e regulamentação da lei dos agrotóxicos.

Foram realizadas 175 pesquisas, 243 informações, e atendidas 19.362 consultas pelo terminal de computador.

Especial atenção mereceu, também, ainda que recursos para tanto não houvesse, o estudo de projetos visando a dotar a PGE de um sistema informatizado de dados, oportunizando a toda a Administração o acesso rápido à orientação jurídica traçada pelo Órgão nas áreas de sua competência. Como primeiro passo, preparou-se, baseado em ampla pesquisa, um programa que possibilitará a armazenagem de dados, com sistema múltiplo de acesso, de todos os pareceres da PGE desde sua criação.

2.9 — AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

2.9.1. — SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO (SAA)

Como consequência da Reforma Administrativa do Governo a Secretaria da Agricultura a partir de 15 de março passou a incluir o setor Abastecimento em sua denominação. Esta alteração tem um significado relevante visto que define a política de abastecimento como uma prioridade do novo governo.

A reformulação do Conselho Estadual de Abastecimento e a criação da Coordenadoria Estadual de Abastecimento, por decreto assinado em 4 de novembro, propiciaram as condições para a implementação de programas específicos, que objetivem beneficiar também aos consumidores.

Na Secretaria da Agricultura e Abastecimento a Reforma Administrativa se expressou de forma mais significativa na implantação das Casas de Agricultura, a nível municipal. *Objetivando racionalizar e agilizar as ações, sem dispersar recursos, as Casas da Agricultura e Abastecimento (C.A.A.) resultaram na integração dos diversos departamentos e órgãos vinculados com a comunidade a qual passou a participar efetivamente na elaboração dos programas prioritários para cada município, através dos Conselhos Municipais das Casas da Agricultura e Abastecimento.*

Paralelamente ao esforço de seus técnicos, na elaboração, discussão e debate destas novas propostas de reformulação administrativa e estrutural, a Secretaria da Agricultura e Abastecimento iniciou com a posse do novo Governo, estudos visando à definição de uma nova política agrícola para o Rio Grande do Sul.

Aumentar a produção vegetal na área da pecuária extensiva e ao mesmo tempo ter maior produção animal na lavoura empresarial e a implantação da agroindústria nas áreas de pequena propriedade, foram as principais diretrizes seguidas na elaboração dos novos programas prioritários da Secretaria da Agricultura e Abastecimento.

No ano de 1987 as ações se desenvolveram segundo os programas constantes da proposta orçamentária de 1987 e as novas diretrizes para o setor.

O Programa de Produção Animal, visando à salubridade e produtividade do rebanho gaúcho promoveu no período, especificamente em defesa sanitária animal, a vacinação bovina com 13.157.910 doses contra a febre aftosa, 135.239 doses contra a raiva bovina, 408.689 doses contra a brucelose, 185.636 doses contra a raiva canina, 374.336 doses contra a peste suína clássica, 126.602 testes e diagnósticos contra a brucelose e tuberculose. No combate à sarna ovina 63 municípios foram abrangidos com vigilância epidemiológica e no combate ao morcego hematófago, — transmissor da raiva — foram capturados 2.155 animais.

Na atividade de fomento à pesca podem-se citar as ações relativas à produção de 99.127 alevinos, 27.570 girinos de rã-touro gigante, além do desenvolvimento de projetos

e estudos em cultivo experimental do camarão e seletividade de malha para sua captura, monitoramento das variáveis ambientais do Saco do Justino, o levantamento físico-químico e biológico da Lagoa dos Quadros e a análise da pesca comercial do bagre em Torres. Em continuidade ao intercâmbio técnico entre o Estado e a Província de Shiga — Japão, dois técnicos participaram de treinamento em estações de piscicultura daquela Província.

Foi reativado também o Conselho Estadual de Pesca do Rio Grande do Sul — onde se encontram representados os segmentos do setor pesqueiro.

Na esfera de melhoramentos zootécnicos dos bovinos de corte foram atendidos 933 produtores com vistas à seleção bovina, 11.306 em manejo do rebanho, 2.074 em mineralização, 540 em seleção de touros.

Referentemente aos bovinos de leite foi oferecida orientação técnica a 2.111 produtores, a 4.018 em mineralização e a 483 produtores sobre higiene em ordenha. Quanto ao plantel de ovinos foram orientados 1.768 produtores na seleção de ventres, realizaram-se 360 inspeções, exames de 2.055 cordeiros e 1.448 classificações de borregos. Com vistas à melhoria do rebanho suíno procedeu-se a 169 inspeções em propriedades, 489 orientações técnicas a produtores, inseminação artificial a 34.420 cabeças e 20 palestras de orientação técnica. Em apoio às criações de aves e coelhos foram atendidos 357 criadores, proferidas 08 palestras e realizados 51 atendimentos em granjas.

Através da coordenação de 98 reuniões de Centros de Integração (CITEs) foram atendidos 536 criadores.

O Parque Estadual de Exposições "Assis Brasil" abrigou neste exercício 10 Feiras e Exposições Oficiais, inclusive a X Exposição Internacional de Animais (EXPOINTER), em Esteio, evento este que se consagrou como um dos maiores havidos até então superando em participação, comercialização e padrão zootécnico as realizadas em anos anteriores.

Na área de fomento à produção animal foram promovidos 27 cursos de inseminação artificial, vendidas 122.108 doses de sêmen além de congeladas 124.651 doses; distribuídos 182.382 litros de nitrogênio, além de proferidas palestras, e atendidos 180 municípios.

Através do fomento zootécnico foram realizadas, em 1987, pelo Serviço de Exposições e Feiras: 70 Exposições Agropecuárias, 20 Expo-Feiras de Gado Leiteiro, 39 Feiras de Terneiros, 38 Feiras de Terneiras, 35 Feiras de Vaquilhonas, 16 Feiras de Bovinos Rústicos, 26 Expo-Feiras de Equinos, 17 Expo-Feiras de Suínos, 13 Feiras de Ventres, 21 Feiras de Ovinos de Verão e 4 Feiras de Cordeiros.

Com a mesma finalidade foram assinados Protocolos de Intenções com a Associação de Criadores de Suínos do Rio Grande do Sul, Associação de Criadores de Gado Holandes do Rio Grande do Sul, Associação de Criadores de Gado Jersey do Rio Grande do Sul e Associação Brasileira de Criadores de Ovinos, visando a trabalho conjunto para melhoramentos zootécnicos das espécies.

Atendendo aos propósitos de melhoria da infra-estrutura da produção animal, foram beneficiados 57 municípios num total de 644 propriedades através da construção de 05 barragens, 350 açudes e bebedouros, da perfuração de 150 poços tubulares profundos e da movimentação de 36.231 m³ de terra para construção de canais de drenagem e irrigação. Foram trabalhadas 1.395 horas em subsolagem, 596 horas em construção de vias

de acesso, 1.337 horas em terraplenagem para instalação de agroindústrias e 315 horas em sistematização de lavouras.

Na área de Planejamento Governamental salienta-se, a revisão dos limites de 52 municípios, elaboração de descrição sistemática para criação de 16 novos municípios e 06 seqüências da elaboração de mapas morfológicos.

Visando a subsidiar o Plano de Abastecimento do Estado foram realizadas 41.116 entrevistas para coleta de informações de mercado agrícola de hortigranjeiros, de cereais e oleaginosas. Procedeu-se também à emissão de 1.383 boletins informativos diários e resumos.

Cabe citar ainda a publicação de 11 Acompanhamentos Agroeconômicos e 924 quadros mensais e semanais da Conjuntura Agropecuária, e a elaboração do documento Agricultura em Números, em vias de publicação.

A Secretaria da Agricultura e Abastecimento procedeu a levantamento topográfico da Estação Experimental de Veranópolis, do Assentamento Agrário Capão Bonito no Município de Salto do Jacuí e do Parque Histórico Bento Gonçalves em Camaquã, à medição de uma área em Rio Grande, outra em Sertão e outra em Guaporé.

O cadastramento geral de todas as famílias assentadas em todos os 13 projetos de assentamento do Estado, encontra-se em fase de conclusão, bem como os projetos para a implantação de Escola de I e II graus para os filhos de assentados.

Na área cartográfica destaca-se a conclusão do Mapa Morfológico do Rio Grande do Sul, na escala de 1:900.000, e a revisão geral das divisas municipais. Foram feitas correções nas divisas de 71 municípios e verificadas as dos novos municípios propostos.

Através do Programa de Aproveitamento de Várzeas Irrigáveis (PROVÁRZEAS/PROFIR/RS) realizou-se a drenagem de 3.722ha e a sistematização de 24.824ha beneficiando diretamente 428 produtores. O Programa é responsável também pela elaboração e acompanhamento de 180 projetos.

A Preservação dos Recursos Naturais Renováveis e da sua utilização racional foram incentivadas através de atividades como: palestras, divulgações na imprensa escrita e falada, visitas e palestras técnicas junto a Prefeituras e entidades associativas. Nesta área incluí-se também a preservação de 37.662ha de Parques e Reservas Biológicas.

No exercício de 1987 foram fixados 61.000m² de dunas, produzidas 525.946 mudas para arborização do litoral, de estradas e reflorestamento e coletados 11.475kg de sementes.

Tratou-se também da manutenção de 4.314km de terraços, do controle de 126 voçorocas e da locação de 593 canais escoadouros e de 1.901km de terraços.

Ressalta-se, ainda, Curso de Conservação do Solo, em Pelotas; Encontro Sobre Plantio Direto, em Giruá; Projeto de Microbacia de Arroio Grande e do Arroio Velhaço; Campanha de Incentivo ao Florestamento Rural com a formação de bosques e quebra-vento e a arborização e açudes de nascentes em Alegrete; Ativação do Projeto do Arroio Duro; arborização ciliar da bacia hidrográfica da Barragem do Passo Real; Congresso da Pequena Propriedade em Lajeado; e Encontro de Viveiristas em Nova Prata.

Cita-se ainda o Convênio firmado com a ELETROSUL para realização de cursos de Educação Ambiental para professores municipais e estaduais dos 11 municípios pertencentes à Bacia do Rio Passo Fundo.

Em Defesa Sanitária Vegetal destaca-se o controle do Serrador da Acácia-Negra através de 1.650 inspeções de matas, em 35 municípios do Estado com o cadastramento de 4.584.500 plantas e 192 palestras e visitas, além de 2.150 receitas agronômicas prescritas.

Quanto à enologia nas ações de controle, inspeção, classificação de bebidas alcóolicas e vinagres salienta-se a análise laboratorial de 10.445 amostras, a realização de 26.958.208 determinações analíticas e a expedição de 65.216 guias de livre trânsito. Na área de assistência foram beneficiados 163 municípios e fiscalizados 209.580.991 litros de produtos desembarcados à comercialização.

Em relação ao fomento vegetal desenvolveram-se ações de inspeção de áreas para a produção de sementes básicas, registradas e certificadas, num total de 7.820ha; credenciamento de 214 produtores; produção de 139.540 sacos de sementes beneficiadas de arroz, soja, trigo e triticale básicas; 1.620 toneladas de sementes beneficiadas de batata básica e certificada; distribuição de 4.711 plantas matrizes de frutíferas e 12.896 inspeções em plantas matrizes de frutíferas.

Visando a otimização da produção apícola em 1987, oportunizou-se 308 consultas de patologia, a produção de 15.480 mudas de plantas melíferas, de 16.217kg de cera laminada, criação de 2.090 abelhas rainhas e produção de 25.000 toneladas de calcáreo. Salienta-se, ainda, o desenvolvimento de 105 palestras e assistência técnica na área de solos. Vários acordos e convênios viabilizaram as ações de apoio à produção vegetal, como o realizado com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) para desenvolvimento de Programa Integrado de Pesquisa Agropecuária, e com o Ministério da Agricultura objetivando a fiscalização, defesa zoossanitária, conservação de solos e Planejamento Agrícola.

Com as Centrais Elétricas do Sul do Brasil S. A. (ELETROSUL) firmou-se o intercâmbio técnico-científico-financeiro para Implantação e para Recuperação Ambiental da Bacia do Rio Passo Fundo.

A programação de Pesquisa em 1987 constou de 222 projetos correspondentes a 20 Programas Nacionais de Pesquisa. Para execução desta programação contou-se com 300 pesquisadores, sendo 67 com pós-graduação em nível de Mestrado e 06 em nível de doutorado.

Além da programação de pesquisa, foi realizado, em outubro de 1987, o seminário "A pesquisa na Secretaria da Agricultura e Abastecimento". A conclusão deste seminário indica que são necessárias mudanças que visem a tornar a estrutura organizacional mais descentralizada e modernizada, principalmente nos setores de apoio.

Ainda em 1987, também foram elaborados o "Plano Indicativo de Pesquisa" e "Plano Indicativo de Treinamento a Nível de Pós-Graduação" e "Projeto de Reativação das Estações Experimentais".

O Plano Indicativo de Pesquisa apresenta uma proposta preliminar para discussão com todos os segmentos sociais comprometidos com o setor primário visando à consolidação de um Programa Diretor de Pesquisa Agropecuária para o Estado.

O Plano Indicativo de Treinamento a Nível de Pós-Graduação apresenta uma análise detalhada da distribuição de recursos humanos, define e quantifica as necessidades e prioridades de treinamentos para os próximos quatro anos, visando a dar treinamento formal em nível de pós-graduação.

O Projeto de Reativação das Estações Experimentais contempla as necessidades gerais das Estações Experimentais no que se refere a pessoal, equipamentos e instalações, numa estimativa a curto, médio e longo prazos.

No âmbito da pesquisa visando ao melhor desempenho no decorrer do ano foram realizados 12 cursos de treinamento de pessoal, cursos estes que atingiram o pessoal técnico, administrativo e de apoio, totalizando 301 treinandos.

Novas tecnologias de produção vegetal foram desenvolvidas com vistas a suas transferências aos produtores rurais. Em feijão, a recomendação das cultivares Rio Negro, Capixaba Precoce e EMPASC 201 — Chapecó representa uma maior oferta de semente fiscalizada adequada às condições climáticas e topográficas do Estado. A recomendação do consórcio feijão e cana-de-açúcar permitirá maior produtividade da cana, maior eficiência no uso da terra e aumento na oferta de alimentos. Com respeito ao milho, o efeito da irrigação demonstrou que de agosto a outubro os rendimentos atingem uma média superior a 7100kg/ha, comparados com rendimentos inferiores a 4500kg/ha em semeaduras de dezembro. A melhor época de semeadura é representada pelo mês de outubro. Fruto das pesquisas de avaliação de cultivares, foram recomendadas 26 cultivares precoces, 18 cultivares tardias e uma de milho pipoca (RS-20 amarela).

A cultivar IPAGRO 21 de soja foi lançada para solos de média e alta fertilidade. Os dados de pesquisa mostravam incrementos de 80 a 100% sobre o rendimento médio do Estado, que oscila em torno de 1.500kg/ha.

Vários estudos referentes à conservação e uso do solo, à preservação de recursos naturais renováveis bem como à pesquisa zootécnica se processaram junto a esta Secretaria, visando a apoiar o progresso da produção agropecuária gaúcha.

Em pesquisa veterinária, na área de saúde animal, destaca-se a produção de 2.924.380 vacinas oleosas anti-aftosa, 375.422 vacinas contra a brucelose e ainda a realização de 67.493 provas e exames nos diferentes laboratórios.

Estudos visando à definição da nova política agrícola constataram que o Rio Grande do Sul vem, ano após ano, reduzindo seus índices de produtividade, tanto na produção agrícola (com exceção do arroz), quanto na pecuária, o que levou a Secretaria da Agricultura e Abastecimento a definir como sua prioridade número um, a busca de soluções para minimizar este problema. Diversas ações neste sentido serão desenvolvidas a partir do próximo exercício, tanto no que se refere à recuperação da fertilidade do solo, como na pesquisa de melhores sementes e ainda na melhoria genética animal. Estas ações propostas estão consubstanciadas nos Programas de: Microbacias, Irrigação, Reflorestamento, Apoio a Agroindústria, Reativação das Estações Experimentais, Armazenagem e Abastecimento.

2.9.2 — EMPRESA RIOGRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (EMATER/RS)

Durante o ano de 1987, a EMATER/RS prosseguiu em suas ações educativas junto aos produtores gaúchos e suas famílias.

A ação extensionista do Programa de Abastecimento de Hortigranjeiros se concentrou no sentido de aumentar o número de produtores que adotassem a produção de hortaliças e frutas como mais uma alternativa de renda na propriedade.

Cabe destacar os esforços dirigidos com vistas ao aumento da produção de hortigranjeiros nos períodos da entressafra nas regiões de microclimas favoráveis, bem como a introdução de tecnologias adequadas, tais como, túneis e estufas de plástico. Também merece ser mencionado o início da produção de frutas de clima tropical em algumas regiões de microclima apto para tais cultivos.

No ano agrícola 1986/87, este programa propiciou a assistência a 3.770 produtores em olericultura geral, 544 produtores na cultura do alho, 23 produtores na cultura do aspargo, 678 produtores na cultura da cebola, 67 produtores na cultura da melancia, 129 produtores na cultura do morango e 707 produtores na cultura do tomate. No que se refere à produção de frutas foram assistidos 85 produtores na cultura do abacaxi, 393 produtores na cultura da banana, 560 produtores na cultura de citros, 274 produtores na cultura da macieira, 312 produtores na cultura do pessegueiro e 5.786 produtores na cultura da videira.

O Programa de Aumento da Produção e Produtividade das Lavouras objetivou promover o aumento da renda líquida dos produtores, principalmente dos pequenos, que se dedicam à produção das principais lavouras no Estado: arroz irrigado, batata-inglesa, feijão, mandioca, milho, soja e trigo. Neste sentido, foi dada prioridade à introdução de práticas que contribuíssem para a redução dos custos de produção e à diminuição do uso de defensivos agrícolas, podendo ser mencionadas: uso da sistematização do solo e melhoria do sistema de irrigação no arroz irrigado, o uso de sementes melhoradas no feijão, o uso de melhoria das condições de armazenamento do milho na propriedade e o uso de baculovirus no combate à lagarta da soja.

No ano agrícola 1986/87 através deste programa foram assistidos 763 produtores na cultura do arroz irrigado, 1.247 produtores na cultura da batata-inglesa, 12.095 produtores na cultura do feijão, 1.452 produtores na cultura da mandioca, 42.866 produtores na cultura do milho, 14.171 produtores na cultura da soja e 2.820 produtores na cultura do trigo.

Através do Programa de Produção e Produtividade das Atividades de Criação Animal, no ano agrícola 1986/87, foram assistidos 1.816 produtores em bovinos de corte, 11.372 produtores em bovinos de leite, 1.378 produtores em ovinos e 8.855 produtores em suínos em sua maioria pequenos, na obtenção de melhores resultados econômico-financeiros em suas criações.

Neste contexto merecem destaque os trabalhos de introdução de práticas dirigidas à diminuição dos custos de produção, podendo ser mencionadas: desmame aos 90 dias em bovinos de corte, aumento da produção de forrageiras para a alimentação de bovinos de leite, adoção de práticas para o aumento da taxa de natalidade e para a redução da taxa de mortalidade em ovinos e aumento da produção própria de milho e outros alimentos para suínos.

A ação extensionista do Programa de Apoio à Produção visou a proporcionar aos produtores condições de infra-estrutura de suporte à produção e foi dirigida principalmente para a irrigação e drenagem, fontes alternativas de energia, associativismo, mecanização agrícola e administração rural.

No Programa de Irrigação e Drenagem foram implantados 337 projetos, no ano agrícola 1986/87. Os esforços dos extensionistas no Programa de Fontes Alternativas de Energia se concentraram na melhoria das condições de potabilidade da água utilizada pelas famílias dos produtores assistidos. No que se refere ao associativismo, cabe salientar a assessoria às cooperativas e associações de produtores. No Programa de Mecanização Agrícola foi dada assistência às Associações de Prestação de Serviços e de Assistência Técnica (APSAT's) e fundadas mais sete novas APSAT's. Cerca de 1.550 produtores, em sua maioria pequenos, realizaram trabalhos básicos no sentido da implantação de práticas de administração rural em suas propriedades.

A assistência aos produtores nas práticas de conservação dos recursos naturais em suas propriedades foi realizada através dos Programas de Proteção ao Meio Ambiente. Cabe salientar que atualmente cerca de 1.122 produtores assistidos em 41 municípios do Estado, estão desenvolvendo trabalhos em 51 microbacias hidrográficas com uma área total de cerca de 28.050 hectares, já tendo sido executados os trabalhos de terraceamento e práticas de manejo do solo em cerca de 8.000 hectares.

Neste programa foram assistidos 44.110 produtores no ano agrícola 1986/87.

Já as ações do Programa de Defesa Sanitária Vegetal se dirigiram no sentido da diminuição do uso de agrotóxicos e da adoção de práticas corretas de manejo dos defensivos agrícolas junto a 26.685 produtores e jovens assistidos.

O Programa de Promoção Social concentrou sua ação na busca da melhoria dos padrões alimentares e de saúde das famílias no meio rural. Merece destaque especial a mobilização das comunidades rurais, contando com o apoio de um grande número de entidades municipais, estaduais e federais, no sentido de organizar e operacionalizar as Comissões Institucionais Municipais de Saúde (CIMS), através do treinamento e da atuação dos agentes de saúde.

Também foi dado apoio ao movimento de organização das trabalhadoras rurais, existindo atualmente 2.358 grupos com a participação de 49.251 trabalhadoras rurais.

O Programa de Bem-Estar Social ofereceu assistência a 49.992 famílias no ano agrícola 1986/87. Ainda neste programa cabe destacar a ação extensionista junto às escolas, abrangendo um total de 5.404 escolas com a participação de 175.462 alunos e 8.722 professores.

Tendo como objetivo principal a viabilização de mudanças no meio rural que melhorassem as condições necessárias ao desenvolvimento efetivo e à permanência em seu meio, os extensionistas assessoraram 25.515 jovens na execução de projetos individuais econômicos, 12.760 jovens na execução de projetos individuais sociais, 14.472 jovens na execução de projetos de solos e reflorescimento e 84 jovens na execução de projetos de administração rural, no ano agrícola de 1986/87. Como resultado da mobilidade de jovens do meio rural, em um ano de trabalho, foram criadas 41 Comissões Municipais de Jovens Rurais, 7 Comissões Microrregionais de Jovens Rurais e uma Comissão Estadual de Juventude Rural, que coordenarão a atuação de 36.349 jovens reunidos em 837 Clubes e/ou Grupos de Jovens.

Através do Programa de Comercialização e Abastecimento foi dada assistência a pequenos produtores, com vistas a aumentar a lucratividade de seus negócios por meio da implementação de atividades alternativas intensivas, como a produção de produtos hortigranjeiros. Assim, já no ano agrícola 1986/87, 1.870 produtores feirantes comercializaram sua produção diretamente aos consumidores, em 135 Feiras do Produtor, em 127 municípios do Estado.

Os produtores com maior facilidade de acesso aos municípios do litoral, assistidos pelos extensionistas, comercializaram seus produtos hortigranjeiros em 14 Feiras do Litoral, tendo sido beneficiados cerca de 580.000 consumidores.

O Programa de Crédito Rural Orientado beneficiou os produtores assistidos com a contratação de 4.242 operações de crédito em valor superior a Cz\$ 150 milhões.

Com o retorno da ordem de Cz\$ 3 milhões, proveniente do fundo rotativo constituído com recursos do FINSOCIAL, foram liberados 84 novos empréstimos a pequenos produtores assistidos.

Com recursos do Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (PROCERA), repassados pelo BNDES, através do BADESUL, foram assentadas 554 famílias em 13 núcleos.

A primeira etapa do Plano de Investimentos em Microbacias contou com recursos cujo montante de cerca de Cz\$ 5 milhões permitiu a contratação de empréstimos a 62 pequenos produtores localizados em 2 municípios.

2.9.3 — COMPANHIA ESTADUAL DE SILOS E ARMAZÉNS (CESA)

A Companhia Estadual de Silos e Armazéns (CESA) no ano de 1987 completou 35 anos executando a política oficial do Governo do Estado na prestação de serviços de armazenagem, isto é, na guarda e preservação de grãos e produtos altamente perecíveis.

Embora a CESA detenha menos de 10% da capacidade efetiva de armazenagem do Rio Grande do Sul, a importância de sua participação no setor destacou-se pela qualificação técnica das suas unidades. Tendo movimentado, no exercício, significativo volume de produtos, a Companhia executou, indistintamente e com caráter de simultaneidade, as funções de armazenagem coletora, intermediária, terminal (portuária) e estratégica.

A Companhia obteve, no exercício de 1987, um desempenho favorável marcado, principalmente, pela relativa recuperação nos níveis tarifários praticados, bem como pela dinâmica imprimida na ação administrativa das diferentes áreas da empresa, destacando-se, setorialmente e por atividades desenvolvidas.

A CESA como membro do Conselho Executivo Estadual das Casas de Agricultura e Abastecimento, tem contribuído para a efetiva implantação das Casas da Agricultura a nível municipal.

Concomitantemente tem buscado conciliar sua atuação como empresa de armazenagem com as prioridades expressas pelas lideranças comunitárias regionais, com vistas a uma efetiva integração setorial.

No presente Governo instalou-se a Gerência Estadual de Movimentação de Safras (GEMS) que é composta de um Conselho de Entidades, estando a cargo da CESA a Secretaria Executiva.

A GEMS tem importante função a desempenhar visto que reúne, num foro de debates, todos os órgãos e entidades envolvidos com a problemática da armazenagem e abastecimento distribuídos em grupos setoriais. Tem por objetivo detectar os pontos de estrangulamento, propor medidas emergenciais, elaborar planejamento para o setor (de curto, médio e longo prazo), seja no que diz respeito aos aspectos operacionais, tecnológicos, administrativos, expansão das instalações e prioridades no aporte de recursos.

Como empresa fundadora da Associação Brasileira das Companhias Armazenadoras Oficiais (ABCAO), teve no exercício de 1987, uma participação atuante na defesa dos interesses comuns das Companhias Armazenadoras Oficiais do País junto ao Governo Federal, em assuntos como, por exemplo, aporte de recursos, política tarifária e padronização de custos.

De forma mais expressiva tem também contribuído com repasse de tecnologia administrativo-operacional às suas co-irmãs. Atualmente a CESA participa da Diretoria da ABCAO, possibilitando ao Estado uma posição de destaque na condução da Política Nacional de Armazenagem.

A atividade-fim da CESA, que é a guarda e a preservação de grãos e produtos altamente perecíveis, é desenvolvida nas 28 unidades armazenadoras da Companhia, localizadas no interior do Estado, as quais respondem, em conjunto, pelo desempenho técnico-operacional da empresa.

No exercício de 1987, graças ao trabalho qualificado desenvolvido nas unidades, a CESA consolidou a credibilidade junto aos seus quase 15.000 clientes no meio rural, apresentando um desempenho extremamente favorável.

Na rede de 26 silos e armazéns ingressaram cerca de 1.670.000t de grãos o que configura uma rotação média no ano de 2,5 vezes a capacidade instalada da Companhia, que é de aproximadamente 660.000t. Vários produtos contribuíram para este resultado positivo, destacando-se entre eles, o trigo, o milho e a soja, os quais perfizeram 82% do total recebido.

Nas duas unidades frigoríficas, as quais possuem uma capacidade total de 66.000m³, ingressaram aproximadamente 35.000t de produtos passíveis de frigo-conservação o que representou uma rotação de 2 vezes a capacidade destas unidades.

Para dar suporte à atividade-fim e, à maior eficiência em cada uma das unidades armazenadoras promoveram-se diversas ações no sentido de otimizar o desempenho da Companhia, destacando-se: o remanejamento do pessoal da área (na sede e no interior), unificação de horários nos silos portuários, maior controle nas convocações de horas extras, coordenação centralizada para atendimento aos dois maiores clientes da CESA (CTRIN e CFP), agilização no atendimento à manutenção das unidades como também aprimoramento de aspectos referentes à tecnologia operacional da Companhia.

Em consonância com a política de atuação do novo Governo do Estado, a CESA promoveu um remanejamento nos cargos e funções de confiança, bem como implantou na rede operacional um sistema de controle que permitiu significativa redução nos custos operacionais com pessoal.

A par dessas medidas houve, via Programa de Necessidades de Recursos Humanos, uma solução definitiva para a administração de pessoal safrista, isto é, para a contratação, por prazo limitado, de operários para atendimento aos piques de recebimento de cada safra.

O exercício de 1987 caracterizou-se por uma sensível recuperação da situação da empresa: em razão da recuperação tarifária, o comportamento da receita operacional possibilitou à Companhia apresentar no exercício um lucro operacional estimado em mais de Cz\$ 60,0 milhões que, comparado ao do exercício anterior (prejuízo de Cz\$ 39,1 milhões) demonstra o bom desempenho da CESA.

O êxito financeiro permitiu que fosse dado início ao programa de recuperação das diversas unidades da Companhia, como também oportunizou a amortização parcial da dívida em atraso junto ao BRDE, tudo com recursos próprios, uma vez que não houve possibilidade de contar com o efetivo apoio do Tesouro do Estado, junto ao qual a empresa possui créditos no valor de Cz\$ 93,1 milhões relativos aos exercícios de 1985, 1986 e 1987 e destinados a investimentos e amortização de dívida.

Vale citar que afora o débito junto ao BRDE (Contrato de Lease-Back), a CESA não possui qualquer outra dívida, devendo concluir o exercício rigorosamente em dia com seus compromissos.

Na área de Planejamento da empresa, foram realizados estudos e projetos voltados principalmente à avaliação do desempenho das unidades da CESA, estudos econômicos e mercadológicos para implantação de novas unidades, aprimoramento da apuração de custos da companhia e estudos visando a adequar as tarifas de serviços da CESA à realidade da empresa e à situação de mercado. Em fase de elaboração encontram-se, um Plano Estadual de Armazenagem o qual tem seu desenvolvimento conjunto com outros órgãos da iniciativa privada e oficiais e, também estudos para a implantação de Armazéns Comunitários destinados a pequenos agricultores.

Juntamente com a METROPLAN a CESA elaborou o projeto de implantação de um Mercado, em 1988, em Sapucaia do Sul.

Ao longo de 1987 a Companhia dispendeu mais de Cz\$ 13 milhões na realização de investimentos de curto prazo, considerados de caráter essencial à sua operacionalidade, os quais compreendem manutenção, conservação e melhorias das unidades, reaparelhamento administrativo-operacional, além da conservação dos hortos florestais existentes e destinados ao abastecimento de lenha para secagem de grãos.

A par destes investimentos em pequenas obras já concluídas, outras encontram-se em pleno andamento e, ainda outras em fase de projeto e/ou licitações devendo no curto prazo, isto é, até a safra de verão muitas estarem executadas.

Atendendo à política da empresa, a CESA possui, para o período 1988/90, um Plano de Expansão, o qual compreende obras de conservação, melhorias, reaparelhamento e ampliação da rede existente; construção de novas unidades, e, formação e conservação de hortos florestais.

A concretização deste Plano, possibilitará à CESA, além da adequação e melhoria nas suas unidades, um acréscimo de capacidade em mais 230.900t para grãos e em mais 68000m³ para produtos passíveis de frigo-conservação.

O montante dos investimentos para a implantação do PLANO, a preços de dezembro de 1987, atinge a Cz\$ 3,8 bilhões, tendo a CESA encaminhado Consulta Prévia ao BNDES para a análise e concessão dos respectivos recursos, estes advindos do Fundo Nacional de Desenvolvimento.

2.9.4 — FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO RIO GRANDE DO SUL — (FZB/RS)

Tendo como objetivos principais expor espécimes da fauna e flora, manter áreas verdes, realizar o inventário da natureza, situação e características qualitativas dos recursos naturais renováveis do Estado, assim como prestar serviços à comunidade através de atividades educativas, culturais, recreativas e de lazer, a Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul desenvolveu ações para atingir seus fins através do Museu de Ciências, Jardim Botânico e Jardim Zoológico.

O Parque Zoológico recebeu uma visitação de 475.846 pessoas, produziu 311.476 kg de forrageiras e 26.183 hortigranjeiros para alimentação dos animais em cativeiro. Possibilitou 13 estágios a estudantes, produziu 8.154 litros de leite e 1.253 kg de iogurte natural, 635 kg de mel, 2.429 ovos, 343 cobaias, 595 tilápias, 8.575 larvas de tenébrions e zelou pela manutenção e reprodução de 2.747 animais.

O Jardim Botânico recebeu 79.270 pessoas, produziu 45.001 mudas de espécies anuais e perenes, 1.188 mudas de plantas de interior, participou em 44 feiras e exposições, com uma venda anual de 10.130 plantas e um plantio de 30.985 mudas de espécies anuais e perenes.

A Fundação Zoobotânica realizou ainda 216 assessoramentos bibliográficos aos pesquisadores na área de recursos naturais.

O Museu de Ciências promoveu um movimento e conservação do acervo de coleções científicas de 8.460 lotes, atendimento a 407 pessoas da comunidade, estudantes e imprensa, ministrou 229 horas/aula através de cursos, concluiu 7 pesquisas científicas e manteve 113 em andamento.

Coube ainda ao Museu a instalação da exposição museológica de flora e fauna regional e a manutenção do Banco de Dados do Ambiente Natural com 11.310 registros. No ano de 1987, 1.138 escolares estiveram em visita ao Museu que recebeu ainda uma visitação de 1.123 pessoas.

No desenvolvimento de suas ações de pesquisa e prestação de serviços a FZB contou com recursos provenientes de diversas instituições públicas destacando-se os financiamentos destinados pela FINEP, Ministério da Marinha, Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul, CAPES, Ministério da Indústria e Comércio e Ministério da Saúde.

As atividades de pesquisa se voltaram prioritariamente a estudos de flora e fauna da Estação Ecológica do Taim e aos ambientes litorâneos do Estado.

Cabe destacar ainda a prestação de serviços à COPESUL para a implantação de uma Reserva Ecológica Experimental, Faunística e Florística, com fins preservacionistas e culturais em áreas daquela Companhia, bem como a contratação pela MAGNA Engenharia Ltda do projeto básico para caracterização dos Elementos Bióticos na Área de Implantação da Usina Hidroelétrica de Campos Novos em Santa Catarina.

2.9.5 — INSTITUTO RIO GRANDENSE DO ARROZ (IRGA)

Para a definição da nova política de atuação da Autarquia, a presidência do IRGA manteve reuniões e contatos individuais com produtores, industriais e comerciantes de ar-

roz, bem como com o Secretário da Agricultura e Abastecimento, resultando na reorganização da entidade e posterior integração às "Casas de Agricultura".

Junto ao Governo Federal o IRGA empenhou-se na prorrogação das dívidas dos agricultores, na obtenção de tabelamento de arroz a níveis suficientes para cobrir os custos de produção, bem como na fixação de preços mínimos adequados para os produtores.

Somente em novembro, uma comissão integrada por Cooperativas Arrozeiras e a Federação das Cooperativas de Arroz do Rio Grande do Sul (FEARROZ) conseguiu junto à Secretaria Especial de Abastecimento e Preços (SEAP) e a Comissão de Financiamento da Produção (CFP) a prorrogação nos empréstimos do Governo Federal que apresentavam remissões excessivamente acumuladas.

A comercialização da safra de arroz 86/87 foi extremamente difícil, devido ao excesso das importações ocorridas no ano anterior e à correção do preço — IPP, o qual se revelou incapaz de refletir o processo inflacionário ocorrido, resultando na queda real do preço mínimo (0,7 OTN).

Deve-se ressaltar ainda que o tabelamento do arroz ocorrido entre junho e novembro não permitia, sequer, a remuneração do preço mínimo, o que determinou prejuízos também na Agroindústria.

Visando a melhorar a produtividade das culturas, a Secretaria da Agricultura e Abastecimento e a Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Urbano e Obras Públicas, através desse Instituto e do Conselho de Recursos Hídricos do Rio Grande do Sul (CONRHIGS) vêm desenvolvendo trabalhos no sentido de até 1991 possibilitar a incorporação de 440 mil hectares de área irrigada, sendo destinados 200 mil ha ao cultivo de milho, 150 mil ha ao de arroz, 50 mil ha ao de soja, 20 mil ha ao de feijão e 20 mil ha ao de olerícolas e frutícolas.

Estudos conjuntos entre o CONRHIGS/IRGA, elegeram como prioritárias, no ano de 1987, as bacias hidrográficas dos rios Santa Maria, Ijuí, e Piratinim, Pardo/Pardinho, Maquiné/Três Forquilhas e Taquari/Antas.

Com a assinatura do primeiro convênio, em 13 de maio de 1987, o Plano Nacional de Irrigação (PRONI) liberou ao Estado a quantia de Cz\$ 50,4 milhões que foram alocados na contratação de inventários hidrológicos, projetos básicos de engenharia e apoio a prefeituras em projetos de olericultura.

Já estão concluídos os inventários hidrológicos das bacias hidrográficas dos rios Santa Maria, Ijuí/Piratinim, Pardo/Pardinho, Santa Rosa, Comandaj, e em fase de conclusão os inventários dos rios Taquari/Antas e Capané.

No que se refere aos estudos básicos de engenharia encontram-se em fase de conclusão 21 projetos nas bacias do rio Santa Maria, 14 no rio Ijuí e 03 no Pardo/Pardinho.

O IRGA tem atuado também na renegociação da dívida dos usuários de água fornecida pela Barragem do Capané. Essa barragem, localizada em Cachoeira do Sul, teve no ano de 1987, reformados seus dutos e comportas e concluído o detalhamento do projeto do vertedouro. O projeto de recuperação do maciço da Barragem do Capané, já conta com a sondagem realizada, estando atualmente na fase de ensaios de laboratório.

A execução desses projetos deverá ter assessoria da Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC), estando o início das obras previsto para 1988.

Após a avaliação dos trabalhos desenvolvidos pelo IRGA junto a 4ª e 5ª Diretorias da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco — CODEVASF, em Aracaju e Propriá, está sendo discutida a renovação do convênio existente.

No que concerne à comercialização em 1987, o Instituto não formou estoque regulador, apenas vendeu parte do estoque regulador de 1986, totalizando 23.023 toneladas de arroz. Da Comissão de Financiamento da Produção (CFP) recebeu 100.000 toneladas do produto beneficiado, para armazenar, com a finalidade de desocupação dos depósitos das agroindústrias para recebimento da nova safra. Acrescentou a sua receita Cz\$ 18 milhões pelo serviço de armazenagem.

Os serviços prestados aos produtores, em suas unidades de Uruguaiana, Cachoeira do Sul, Areal (Camaquã), Palmares do Sul, Pelotas e Porto Alegre, resultaram em uma receita superior a Cz\$ 2,8 milhões.

No âmbito da pesquisa foram produzidas 2.056 análises de sementes; 10.920 análises de solos; 631 quilos de semente genética de 11 cultivares; 701 quilos de semente genética de 13 linhagens; 38 sacos de semente pré-básica BR/IRGA/410, 32 sacos de BR/IRGA/412 e 38 sacos de BR/IRGA/409. Acrescenta-se a estas a produção de 821 sacos de BR/IRGA/410, 1.205 sacos de BR/IRGA/409, 510 sacos de BR/IRGA/412 e 203 sacos de IRGA/172F4SS-39, 25.000 sacos de semente certificada BR/IRGA/409, 410, 412 e 413.

Para a safra 87/88 foram realizados os trabalhos de preparação de campo e seleção de material para a instalação dos experimentos relativos aos projetos de pesquisa a seguir relacionados:

- doses e épocas de aplicação de potássio em arroz irrigado;
- produção de sementes genética, pré-básica e básica de arroz irrigado;
- efeitos do teor de umidade da semente, tipo de embalagem e período de armazenagem na qualidade fisiológica da semente de arroz;
- melhoramento genético de arroz irrigado;
- densidade da semeadura e espaçamento entre linhas para arroz irrigado;
- efeitos de método de seleção e qualidade da semente de arroz irrigado;
- níveis e épocas de aplicação de nitrogênio na cultivar BR/IRGA/412 (Itaqui);
- níveis e épocas de aplicação de nitrogênio em genética de arroz irrigado;
- efeitos de diferentes níveis populacionais de *Spodoptera* sp em arroz irrigado;
- ensaios com novos herbicidas;
- ensaio regional de cultivares;
- influência de genética, densidade de semeadura e população de arroz vermelho na qualidade de sementes, no rendimento de grãos de cultivares e linhagens de arroz irrigado;
- efeitos da competição do arroz vermelho sobre a produtividade da cultura do arroz irrigado, no Rio Grande do Sul;
- comportamento da soja e milho em planosolo sob drenagem e irrigação;
- ensaio regional de variedades (Pelotas, Bagé, Itaqui, Santa Maria e Santa Vitória do Palmar);
- efeito da adubação e da calagem sobre a produtividade e a toxidez de ferro na cultivar BR/IRGA/409 (Santo Antônio);
- efeito de diferentes alternativas e condições de cultivo mínimo, plantio pré-germinado e preparo de verão, com vistas ao controle do arroz vermelho;
- avaliação da gradagem sucessiva no controle de arroz vermelho (Cachoeira do Sul);
- avaliação do cultivo mínimo e pré-germinado no controle do arroz vermelho.

Através do Programa Nacional de Várzeas Irrigáveis (PROVÁRZEAS) o corpo técnico do IRGA elaborou 15 projetos de Irrigação e Drenagem abrangendo 3.034 ha; realizou 14 treinamentos para 94 treinandos de nível médio e nível superior e elaborou 7 projetos de barragens para irrigar 586 hectares.

No tocante a Extensão, a Unidade de Assistência Técnica e Irrigação (UATI) realizou 166 projetos de açudes para 11.493,6 ha; 189 explorações de açudes para 11.409,09 ha; 1.036.218,4 metros de nivelamento de canais; 154 projetos de instalação de recalque para 13.131,68 ha; 119 anteprojetos para reforma de açudes, abrangendo 9.174,81 ha. Foram atendidas ainda 7.522 consultas na sede e organizadas 64 palestras e reuniões para 1.061 produtores.

Os laboratórios de Pelotas, Uruguaiana, Cachoeira do Sul e Rosário do Sul analisaram 8.738 sementes.

O IRGA monopoliza a inspeção de sementes de arroz no Estado e em 1987 colocou à venda para produtores de arroz 44.500 sacos de semente certificada.

Visando à integração maior entre a pesquisa e a extensão, foram realizadas reuniões em São Gabriel, em Cachoeira do Sul e em Pelotas com a participação de engenheiros-agrônomo das Zonas de Extensão, da Sede e da Estação Experimental do Arroz.

Cabe destacar ainda o seminário para técnicos pesquisadores sobre Diagnóstico da Lavoura Orizícola e Prioridades da Pesquisa, e a reunião com o Centro de Pesquisas de Terras Baixas (CPATB) em Pelotas, para produção conjunta de material técnico de divulgação.

Em julho o IRGA participou de reunião promovida pelo Centro de Investigação Alberto Boerger, realizada em Treinta y Trez, no Uruguai, onde foram apresentadas novas cultivares de arroz certificado e resultados da experimentação regional de culturas.

2.9.6 — INSTITUTO SUL-RIOGRANDENSE DE CARNES (ISRC)

No decorrer de 1987, com a implantação da Reforma Administrativa ativada pelo atual Governo, manteve-se o ISRC no aguardo de sua nova reestruturação ou extinção.

Apesar disso, o ISRC procedeu à divulgação do "BOLETIM INFORMATIVO", que contém dados e informações estatísticas mensais sobre abate, preços, importações e exportações de carnes e derivados.

Dando continuidade ao papel de assessor e articulador dos interesses governamentais com os produtores, industriais, comerciantes e consumidores de produtos de origem animal, desenvolveu ações no sentido da solução dos problemas surgidos e inerentes ao setor.

2.10 — INDÚSTRIA E COMÉRCIO

2.10.1 — SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO (SIC)

A Secretaria da Indústria e Comércio, no desempenho de suas atribuições legais e consoante as diretrizes de ação do Governo, teve suas atividades pautadas por uma nova filosofia de atuação.

A obtenção de um ritmo de crescimento adequado no setor industrial reveste-se da maior significação, pelo dinamismo do setor e porque, no processo de desenvolvimento econômico e social se deve perseguir:

- a geração de empregos em ritmo condizente com o acréscimo da população urbana e com a progressiva absorção do desemprego aberto e disfarçado;
- a obtenção de “saltos de qualidade”, com o estímulo a atividades econômicas com densidade de capital e de tecnologia — pelo aspecto multiplicador que ensejam, e de “saltos de quantidade”, com a regionalização das compras, por um lado e, por outro, com a inclusão de mais produtos no topo da pauta gaúcha de exportações;
- a desconcentração espacial do crescimento, buscando interiorizar as atividades industriais, para evitar os grandes congestionamentos urbanos e obter um maior equilíbrio regional e urbano.

O Rio Grande do Sul oferece ótimas oportunidades de investimentos em vários e promissores segmentos identificáveis como “vazios industriais”, ou seja, setores onde não se conte com indústrias ou não ocorra produção em escala.

Entre as potencialidades que demarcam novas oportunidades que poderão ser exploradas pela indústria rio-grandense, cabe salientar:

- a expansão e verticalização de indústrias concentradas no Estado;
- a complementação do complexo petroquímico, com decolagens mais expressivas na indústria de terceira geração;
- o desenvolvimento de segmentos industriais de ponta;
- o desenvolvimento do uso do carvão e produção de aço no Estado;
- o aproveitamento energético e industrial do gás natural da Argentina; e também
- maior participação no processo de descentralização industrial no País, com atração de novos segmentos industriais para o Estado (indústria automotiva, equipamentos aeronáuticos, etc.)

No que se refere à política e promoção industrial, é indispensável a atuação dos ór-

gãos governamentais estaduais entrosadamente, segundo as linhas de uma política industrial definida. Busca-se, objetivamente, a promoção estadual institucionalizada, para desenvolver uma efetiva coordenação e promoção de novos empreendimentos industriais no Estado e a criação de estímulos tributários com base no ICM "novo", adicional, gerado por projetos novos e de expansões.

Neste sentido, já se encontra em exame pela Assembléia Legislativa do Estado projeto criando incentivos às atividades econômicas novas e de expansão existentes. Trata-se de Projeto-dē-Lei do Executivo alterando a Lei nº 6.427/72 que criou o Fundo Operação Empresa — (FUNDOPEM-RS). O Novo texto moderniza e amplia os incentivos às Empresas, colocando o BADESUL ao lado do BRDE na operacionalização do Fundo. O FUNDOPEM — RS vem a ser o mais importante instrumento do PROEDI, pois através da redução de encargos financeiros, financiamentos desses encargos, financiamento de investimentos fixos (em caráter complementar) e da subscrição de debêntures, bônus ou partes beneficiárias, tem a qualidade de abraçar o universo das empresas interessadas em investir no Estado.

Também através do Decreto nº 32.666, de 27 de outubro de 1987, instituiu-se o Programa Estadual de Desenvolvimento Industrial — PROEDI, o qual reordena os incentivos fiscais, materiais e financeiros previstos nas leis nºs 6.595/73 e 6.427/72, possibilitando ao Estado, com maior objetividade, apoiar os projetos de empresas que venham a realizar investimentos no Rio Grande do Sul. O Programa prevê incentivo financeiro para as empresas cuja base é o "ICM novo" a ser gerado e recolhido pela própria beneficiária, podendo esta atingir até 50% do "ICM novo", no período de até cinco anos e limitado a 50% dos investimentos fixos.

Por outro lado, a conjugação dos vários órgãos estaduais é providência já implementada. Sem criar estruturas novas, a atual administração, racionalizou os serviços e os integrou de forma ágil e desburocratizada, através do "Sistema Estadual para Atração e Desenvolvimento de Atividades Produtivas." O SEADAP foi instituído pelo Decreto nº 32.594, de 15 de agosto de 1987 com o objetivo de reorganizar, de forma sistêmica, a ação de 23 órgãos da Administração Estadual Direta e Indireta, no sentido de facilitar a atividade empresarial, adaptando o aparelho governamental à alavancagem das atividades produtivas do Rio Grande.

Também objetivando a promoção do setor industrial foi implantado na Secretaria o projeto "SIC PORTA ABERTA AO EMPRESÁRIO — BALCAO DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO", com os objetivos de: proporcionar ao empresário o apoio necessário à expansão e constituição de novas empresas; estimular a desconcentração espacial do desenvolvimento econômico, promovendo novas oportunidades de investimentos; orientar empresas e pessoas para um melhor aproveitamento das potencialidades do Rio Grande do Sul. Este projeto foi implantado na sede da SIC, desde 22.09.87, estando prevista a sua interiorização em 1988, inicialmente, conforme Protocolos de Intenções firmados com o CEAG — RS/IDERGS e com a FEDERASUL.

Estes protocolos prevêem a abertura de Balcões de Atendimento e Acompanhamento ao Empresário em municípios onde o CEAG e a FEDERASUL possuam núcleos ou escritórios regionais.

O Balcão realizou, no período de setembro a dezembro de 1987, o atendimento a 246 consultas, compreendendo micro, pequena e média empresas, prefeituras, pessoas físicas e outros, tais como grandes empresas, cooperativas e universidades, sediadas no Estado, em outros Estados e no exterior.

Visando a dispor de informações para transmitir aos empresários foram elaboradas as seguintes publicações: "folden" SIC PORTA ABERTA AO EMPRESÁRIO — BALCÃO DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO", "Manual do Empresário" "Manual do Operador" e Perfis Sócio-econômicos Municipais.

Junto ao BALCÃO é também realizado o atendimento das atividades do escritório regional da Secretaria Especial de Informática.

Com o objetivo de manter um fluxo constante de informações econômico-sociais especializadas, dando suporte e apoio logístico aos demais programas da Secretaria e atendendo a demanda externas, a Central de Informações atua possibilitando a realização de estudos e análises a partir de dados levantados. Na atual gestão foi realizada a reestruturação da Central de Informações, incluindo a implantação de terminal da PROCERGS.

Outrossim, dentro do Programa de Interiorização foi concluído em dezembro de 1987 o Convênio MIC/SCO/SIC-RS nº 24/86 que objetivou a realização de Seminários de Desenvolvimento de Comunidades em quatro microrregiões do Estado.

Foram realizados quatro Seminários de Desenvolvimento de Comunidades nas Microrregiões Funicultora de Santa Cruz do Sul (Sobradinho), Vinicultura de Caxias do Sul (Veranópolis), Lagoa dos Patos (Tapes) e Vale do Jacuí (Charqueadas), com o objetivo de, orientar as comunidades na identificação de oportunidades de investimento, de forma participativa, para um melhor aproveitamento das oportunidades de cada município, bem como na indicação de técnicas que permitam solucionar os entraves que dificultam a tomada de decisões.

Outras ações desenvolvidas visando à promoção industrial envolveram a elaboração de estudo de mercado sobre consumo e demanda potencial de pedais e cubos para bicicletas; a avaliação sobre a produção e o consumo de cimento em imóvel estadual e nacional; visita à empresa CONSUL, em Santa Catarina, visando à implantação de uma unidade no Rio Grande do Sul; acompanhamento de representantes da JETRO (Japan Trade Center-São Paulo), organização oficial do comércio exterior do Japão em visita a diversos órgãos e entidades do Estado, e viagem ao Japão para participar de Seminário de Promoção Industrial e visitar empresas, com o objetivo de atrair investimentos para o Rio Grande do Sul.

Outro projeto que foi iniciado e está em desenvolvimento refere-se à política de produção de álcool no Rio Grande do Sul.

Considerando a grande dependência do Estado no que se refere ao abastecimento de álcool, hoje na ordem de 99%, para um consumo de cerca de 750 milhões de litros em 1986 e que representaram uma evasão de recursos de Cz\$ 2 bilhões, que poderiam gerar em torno de Cz\$ 1,2 bilhão em ICM, tornou-se necessária uma reavaliação desse setor de elevado significado econômico.

Foi desenvolvido o "Seminário Sobre Política de Produção de Álcool do RS" com a participação de entidades e técnicos de vários setores.

Está sendo constituído um Grupo de Trabalho formado por técnicos do Governo e de empresas privadas visando a traçar a política a ser adotada pelo Estado.

Dentre as principais atividades desenvolvidas com vistas à promoção do setor comercial no ano de 1987 cumpre salientar a assinatura do convênio entre a SIC e o Conselho de Desenvolvimento Comercial do MIC, com o objetivo de implementar a Pesquisa Conjuntural do Comércio Varejista da RMPA.

Mensalmente serão levantadas, em cerca de 200 empresas comerciais da RMPA, as seguintes variáveis: valor do faturamento, valor da folha de pagamento e número de empregados, com o objetivo de se estabelecer o indicador de nível de consumo, a exemplo, do que é apurado nas demais regiões metropolitanas do País.

Com o objetivo de viabilizar a execução da Balança Interestadual do Rio Grande do Sul foram feitas tratativas junto à Secretaria da Fazenda, SUDESUL, FEE e IPEA. Em decorrência destas negociações, no ano de 1988 se procederá à elaboração do projeto e testes de campo que permitam a consecução da Balança Interestadual por produto.

Visando a direcionar as compras governamentais para empresas comerciais e industriais gaúchas, a Secretaria e a ELETROSUL estão desenvolvendo um trabalho em conjunto com vistas a identificar e cadastrar fornecedores alternativos para cerca de 35 mil itens de consumo permanente e nacionalizar cerca de 15 mil itens de partes, peças e equipamentos adquiridos no exterior.

Com a finalidade de subsidiar a ação do CDC/MIC e encaminhar os pleitos da comunidade gaúcha com referência a uma política de desenvolvimento do setor comercial, a SIC formou uma comissão de representantes das principais entidades deste setor.

No que se refere às exportações, as ações básicas visam a promover um aproveitamento mais equilibrado dos estímulos provenientes das exportações de produtos industrializados, diversificando os mercados externos e os produtos de exportação.

A Secretaria desenvolveu quatro projetos de ação para o incremento das exportações dos setores de: pedras semipreciosas, ornamentais e suas manufaturas, confecções, móveis de madeira e forjados e fundidos.

Foi também elaborado Protocolo Geral de Intenções entre o Ministério das Relações Exteriores e a Secretaria da Indústria e Comércio, a ser assinado no início de 1988, para a promoção das exportações de produtos gaúchos. Foi realizado o acompanhamento e apoio na participação de um grupo de empresas do Rio Grande do Sul na 154ª IGEDO, Feira da Moda, em Dusseldorf/Alemanha Ocidental e Salão da Moda no Show-room da Embaixada do Brasil em Londres.

Foi assinado, em 27.07.87 um convênio entre a SIC e o Ministério da Indústria e Comércio com a finalidade de executar a atividade de fiscalização de feiras e exposições a se realizarem no 2º semestre de 1987, no Rio Grande do Sul.

Houve a participação da Secretaria na organização, montagem e realização do VI SEMINÁRIO SOBRE EXPORTAÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL.

As demais linhas de ação que pautaram as atividades da Secretaria enfatizaram os seguintes aspectos: bens de consumo essenciais, segmentos de pauta, petroquímica, carvão, siderurgia, acordo Brasil-Argentina, recursos humanos, equipamentos aeronáuticos e navais, automotivos, auto-suprimento e revitalização empresarial.

Para propiciar o atendimento às necessidades básicas da população brasileira, busca-se ampliar significativamente a produção estadual de bens de consumo essenciais, com destaque aos não-duráveis e, neste contexto, os do vasto complexo industrial da alimentação.

Em relação aos segmentos industriais de ponta busca-se promover iniciativas empre-

sariais nos novos segmentos industriais de alta tecnologia, como microeletrônica, biotecnologia, química fina, mecânica de precisão, novos materiais e informática.

No que se refere à petroquímica, tem-se como ação básica promover a complementação do Pólo Petroquímico do Sul, integrando ao complexo industrial ainda incipiente novas unidades e novos produtos industriais, com ênfase para os segmentos ainda não desenvolvidos no Estado, tais como fibras e resinas. Neste sentido foi prestado assessoramento à diretoria da RINALDI S. A., com vistas à instalação de uma unidade de 3ª geração a ser implantada no Pólo Petroquímico.

Em relação ao carvão, busca-se o uso articulado das diversas frações decorrentes do beneficiamento do carvão, visando à ampliação e ao enobrecimento de seu uso com aproveitamento de maior valor econômico, tais como siderurgia, materiais de construção, química fina e outros.

Quanto à siderurgia, procurar-se-á ampliar a produção siderúrgica no Rio Grande do Sul, promovendo a expansão das unidades existentes e a implantação de novos projetos a serem implantados no Plano Siderúrgico Nacional, tal como uma laminadora de aços planos.

Objetivando promover novas oportunidades industriais de grande porte, interligadas com a economia estadual, mediante o aproveitamento do gás natural argentino a ser fornecido ao Rio Grande do Sul, conforme no Protocolo nº 8 do Acordo Brasil-Argentina, a Secretaria participou no Estudo de Viabilidade do Gasoduto de Gás Natural da Argentina. Pela relevância, cabe, também, destacar a participação da SIC na formulação da idéia da instalação de um Distrito Industrial supranacional, na região de Uruguaiana.

A SIC procurou também desenvolver ações visando a habilitar o Estado ao atendimento da expansão do mercado automobilístico nacional, expandindo a produção local de caminhões/ônibus e de autopeças (unidades existentes e novas a implantar), além de aqui sediar uma unidade montadora de utilitários e automóveis, para atender o acréscimo da demanda nacional e de exportação.

Assim sendo, realizou o acompanhamento da missão francesa RENAULT, que efetuou estudos prévios de viabilidade para a implantação de uma montadora de veículos.

2.10.2 — AÇUCAR GAÚCHO S. A. (AGASA)

Ao par da realização da safra 1987/88 que rendeu 3.557 t de açúcar e 2.160 t de melaço, foram levantadas alternativas e estudos do contexto econômico e social da região na qual a empresa se encontra localizada. Tais estudos visam à concretização de outras atividades agro-industriais para o uso das instalações existentes, ociosas em setenta por cento da capacidade instalada.

Dentre as atividades desenvolvidas pela empresa foram iniciados, em 1987, os seguintes projetos: empacotamento de açúcar na entressafra, já tendo sido adquiridos, em caráter experimental, 57,5 t de açúcar cristal de São Paulo para serem embalados com a marca da empresa e vendidos no comércio varejista; piscicultura, em fase final de implantação; consorciação da cana-de-açúcar com outras culturas, já implantado; confinamento de gado e melhoria do rebanho, já iniciada a aquisição de reprodutores.

Estão em fase de estudos os seguintes projetos: uma fábrica de rações; produção de

glicose; uma destilaria para a produção de álcool de cereais (quirela de arroz); uma destilaria de aguardente de cana; e a produção de pastas e conservas de frutas.

Paralelamente aos esforços de recuperação da empresa, foram realizados estudos em busca de alternativas privatizantes a serem analisados pelo Poder Executivo. Uma das alternativas apontadas é a de transferir a empresa a uma sociedade cooperativa dos produtores da região.

2.10.3 — COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL DO RIO GRANDE DO SUL (CEDIC)

Como órgão de apoio e executor da política traçada pela Secretaria da Indústria e Comércio, a CEDIC atua complementar e conjuntamente àquela. São exemplos disso sua participação no Programa de Interiorização através dos distritos e áreas industriais e, mais recentemente, no Sistema Estadual para Atração e Desenvolvimento de Atividades Produtivas — SEADAP.

Sendo um dos principais objetivos da CEDIC a promoção industrial no interior do Estado, a empresa tem sua atuação voltada ao apoio técnico e assessoramento às prefeituras municipais e aos empresários, notadamente aos pequenos empresários.

Desse modo, em 1987, a CEDIC, a partir de contratos e convênios firmados com as prefeituras municipais, elaborou estudos locacionais para implantação de várias indústrias nos municípios de Taquari, Faxinal do Soturno, Santiago, Guaíba e Novo Hamburgo, já concluídos e iniciou o estudo para Canoas. Concluiu os planos diretores para as áreas industriais de Guarani das Missões, Santa Cruz do Sul e Sarandi e está elaborando os planos para as áreas de Rosário do Sul e Casca.

No assessoramento às prefeituras foram realizados estudos econômicos indicando as melhores oportunidades industriais e projetos de infra-estrutura física nas áreas industriais como redes de energia elétrica, de água e esgotos e de vias de acesso rodoviário.

Na prestação de serviços diretos às empresas, como forma de incentivo, foram feitos levantamentos topográficos, planialtimétricos em lotes industriais, além de projetos de infra-estrutura e posterior implantação.

Nos distritos industriais que administra, os de Alvorada-Viamão, Cachoeirinha, Gravataí, Santa Maria e Rio Grande, a CEDIC projetou mudanças que permitiram a instalação de microempresas, supriu algumas deficiências verificadas na infra-estrutura, procedeu a ampliações, como em Cachoeirinha, para atender à demanda de lotes. Foram feitos investimentos em infra-estrutura — rede de esgotos de água e de energia elétrica e *pavimentação de ruas conforme a necessidade gerada pela ocupação de setores dos distritos*. Destaca-se, aqui, a revisão e atualização dos projetos do Sistema Integrado de Tratamento dos Efluentes Líquidos — (SITEL) nos distritos de Cachoeirinha e Gravataí, com recursos do BNDES, a serem, a serem implantados em breve. Outro destaque foram as medidas tomadas visando à operacionalização do Terminal Retroportuário Alfandegado do Distrito Industrial de Rio Grande, destinado à containerização de produtos exportados. Nesse sentido foi reformulado o projeto do Setor de Cargas e Fretes, adequando-os às normas da Receita Federal, e projetada a Via Coletora de Tráfego, com 1.980 m.

Duas atividades desenvolvidas pela CEDIC, ligadas ao desenvolvimento de indústrias de ponta, especificamente à informática, merecem destaque. Trata-se da implantação de um Pólo de Informática na Região Metropolitana de Porto Alegre, onde se locali-

zariam empresas de alta tecnologia do ramo, para o que se está realizando pesquisas de áreas com estudos de distribuição viária, e do projeto Incubadeiras Industriais que visa a acomodar microempresas de alta tecnologia do ramo da informática, as quais, tão logo atinjam etapas avançadas, deslocar-se-iam para o Pólo de Informática.

Dentre as atividades técnicas da CEDIC encontram-se em vigência o programa intitulado "Perfis de Oportunidades de Investimentos" que tem a função de, através de uma ação sistemática, coordenar e promover novos empreendimentos industriais no Estado, abrangendo desde a atração de investimentos de fora do Estado e mesmo do Exterior, à atração de investimentos internos. Estão à disposição dos investidores cerca de 60 estudos, pesquisas e projetos, voltados ao pequeno e médio investidor. O objetivo do programa é o de promover investimentos em segmentos econômicos que complementem os já existentes e naqueles cujo mercado esteja insatisfeito, desde que haja disponibilidade de insumos.

Em 1987 foram concluídos estudos para exploração industrial do granito, microfusão, olaria (projeto básico), indústria automobilística e celulose e papel. Estão em desenvolvimento estudos para lanifício, cervejaria, industrialização de ovos, suco de maçã, cítricos, soro fisiológico, estamperia e química fina.

Em dezembro de 1987 conclui-se o Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial por Microrregião — (PROMIR), cujo objetivo era a assistência às microrregiões do Rio Grande do Sul, com participação do Ministério da Indústria e Comércio através do Convênio MIC/SCO/SIC-RS nº 24/86, tendo os seguintes recursos: participação do MIC — Cz\$ 200 mil; participação da SIC — Cz\$ 1,7 milhão.

2.10.4 — SERVIÇO DE CLASSIFICAÇÃO DOS PRODUTOS VEGETAIS (CLAVESUL)

O CLAVESUL, por sugestão dos Secretários da Indústria e Comércio, da Fazenda e da Agricultura e Abastecimento foi extinto, passando o Serviço de Classificação para a ASCAR/EMATER a partir de 1º de janeiro de 1988.

2.10.5 — COMPANHIA RIOGRANDENSE DE ATICÍNIOS E CORRELATOS — (CORLAC)

Os estudos realizados no início de 1987, na própria empresa, concluíram por sua viabilidade econômica e empresarial, a partir da adoção de medidas profundas em sua estrutura e em sua operacionalização.

Pela política traçada, a CORLAC reassume sua identidade histórica, a de Empresa Pública Agroindustrial, tendo por função primordial nortear as políticas, diretrizes e metas de fomento à produção de leite no Estado, além de retomar a sua função de reguladora do abastecimento, com leite e derivados, do mercado da Grande Porto Alegre e cidades do interior.

A CORLAC, ao reassumir a sua identidade, passa a estabelecer diretrizes clarificadas e metas exequíveis, começando por modificar a sua própria estrutura organizacional, estratificando-a em quatro áreas distintas de eficácia: Área Primária, Industrial, Administrativa/Financeira e de Marketing/Comercial.

As diretrizes adotadas situam-se em cada uma das áreas organizacionais e foram, a saber: na Área Primária, o direcionamento do crescimento vertical e horizontal da bacia

leiteira, objetivando o aumento da quantidade e a melhoria da qualidade da produção de leite; na Área Industrial, a montagem de um plano completo e abrangente, visando a racionalizar as operações industriais, eliminando e/ou cancelando, com exceção do leite consumo, atividades e produtos comprometedores, porém, estimulando sempre o desenvolvimento de produtos estratégicos e lucrativos; na Área Administrativa e Financeira, a identificação das metodologias organizacionais existentes e dos potenciais disponíveis, principalmente em Recursos Humanos e Centro de Processamento de Dados (CPD), adotando os mais eficientes métodos analíticos, capazes de abranger todas as quatro áreas de eficácia da Empresa; e na Área de Marketing e Comercial, a determinação do mercado de atuação, identificando e fixando as áreas e os respectivos pontos de venda que deverão compor esse mercado.

Em conformidade com essas diretrizes foi elaborado o programa Nova CORLAC, imediatamente implementado, com os objetivos de especializar as unidades, racionalizar fluxos, modernizar o parque industrial e melhorar o seu desempenho econômico, voltando-se ao mercado consumidor, ampliando a linha de produtos.

Na execução do redimensionamento do parque industrial foram estabelecidos sete pólos industriais, geograficamente abrangendo as bacias de captação de leite, de modo a racionalizar o transporte de matéria-prima, reduzindo substancialmente os custos.

Assim sendo, conta a Companhia com sete usinas, situadas nos seguintes locais: Grande Porto Alegre, Erechim, Taquara, Santa Maria, Vacaria, São Gabriel e Osório.

A Usina da Grande Porto Alegre deverá ser transferida em razão de sua localização ser imprópria, com espaço insuficiente, criando dificuldade de movimentação interna, além de ser muito antiga, motivando freqüentes despesas de manutenção que oneram os produtos, sendo que seu fluxo operacional encontra-se totalmente ultrapassado, criando problemas de toda a ordem para elaboração de seus produtos, econômica e qualitativamente. A nova usina ocupará uma área de 25.000 m² sobre a qual serão construídos 6.000m².

O mesmo deverá ocorrer com a Usina de Erechim a qual deverá ser transferida, para o Distrito Industrial de Erechim, sobre uma área de 25.000m² e construção de 5.000 m² numa concepção moderna de "lay-out" adequado.

As demais usinas, por estarem bem localizadas e disporem de instalações modernas, não sofrerão modificações importantes.

No plano de expansão das bacias leiteiras, que asseguram o fornecimento da matéria-prima à indústria, ao longo do ano, é imprescindível o crescimento da produção leiteira no sentido horizontal e vertical, através de fomento, assistência técnica ao produtor e implantação de novas unidades de recepção de leite. O plano prevê a conjugação de esforços das comunidades aliadas às Prefeituras Municipais na construção dos Postos (obras civis), cabendo à CORLAC prover os equipamentos, operação da unidade e compra do leite captado. Deste modo estão previstas incorporações de seis unidades de recepção de leite em bacias novas, que possuem vocação leiteira e atingindo pequenas propriedades rurais, oferecendo uma atividade econômica paralela e alternativa, ensejando incrementar a produção de leite para o país e propiciando condições mais favoráveis ao produtor rural. O programa prevê também a renovação da frota de veículos de transporte de matérias-primas e de distribuição de produtos.

Paralelamente ao desenvolvimento industrial projetado, a partir do crescimento da

captação de leite "in natura" do aumento do número de produtos e da polarização das usinas, também se faz necessário que a Empresa se estruture administrativamente para gerenciar os seus negócios. Para tanto estão programados serviços de processamento de dados já existentes, que necessitam ser ampliados, mediante a incorporação de novos equipamentos adicionais que permitam o controle através de relatórios gerenciais adequados.

Em consonância à programação estabelecida, foram tomadas diversas providências. Visando à racionalização industrial, foram desativadas as usinas de pasteurização de Bento Gonçalves e Taquara, e promovida a fusão dos postos de Tapes e Camaquã. Objetivando a racionalização administrativa, foi criado o Departamento de Controle e Planejamento, pela unificação dos setores de Estatística e Auditoria Interna e foi redimensionado o Centro de Processamento de Dados.

No intuito de racionalizar a produção foi implantado sistema de severo controle da produção diária de leite e derivados, assim como de estoques, estabelecendo-se, inclusive, um sistema de rodízio de plantões de fim de semana, com participação de todos os membros da Diretoria, Superintendências, Assessorias e principais Chefias. Com este mesmo objetivo, foram reestruturados os horários de envase de leite e está sendo realizado o levantamento diário da análise físico-química do leite provindo de outras unidades, próprias e de terceiros, com a finalidade de melhorar o padrão qualitativo dos produtos ofertados à população consumidora.

Com o objetivo de melhorar o desempenho comercial, foi realizado o incremento das operações de fornecimento de leite em pó, destinado a programas nutricionais às populações carentes, com diversos organismos públicos estaduais, em especial Secretaria da Educação e Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente, e, federais como FAE e LBA; e está sendo feita a distribuição de derivados para novas regiões do interior do Estado, incrementando e otimizando, assim, a venda de seus produtos mais rentáveis.

No tocante a investimentos, diante da quase inexistência de recursos próprios, até para capital de giro, pouco pode ser realizado, salientando-se, contudo a construção do Posto de Coleta e Resfriamento de Leite de Sertão, localizado na Estrada RS-135, KM-28, iniciada em 1986 e concluída em 1987 e a ampliação do Posto de Coleta e Resfriamento de Leite de Jaguari para aumentar sua capacidade de recepção de leite "in natura" e de resfriamento.

Dentre os estudos e levantamentos realizados, destacam-se o que propõe a incorporação das empresas subsidiárias e o que estabelece os meios para a capitalização da empresa. Quanto ao primeiro, que trata da transformação das subsidiárias em filiais, seu objetivo é o de racionalização de atividades e diminuição de custos financeiros e operacionais. A capitalização da empresa se dará via racionalização e produtividade, terá consecução através de ganhos em escala, resultantes da concretização das políticas, diretrizes e metas propostas, cuja viabilização se verificará a curto prazo. A alienação de imóveis desnecessários à realização dos objetivos sociais e de equipamentos industriais em desuso, ultrapassados ou desativados em razão da racionalização industrial são medidas que estão sendo tomadas.

No que se refere a convênios, inúmeros acordos e alguns protocolos foram celebrados durante o ano de 1987, a maioria dos quais com associações de classes e, principalmente, com Prefeituras Municipais, tendo por objetivo a assistência veterinária aos produtores de leite e a inseminação artificial de seus rebanhos bovinos. Todavia, um Protocolo merece menção especial, firmado em 12 de novembro de 1987, entre o Governo do Estado, através das Secretarias da Indústria e Comércio, da Agricultura e Abastecimen-

to, de Coordenação e Planejamento, CORLAC, Banco do Brasil, BADESUL e as Prefeituras de Três Passos, Alecrim, Roque Gonzales, Erval Seco, Planalto e Campinas do Sul, para implantação de seis microbacias leiteiras nos referidos municípios, tendo por finalidade incrementar a verticalização da produção leiteira na região "Celeiro do Estado", estimulando sua profissionalização.

Dos programas elaborados e implementados, principalmente na Área Primária e que visam a dar ampla assistência técnica aos produtores de leite, destaca-se o Programa de Dação em Pagamento, conveniado com a Fundação da Legião Brasileira de Assistência. É um Programa que visa a atender o produtor rural de baixa renda, não superior a 4 salários mínimos líquidos mensais objetivando a melhoria de sua condição social, fixando-o ao próprio meio onde vive, através de uma produção diversificada mais rentável. Atingirá, prioritariamente, produtores dispostos a formarem as microbacias leiteiras dos municípios de Três Passos, Alecrim, Campinas do Sul, Erval Seco, Planalto, Campestre e Roque Gonzales, podendo ser atendidos produtores dos municípios de Osório, Torres, Santo Antônio da Patrulha, Faxinal do Soturno, Agudo, Nova Palma, Dona Francisca, Jaguari, Tapes e Camaquã. Pretende-se atingir diretamente até 2.211 pequenos produtores selecionados dentre 2.256 cadastrados pela tradição e potencial para a atividade leiteira, com a introdução de 2.211 vacas de raça leiteira de bom padrão zootécnico, através do Convênio LBA-CORLAC. Paralelamente, via assistência técnica e outros recursos financeiros, se procuraria transformá-las em pequenas propriedades com bom nível de tecnologia, que sirvam de pólos difusores.

O Programa de Fomento à Produção, a ser desenvolvido nos municípios de Alecrim, Campinas do Sul, Roque Gonzales, Três Passos, Erval Seco, Planalto e Alpestre, busca a estruturação da pequena e média propriedade rural para a produção leiteira, com conseqüente diversificação produtiva, melhor remuneração e fixação do homem ao seu meio. Como meta inicial do Programa deverão ser atingidas 1800 propriedades, com melhoramentos de instalações e benfeitorias, de máquinas e equipamentos, aquisição de vacas e novilhas, formação de pastagens e forrageiras e recuperação de solos.

2.10.6 — CENTRAL VITIVINÍCOLA DO SUL S. A. (VINOSUL)

A VINOSUL, em 1987, procedeu à dissulfitação e concentração de 8.402.654 litros de mosto de uva e à armazenagem de 1.500.000 litros de vinho da Companhia de Financiamento da Produção, ainda da safra de 1986, e de 223.720 litros de forma de vinho do Veronse & Cia. Ltda.

Atualmente, estão sendo feitos estudos sobre a possibilidade de transferência do controle acionário da VINOSUL às prefeituras da região vitivinicultora, dadas a importância de um órgão regulador da produção e a maior eficácia de uma gestão comunitária.

2.10.7 — PRODUTOS GAÚCHOS S. A. (PROGASA)

Resultante de estudos técnicos que concluíram pela privatização da empresa, foi promulgada a Lei nº 8538, de 27 de janeiro de 1988 que autoriza a transferência do patrimônio da PROGASA a sociedade cooperativa de mesmos fins e na mesma região. No decorrer de 1988 deverá ser constituído a cooperativa e estabelecida a forma de transferência patrimonial e de pagamento da dívida da empresa.

2.10.8 — FESTA NACIONAL DA UVA, TURISMO E EMPREENDIMENTOS (FENUVA)

No decorrer de 1987 foram realizados nas instalações da empresa os seguintes eventos: 1º Rodeio Crioulo do CTG Campo dos Bugres; III Festival da Moda do Rio Grande do Sul; 1º FEBRAMEC-Feira Brasileira Metal-Mecânica; XIII Rodeio Crioulo Nacional do CTG Tropeiros do Rio Grande. Todos esses eventos foram realizados com recursos dos promotores.

Paralelamente, a Comissão constituída para estudar a viabilidade de transferência do controle acionário da empresa à comunidade de Caxias do Sul já concluiu seus trabalhos, opinando favoravelmente à transferência e estabelecendo o valor das ações. Cabe agora à Prefeitura Municipal e/ou às entidades locais a decisão de assumirem ou não o controle da empresa.

2.10.9 — CONSELHO ESTADUAL DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO — (CEICO)

O Conselho Estadual da Indústria da Construção é um órgão colegiado que funciona junto à Secretaria da Indústria e Comércio, sendo constituído por um Plenário de 14 membros e por uma Secretaria Executiva. Tem suas atribuições legais definidas através do Decreto nº 30.942, de 22 de novembro de 1982, sendo seu objetivo fundamental o de estabelecer parâmetros para alcançar o fortalecimento da indústria da construção em seus diversos níveis e segmentos, elaborando e propondo a política de desenvolvimento da construção, mantendo estreita ligação com organismos estaduais e federais, bem como com entidades da área e, muito especialmente, com o Ministério da Indústria e Comércio, Comissão Nacional da Indústria da Construção Civil, Câmara Brasileira da Indústria da Construção e com as entidades com atribuições semelhantes às do CEICO — RS, nos demais estados brasileiros.

No decorrer de 1987, as atividades do Conselho desenvolveram-se em três níveis de atuação: estadual, nacional e internacional.

A nível estadual tem-se a destacar: consolidação das recomendações do III Encontro de CEICOS; a realização, através de Convênio com a Fundação de Economia e Estatística, do trabalho "Desempenho Recente da Indústria da Construção", sendo este mais uma vez recomendado como exemplo a ser seguido nas demais unidades da Federação, conforme decisão plenária da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Brasília, abril de 1987); a continuidade do entrosamento com a ACOMAC, objetivando o aproveitamento do potencial de materiais de construção que se produzam ou possam a vir ser produzidos no Rio Grande do Sul; o estabelecimento dos fundamentos para elaboração de diploma legal relativo à sistemática de licitações; a presença contínua nas medidas que venham a permitir uma sistemática de reajustamento de preços nas obras realizadas pelo Estado, capaz de superar dificuldades que se acumularam ao longo do tempo e que conduzam a uma solução harmônica para a matéria; o atendimento constante a todos os segmentos em que se constitui o universo da Indústria da Construção, em permanente entrosamento com os diversos órgãos atuantes no setor, quer na área pública como privada; e, finalmente, o desenvolvimento de programa que objetiva viabilizar a execução de núcleos habitacionais junto a fontes de produção e aproveitamento dos materiais de construção próprios de cada região.

Foi alcançada, em 1987, liderança a nível nacional, com abrangência a 20 Estados e ao Distrito Federal, através da presidência da Comissão de CEICOS da Câmara Brasilei-

ra da Indústria da Construção, em íntima colaboração e com apoio do Ministério da Indústria e Comércio, da Presidência e Diretoria da Câmara da Indústria da Construção e entidades associadas, Secretarias Estaduais da Indústria e Comércio e organismos federais e estaduais da área da indústria da construção.

Entre as etapas concluídas e as atividades desenvolvidas temos a destacar: o estabelecimento dos parâmetros para a "Implantação de uma Política Nacional para a Indústria da Construção", entregue ao Ministério da Indústria e Comércio em julho de 1987; a estruturação e o exercício da presidência da Comissão de CEICOs/CBIC, abrangendo 20 estados da Federação e o Distrito Federal, com a participação de representações dos governos estaduais e da iniciativa privada, constituindo-se no embasamento técnico para a implantação da Política Nacional para a Indústria da Construção; a atuação na Comissão Nacional de Materiais de Construção, orientando as ações no sentido de racionalizar produção e consumo de materiais de construção, procurando evitar a maior oligopolização do setor de insumos básicos, tendo sido propostas várias medidas para melhoria e controle de qualidade dos materiais de construção; a atuação junto à Comissão da Indústria Imobiliária, procurando acompanhar as medidas oriundas do Governo Federal relativas ao setor habitacional, e o desenvolvimento da idéia da criação do Conselho Nacional da Indústria da Construção, trabalho originário da Comissão de CEICOs/CBIC, que objetiva substituir a Comissão Nacional da Indústria da Construção Civil (CNICC).

Em âmbito mundial, a contribuição do Brasil para a Indústria da Construção tem sido marcante, cabendo destacar a eleição de um representante brasileiro para a Vice-Presidência da Federação Mundial (CICA), em maio, na cidade de Berlim Ocidental e para a Presidência da Federação Interamericana da Indústria da Construção (FIIC), em novembro, na cidade de San José da Costa Rica.

O *Secretário-Executivo do CEICO* esteve presente no encontro de Berlim e, na qualidade de *Conselheiro da Câmara Brasileira*, compareceu a San José, fazendo presente o nome do CEICO nestes eventos, tendo apresentado os seguintes trabalhos: "As empresas de Construção em Períodos de Crise" e a "Evolução dos Sistemas Financeiros para Habitação e Infra-Estrutura". Tais trabalhos, que foram tornados em recomendações oficiais desses eventos de âmbito mundial, preconizam: a polivalência empresarial em épocas de crise para conduzir ao fortalecimento das empresas em seus diferentes níveis, não através de absorções ou sobreposições, mas sim através de colaboração e cooperação associativa, e o estabelecimento pelos Governos de uma política em âmbito nacional para o setor da Indústria da Construção, com a participação integrada de todos os setores empresariais, os quais atuarão como agentes executores, considerando-se a construção e sua indústria como um dos setores líderes que impulsionará os outros setores e permitirá uma melhor distribuição da renda.

2.11 — CIÊNCIA E TECNOLOGIA

2.11.1 — SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA PARA ASSUNTOS DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A Secretaria Extraordinária para Assuntos de Ciência e Tecnologia, durante o seu primeiro ano de atuação, conseguiu intensificar as relações da Administração Estadual com as universidades, institutos de pesquisa, empresas e demais agentes do setor de Ciência e Tecnologia. O estreitamento das relações de Ciência e Tecnologia com o Estado de Santa Catarina é outro aspecto positivo a ser mencionado. Em nível nacional destacou-se o intercâmbio de experiências com as demais secretarias estaduais de Ciência e Tecnologia, além do diálogo ininterrupto com o Ministério da Ciência e Tecnologia.

Regionalmente, a criação da nova Secretaria de Ciência e Tecnologia significou o aporte ao Estado de cerca de Cz\$ 674,8 milhões obtidos junto ao Ministério da Ciência e Tecnologia, Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Estes recursos beneficiaram o Centro de Metalurgia, Centro de Biotecnologia, Centro de Sensoriamento Remoto, implantação do Radar de Previsão Imediata e de Muito Curto Prazo, Laboratório de Filmes Finos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e o Projeto Cigás, desenvolvido pela Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC).

Além da ênfase no desenvolvimento da capacidade tecnológica do Estado, a Secretaria cuidou da reorganização do setor.

Neste sentido, estabeleceu política de recuperação da CIENTEC e reorientação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), criando ainda outros instrumentos, como a Coordenadoria de Tecnologias Aplicadas.

Ao longo de 1987, a Secretaria de Ciência e Tecnologia assinou protocolos com o Ministério de Ciência e Tecnologia, bem como o Instituto de Pesquisa Espacial (INPE), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Secretaria de Biotecnologia do Ministério da Ciência e Tecnologia, Museu de Astronomia e Ciências Afins do Rio de Janeiro, bem como a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Governo do Estado de São Paulo.

Realizou, ainda, estudos para implantação de Parques de Ciência, de Sistema de Informações em Ciência e Tecnologia no Estado e de Sistema de Apoio ao Inventor, além do Programa de Apoio às Ciências Humanas, de estudos para criação e viabilização do Museu de Ciência e Tecnologia e de estudos sobre mapeamento e fiscalização das instalações radioativas no Estado.

No campo da biotecnologia, destinados à criação do Centro de Biotecnologia do Estado e Departamento de Biotecnologia, foram investidos cerca de Cz\$ 57 milhões.

Em 1988, a Secretaria de Ciência e Tecnologia, criada para atender à demanda da comunidade científica gaúcha, dará continuidade a sua política de defesa do Setor de Infor-

mática e Química Fina, buscando ampliação do mercado regional, através de interação com a iniciativa privada. A difusão e a divulgação da Ciência e Tecnologia, como em 1987, merecerão novos projetos e ações, através de feiras, exposições, mostra de filmes e inventos, num elenco que não exclui a criação do Parque da Ciência.

2.11.2 — FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (CIENTEC)

A Fundação de Ciência e Tecnologia tem por objetivo identificar e executar projetos de pesquisa e desenvolvimento e prestar serviços de consultoria e assistência técnica às entidades privadas e governamentais. A filosofia básica de ação do atual Governo é o direcionamento dessa missão prioritariamente para as áreas de agroindústria, carvão e outras fontes alternativas de energia, controle ambiental e para a área de técnicas e materiais construtivos. Supletivamente, deseja lançar as bases para atuação futura nas áreas de biotecnologia e química fina.

Assim sendo, o conjunto de atividades previstas para o ano de 1987 visavam, fundamentalmente: à melhor utilização de matérias-primas agropecuárias; ao desenvolvimento e à adequação de técnicas de extração, caracterização e manuseio de carvão fóssil, e de processos que permitam sua utilização integral, seja como fonte de energia, como matéria-prima industrial ou como redutor siderúrgico; contribuir para a racionalização do consumo de energia industrial derivada de petróleo; contribuir para a melhoria e preservação da qualidade do meio ambiente, e o barateamento e aumento da qualidade das construções civis, em especial as destinadas a usuários de baixa renda.

Atenção também foi dada para a racionalização da administração, o que resultou na implantação de um Plano de Classificação de Cargos, Funções e Salários, que há vários anos vinha se constituindo na maior reivindicação de seu corpo funcional.

No que se refere à Pesquisa e Desenvolvimento foram executados vários projetos, tendo sido concluídos os seguintes:

- CONSERG IV — elaboração de diagnósticos energéticos em 14 empresas de pequeno e médio porte no Estado do Rio Grande do Sul (STI/MIC);
- NSI/MA — implantação de um Núcleo Setorial de Informação em maquinaria agrícola no Rio Grande do Sul (STI/MIC);
- COPESUL III — consultoria, acompanhamento da construção e controle tecnológico da pavimentação, com produto CICASOL, da estrada de acesso ao terminal Santa Clara (COPESUL);
- ACETILENO — elaboração da proposta de Projeto para o desenvolvimento de processo de produção de negro de acetileno (COPESUL);
- CRA/AMBIENTAL — assessoria em Engenharia Ambiental e Controle de Poluição através de amostragem de gases nas chaminés da fábrica de Rio Grande (CRA);
- FEIJÓ — estudo de viabilidade técnico-econômica do processo AGLOTEC aplicado a unidades industriais para fabricação de cal hidráulica pozolânica, nas escalas de 100, 200 e 500 toneladas/dia;

- **CONTROLE** — desenvolvimento de um sistema de controle de processos visando inicialmente ao monitoramento da fornalha CICOM, desenvolvida pela CIENTEC.

Dos projetos em andamento destacam-se:

- **CIGÁS** — gaseificação autotérmica de carvão para geração de gás de médio poder calórico (FINEP);
- **RIMA** - estudo do impacto ambiental que será ocasionado pela implantação e operação do complexo carboenergético de Candiota III Usina e Mina de Carvão (CEEE);
- **ZIRCONIA** — processo de lavra e beneficiamento de jazimentos minerais de pequeno porte ocorrentes no Rio Grande do Sul (FINEP);
- **PILAR** — estudo das técnicas de dimensionamento de pilares utilizados na mineração subterrânea de carvão (FINEP);
- **AGLOTEC** — desenvolvimento de um aglomerante hidráulico, e de um processo para a sua produção, a partir de matérias-primas abundantes no Estado, calcário e carvão mineral (CEF/BNH);
- **NSI/MA II** — difusão sistemática e organizada da informação tecnológica aos usuários do setor de maquinaria agrícola (STI/MIC);
- **PLFSIX** — estudo de viabilidade técnica da pirólise de finos de xisto em reator de leito fluidizado multiestágio (PETROBRÁS);
- **FAE** — controle sistemático da qualidade da merenda escolar;
- **DESEMPENHO** — avaliação técnica do desempenho de equipamentos de combustão de carvão (CAEEB);
- **SAMRIG** — estudo preliminar de viabilidade técnico-econômica para utilização de carvão mineral no parque industrial da SAMRIG no município de Esteio;
- **GAZE** — desenvolvimento de um sistema de fabricação de gaze hospitalar (STARTOP);
- **BAYER** — avaliação dos resíduos de FENTION, TRIADIMENOL e TRIADIMEFON em frãos de café (BAEYER);
- **DESSULFURAÇÃO** — dessulfuração a frio de gás de carvão (CIENTEC);
- **JORRO** — utilização do leito do jorro no processo de secagem de grãos — arroz e trigo (CIENTEC);
- **ALCEPORT** — Estudos de alvenaria de tijolos, visando a sua aplicação em estruturas (CIENTEC);
- **QUÍMICA** — montagem de um laboratório de reatores para viabilizar futuros trabalhos de pesquisa e desenvolvimento de processos em química e petroquímica (CIENTEC);

- **INTERLAB** — análises químicas interlaboratoriais em alimentos diversos, objetivando aferir a precisão de equipamentos (CIENTEC);
 - **ELETROSUL** — assessoria no desenvolvimento do processo de combustão em leito fluidizado que será utilizado na implantação de uma unidade geradora de termoeletricidade.
- Além dos projetos acima mencionados encontram-se em negociação:
- **COPEL** — estudo e testes de combustão fluidizada de borra oleosa, assim como assessoramento técnico na identificação de alternativas para queima e seus respectivos impactos ambientais;
 - **COPEL** — estudo de alternativas de uso do carvão mineral como insumo energético e matéria-prima no Pólo Petroquímico do Sul;
 - **PETROFÉRTIL** — desenvolvimento de fornos de redução de fosfogesso utilizando a tecnologia de leito fluidizado;
 - **ENERGEN/FILSAN** — desenvolvimento de sistema para dessulfuração de gases de combustão;
 - **FUNDAÇÃO TUPY** — estudo de dessulfuração de carvão para aplicação em pelotas auto-redutoras e gaseificação de carvão para substituição de GLP;
 - **CHESF** — projeto de gaseificadores industriais de leito fluidizado para biomassa florestal visando à geração termoelétrica com ciclo combinado;
 - **GTI** — transferência de tecnologia de gaseificação fluidizada;
 - **VILERI** — transferência de tecnologia de combustão fluidizada;
 - **IPAGRO/MIRCEN/UFRGS/CIENTEC** — participação conjunta no desenvolvimento de processo para fixação biológica de nitrogênio no solo;
 - **CEEE** — revestimento das bacias de decantação de Candiota com pavimento de cinzas volantes e cal;
 - **CEEE** — elaboração de projeto e acompanhamento da execução de acessos à Candiota III com metodologia CICASOL — pavimentos estabilizados com cinza, solo e cal;
 - **PETROSIX** — assessoramento no desenvolvimento de caldeiras com leito fluidizado circulante com finos de xisto;
 - **BADESUL** — cooperação técnica e financeira visando a apoiar os projetos enquadrados no Programa de Apoio Tecnológico à Indústria de Máquinas e Implementos Agrícolas do Rio Grande do Sul;
 - **ELETROSUL** — estudo de fluidodinâmica e testes de combustão de carvão mineral em apoio ao desenvolvimento do projeto de geração de termoeletricidade em leito fluidizado;
 - **FINEP** — projeto para a montagem, na CIENTEC, de uma planta-piloto multipropósito, na área de química fina;

- **FINEP** — diagnóstico da indústria de parboilização de arroz no Brasil;
- **FINEP** — projeto integrado de parboilização e secagem de arroz em leite fluidizado usando a casca do arroz como insumo energético;
- **COPEL** — desenvolvimento de processo para a produção de negro de acetileno.

Afora os projetos de pesquisa, a **CIENTEC** realizou trabalhos de prestação de serviços de análises, testes e ensaios para mais de 2.300 clientes, neste exercício, atingindo um montante de 6.851 laudos técnicos emitidos, entre certificados, relatórios, pareceres e cartas explicativas.

Deve-se mencionar, ainda, a assessoria prestada às empresas **INDUSTRIAL CONVENTOS S.A.** e **PROMOVE** na implantação e posta em marcha de fornalhas em leite fluidizado, tecnologia desenvolvida pela **CIENTEC**, e por elas comercializada nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

2.13.3 — FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (FAPERGS)

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul, durante o ano de 1987, teve repensada a sua forma de atuação, de modo a adequá-la às novas orientações da Secretaria Extraordinária para Assuntos de Ciência e Tecnologia. Para tanto definiu como prioridades: a mobilização e coordenação dos esforços para criar programas em áreas prioritárias com vistas a ampliar a capacidade de produção do conhecimento científico e tecnológico; o equacionamento e encaminhamento de alguns problemas centrais do desenvolvimento científico e tecnológico; a defesa de projetos e programas de interesse da pesquisa científica do Estado; e a revisão do tipo de fomento, convencional, através de auxílios à pesquisa de tal modo que, configurem real valorização e estímulo por parte do Estado.

Com uma proposta de plano de trabalho abrangente, que, se por um lado, implica em alterações importantes nas práticas convencionais da Instituição, por outro, é pautada pela intenção de desdobrar o campo de atividades, compatibilizá-lo com a conjuntura do fomento à pesquisa vivida pelos organismos nacionais e ainda, atender melhor à defesa dos interesses do conjunto das nossas instituições de pesquisa e desenvolvimento.

Assim, referente à mobilização e coordenação dos esforços para a criação de programas em áreas prioritárias, montou-se as "Ações Programadas". Estas consistem, basicamente, numa forma sistemática e articulada de apoio à pesquisa básica e aplicada e a aproximação destas áreas com o setor produtivo.

As Ações Programadas, além de possibilitar, em áreas prioritárias para o Estado, consolidação institucional, qualificação de quadro técnico, valorização dos recursos humanos existentes e o desenvolvimento de linhas de pesquisas, possibilita a alavancagem de recursos do Governo Federal.

No ano de 1987 foram abrangidas quatro áreas prioritárias de desenvolvimento: engenharia genética, biotecnologia vegetal, imunologia animal e fermentação.

Com uma comissão de coordenação técnico-científica composta pelos principais pesquisadores da área e escolhida pela própria comunidade a **FAPERGS** pretende obter em 1988, junto à **FINEP** e **CNPq**, aproximadamente 600.000 OTN's, a fundo perdido.

Outras áreas como informática, mecânica de precisão, novos materiais e meio ambiente já estão com suas Ações Programadas em fase de elaboração.

Ainda, no que se refere ao desenvolvimento científico e tecnológico, foram realizadas várias atividades na FAPERGS, tais como: análise da problemática das escolas técnicas de 2º Grau; análise do Ensino Superior no Rio Grande do Sul e suas perspectivas; diagnóstico das carências das Indústrias de Informática para sua consolidação e expansão; acompanhamento do Propet-Sul, que trata da tentativa de aproximação da área acadêmica com as empresas do Pólo Petroquímico, buscando a consolidação do mesmo quanto à disponibilidade de recursos humanos para pesquisa e a própria disponibilidade de tecnologia para as empresas.

Referente à defesa de projetos e programas de interesse da pesquisa científica do Estado, foi obtida solução para a instalação do Centro de Biotecnologia do Rio Grande do Sul, em área física condizente com suas necessidades. Este Centro em abril, já estará instalado em novas dependências.

A FAPERGS conseguiu, ainda, que a FINEP aprovasse uma operação de aproximadamente US\$ 700 mil, a fundo perdido, encaminhada pela UFRGS, para a construção de um Centro Tecnológico na área da metalurgia.

No tocante a auxílios, até novembro de 1987, a instituição apoiou 83 projetos de pesquisa e 18 bolsas de estudo, totalizando um montante de Cz\$ 4,6 milhões, abrangendo todas as áreas do conhecimento.

Foram firmados, também, vários convênios de cooperação técnica, pela Secretaria Extraordinária para Assuntos de Ciência e Tecnologia, com as seguintes instituições: Secretaria de Biotecnologia do Ministério de Ciência e Tecnologia, Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo.

Em fins de novembro, apoiado pela FAPERGS e coordenado pela Comissão Estadual de Biotecnologia, foi encaminhado à FINEP o Programa de Biotecnologia do Rio Grande do Sul, composto de 20 projetos elaborados pelos diferentes grupos de pesquisadores do Estado. O valor pleiteado para a implementação deste programa é de aproximadamente 600 mil OTN's.

2.12 — TURISMO

2.12.1 — COMPANHIA RIO-GRANDENSE DE TURISMO (CRTUR)

O Rio Grande do Sul detém hoje, certo grau de maturidade turística, em termos de produção de bens, serviços e equipamentos em plena operacionalidade. Aliado à sua tipicidade de ordem natural e cultural, sua localização e condições de infra-estrutura, apresentam viabilidade efetiva para a produção do turismo.

A CRTUR, ciente da importância crescente que este setor vem assumindo, e da exigência de uma maior atuação por parte do Setor Público, tem procurado, através do desenvolvimento de uma gama de atividades, atuar de forma agilizada, em seus diversos setores proporcionando assim, maiores oportunidades de lazer e cultura ao turista.

Para tanto, no que se refere ao desenvolvimento do turismo social, foram realizados convênios para a implantação de Albergues da Juventude, destinados ao turismo juvenil, bem como para a implantação do projeto "Clube da 3ª Idade". Este projeto tem por objetivo propiciar à população idosa, acima de 50 anos, maiores opções de turismo e lazer, desenvolver novos segmentos do mercado consumidor, considerando-se, especialmente, a disponibilidade de tempo de seus associados; e melhorar o aproveitamento da oferta turística, que apresenta ociosidade, em decorrência da sazonalidade existente.

Ainda na área de promoção a CRTUR realizou, ou participou de vários eventos, destacando-se:

- organização e participação através de stand na Feira do Rio Grande do Sul, realizada no Rio de Janeiro;
- distribuição do Calendário de Eventos de 1987 aos 246 municípios do Estado, Secretarias de Turismo, Hotéis e Agências de Viagens;
- participação no XXX Congresso da Confederação da Organização da América Latina — (COTAL), realizado em junho, na cidade de Guadalajara — México;
- participação na VIII Feira do Rio Grande do Sul, realizada em julho, no Palácio de Convenções do Anhembi, em São Paulo;
- realização do Seminário de Atualização para Guias de Turismo, no mês de julho, em Porto Alegre;
- participação e comercialização do produto turístico no XV Congresso da ABAV em Natal, no mês de agosto;
- realização da promoção "Conversando sobre Turismo";
- participação no projeto "Missões 300 Anos", em Santo Ângelo;
- elaboração do Calendário de Eventos para 1988;
- levantamento e pesquisa sobre o Litoral Sul.

Foram realizados também, serviços de manutenção e conservação do Complexo Turístico dos Campings do Caracol e Itapeva; Parques do Caracol e Itapeva; e Terminais Turísticos de Cidreira, Tramandai e Torres.

2.13 — ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

2.13.1 — SECRETARIA DA FAZENDA (SF)

O Setor Público do Rio Grande do Sul, particularmente nas últimas duas décadas, não foi capaz de integrar-se na dinâmica de transformações estruturais e no processo de modernização a que foi submetida a economia rio-grandense.

A profunda crise financeira que se abateu sobre o Setor Público determinou sua progressiva estagnação. A crescente incapacidade de gerar poupança fiscal, somada à compressão tarifária que descapitalizou o setor produtivo estatal, levaram ao endividamento descontrolado que, por sua vez, encarregou-se de deteriorar a capacidade de realização de investimentos públicos essenciais à continuidade do desenvolvimento estadual.

Sanear as finanças públicas, portanto, transformou-se no grande desafio do novo Governo, cujo enfrentamento passou a ser condição essencial para que o Setor Público recuperasse a capacidade de investir em áreas economicamente essenciais e socialmente prioritárias e prestar serviços de boa qualidade e com eficiência à população.

A Secretaria da Fazenda assumiu plenamente este desafio e definiu uma estratégia para enfrentá-lo. Foi estabelecida como prioridade a revisão da estrutura de isenções e benefícios fiscais, responsável pela erosão de 54% da arrecadação tributária. A receita proveniente da arrecadação do ICM, responsável por parte substancial das receitas do Estado, tem sido historicamente afetada, seja pela estrutura de isenções e benefícios fiscais incidentes sobre as exportações e operações internas, seja em função de sonegação. Em 1987 o Rio Grande do Sul deixaria de arrecadar Cz\$ 26 bilhões em razão das isenções fiscais. A sonegação estimada pela Secretaria da Fazenda representa 30% do ICM potencial.

A reversão deste quadro afigurava-se como essencial para a mobilização dos recursos necessários à retomada dos investimentos públicos. Consciente deste imperativo, o Governo do Estado promoveu o I Encontro Nacional de Secretários da Fazenda, em Canela, para desencadear uma ação coordenada de todos os Estados com a finalidade de revisar a estrutura de isenções e benefícios fiscais junto ao CONFAZ. No encontro os Secretários da Fazenda firmaram acordo que, mais tarde, no CONFAZ, materializou-se em decisões favoráveis aos interesses do Estado. A partir de novembro, a revisão das isenções e benefícios pelo CONFAZ passou a ter uma repercussão positiva nas receitas do Rio Grande de aproximadamente Cz\$ 300 milhões mensais.

O resultado da ação conjunta dos Estados não se limitou, no entanto, à revisão das isenções. No encontro de Canela foi firmada a "Carta de Canela", contendo o compromisso dos Estados relativamente à obtenção de condições mais adequadas para o equacionamento das dívidas estaduais e, o que é igualmente importante, sobre a estrutura e composição do capítulo do Sistema Tributário da futura Constituição. Também no que diz respeito a este aspecto os Estados obtiveram êxito, ainda que não definitivo. A Comissão de Sistematização deliberou por acolher no anteprojeto de Constituição a ser apreciado pelo plenário da Constituinte, a quase totalidade das proposições encaminha-

das conjuntamente pelos Estados, que significarão uma melhor distribuição dos recursos tributários e maior autonomia em matéria fiscal. Se aprovada tal como concebida, a implantação da nova sistemática tributária elevará a receita do Rio Grande do Sul em cerca de 11%.

Objetivando também a elevação das receitas públicas e a racionalização da atuação da máquina administrativa na área de fiscalização de tributos estaduais, foi implantado o Programa de Municipalização e Ação Tributária, que, recém iniciado, já conta com a adesão de mais de 150 Prefeituras Municipais de todo o Estado.

Paralelamente ao esforço fiscal de recuperação da receita, a Secretaria da Fazenda passou a exercer rigoroso controle dos gastos de custeio da Administração Direta e dos repasses efetuados à Administração Indireta, bem como empenhou-se em regularizar os débitos pendentes com fornecedores, empresas que prestam serviços ao Setor Público, locadores de prédios e outras, visando ao estabelecimento de um novo padrão de relacionamento.

Ao mesmo tempo, dedicou-se ao saneamento econômico-financeiro das 52 entidades da Administração Indireta. Encontra-se em execução a primeira fase deste trabalho que consiste na fusão/privatização/extinção de nove empresas. Além disso, é importante mencionar que com a implantação do Sistema Demonstrativo de Fluxo de Caixa, global e individualizadamente, o Governo está em condições para avaliar e acompanhar, em caráter permanente, os gastos de custeio e investimentos efetuados pelas entidades da Administração Indireta, adequando-os à nova política de gestão e desenvolvimento exercida pelo Setor Público Estadual. Por outro lado, está sendo ultimada a implantação do orçamento empresarial, individual e consolidado, que possibilitará a realização e o acompanhamento mensal, trimestral e anual da programação física e financeira das empresas e entidades do setor produtivo e de infra-estrutura do Estado.

É necessário frisar que tal modalidade de controle e acompanhamento da gestão empresarial constitui uma inovação introduzida pelo novo Governo, pois em toda a sua história a gestão da Administração Indireta jamais foi submetida a uma estratégia comum de governo.

A rolagem da dívida do Estado, em condições e prazos mais adequados, constitui outra prioridade essencial no contexto da estratégia governamental de saneamento financeiro. No orçamento previsto para 1988 já se observam os primeiros resultados da nova gestão da dívida pelo Governo, orientada para a redução dos encargos financeiros e modificação de seu perfil, hoje bastante desfavorável: o serviço da dívida reverteu sua tendência histórica, caindo de Cz\$ 148 para Cz\$ 83 bilhões. Na questão da rolagem da dívida, as gestões têm sido no sentido da obtenção de um novo perfil da dívida, prazos mais longos, taxas mais baixas e substituição de credores, com vistas a desafogar o sistema financeiro estadual. É preciso lembrar que esta política de rolagem da dívida está sendo implementada num contexto macroeconômico de instabilidade e crise e que, apesar disto, comparativamente ao passado, os esforços já foram em larga medida compensados. Está-se ainda longe de uma solução definitiva e duradoura, pois esta depende de uma solução global para o endividamento externo e interno do País e a constituição de novos mecanismos de financiamento, em parâmetros compatíveis com a situação dos setores público e privado.

Ainda no que refere ao orçamento projetado para 1988, igualmente significativo é a inexistência de déficit operacional. A previsão de equilíbrio operacional representa uma

ruptura da gestão financeira implementada no governo passado, que resultou na ocorrência de déficit operacional na execução orçamentária nos últimos quatro anos. O novo governo pretende sustentar a estrutura de despesas da máquina pública (custeio e investimento) com os recursos provenientes da arrecadação e transferências, sem recorrer a uma política de endividamento que, no passado, revelou-se amplamente desfavorável às finanças públicas estaduais. O Setor Público Estadual investirá, em 1988, cerca de Cz\$ 20 bilhões com recursos próprios.

Adicionalmente, cumpre destacar que o orçamento do corrente ano previa um déficit operacional da ordem de 27%, percentual equivalente, em valores atuais, a Cz\$ 14 bilhões, repetindo o comportamento verificado nos anos anteriores. A orientação da política financeira do atual Governo foi no sentido de eliminar o déficit na execução orçamentária mediante rigoroso controle dos gastos de custeio e medidas destinadas à recuperação das receitas. Isso significa que o Governo deixará de endividar-se em Cz\$ 14 bilhões para sustentar uma estrutura de gastos incompatível com suas disponibilidades. Além de equilibrar a execução orçamentária, evitar o aprofundamento do processo de endividamento o Governo fechará o corrente ano com investimentos em torno de Cz\$ 4 bilhões com recursos próprios.

Este conjunto de ações desencadeadas pela Secretaria da Fazenda visa, em última análise, à recuperação da capacidade de investimento do Setor Público Estadual, essencial para promover e estimular a expansão da economia gaúcha, em larga medida bloqueada pela insuficiente oferta de infra-estrutura e insumos básicos de origem estatal, notadamente energia e telecomunicações. Não se trata, portanto, de uma estratégia que se esgota no âmbito estrito da administração pública, mas que possui desdobramentos definidos e de alta significação para o desenvolvimento da economia estadual e a constituição de um aparelho público moderno, ágil e eficiente.

2.14 – INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

2.14.1 — BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A (BANRISUL)

O agravamento da situação das finanças públicas, nos últimos anos, fez com que o Estado submergisse em crescente endividamento junto a suas instituições financeiras. O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A (BANRISUL), seu principal agente financeiro, destinou significativo volume de recursos ao Setor Público, que no final do ano representava quase 70% das aplicações normais e 100% do total das captações em depósitos à vista e a prazo do Banco, apesar de que na atual gestão apenas houvesse a rolagem da dívida, sem novos financiamentos.

Ao assumir o Governo do Estado, a atual Administração tomou como ponto prioritário a liberação do BANRISUL do encargo do financiamento da dívida pública, para que retornasse sua assistência financeira ao setor produtivo da economia gaúcha.

Num esforço do Governo do Estado, foi conquistada a transferência da dívida do Estado para o Banco do Brasil S.A., através do voto nº 340 do Conselho Monetário Nacional e obtida a autorização do Senado para a emissão de OTE's.

Desta forma, durante o exercício de 1988, o BANRISUL poderá ampliar significativamente o apoio financeiro ao Setor Privado.

A perspectiva de estabilidade econômica, a partir da decretação do Plano de Estabilização Econômica do Governo, estimulou novos empreendimentos, principalmente de micro, pequeno e médios empresários. A sua ineficácia e conseqüente deterioração da economia trouxe sérias dificuldades para esses empreendedores.

Como consequência, o sistema bancário teve crescente volume de créditos inadimplentes em seus ativos, fazendo com que as autoridades monetárias criassem linha especial de financiamento (Res. 1335), cujos recursos tiveram origem em recolhimentos compulsórios adicionais sobre os depósitos à vista e a prazo das instituições financeiras.

No BANRISUL, o índice de Créditos em Liquidação alcançou o percentual de 0,99% em junho, quando no final de 1986 não ultrapassava a 0,15%. O BANRISUL foi um dos primeiros bancos a financiar a recuperação das empresas em dificuldades, destinando-lhes, inclusive, volume de crédito acima da exigibilidade do Banco Central do Brasil, com o que no final de novembro apresentou um saldo nessas aplicações de Cz\$ 645 milhões.

O renitente processo inflacionário que a economia brasileira está experimentando desde o final de 1986 provocou, neste exercício, uma desmonetização e uma concentração dos haveres financeiros no curto prazo, refletindo-se negativamente sobre a liquidez do sistema bancário.

Nesse processo, o sistema bancário está apresentando um decréscimo real nas suas captações de depósitos à vista e a prazo. Entretanto, nas operações de curto prazo, lastreadas em títulos públicos federais, mostra significativo crescimento.

Frente a uma inflação de 366%, no ano de 1987, os depósitos a vista do BANRISUL cresceram apenas 114% e os a prazo 240%, contra 630% do incremento das operações de mercado aberto.

À margem da fuga dos recursos do giro dos bancos, o BANRISUL ainda carregou a dívida do Estado, com capitalização dos encargos, o que aumentou significativamente a pressão sobre a liquidez, determinando queda real na carteira de empréstimos. A liberação do BANRISUL desse encargo ensejará, já a partir de janeiro, um apoio mais decidido à economia gaúcha.

Nesse contexto, a Administração do BANRISUL criou a Gerência-Geral de Desempenho Mercadológico de Agências e o Departamento de Marketing, além de ter desenvolvido um trabalho intenso em todo o interior do Estado através de sua Diretoria. Essa ação permitiu que a participação do BANRISUL nos saldos médios diários de depósitos à vista no Estado se elevasse de 30,8%, em abril, para 32,4% em novembro.

A campanha publicitária iniciada neste final de ano deverá contribuir para que essa participação nos depósitos se eleve no decorrer de 1988.

Na área mercadológica, destaca-se o lançamento do Fundo Banrisul de Curto Prazo, no final de 1987, produto de alta aceitabilidade.

Na área de recursos humanos a ação da atual Administração procurou delinear uma nova filosofia, consubstanciada na valorização do quadro funcional como elemento permanente da instituição e um dos mais importantes fatores de produção. A Administração tem dado ênfase na formação de um quadro solidário e bem estruturado que tenha condições de fazer com que a instituição subsista incólume a eventuais gestões menos profissionalizadas.

Na área de crédito a Administração adotou uma política de diversificação de risco, procurando proporcionar assistência financeira a um maior número possível de clientes e em todos os setores, mormente às micro, pequena e médias empresas.

A transformação das empresas que compõem o Sistema Financeiro Banrisul em uma instituição equivalente ao banco múltiplo, com redução de custos, agilização operacional e unidade de comando foi um dos objetivos que a Administração do BANRISUL assumiu no início de sua gestão.

Nessa área também houve avanços importantes com a centralização das mesas de mercado aberto e renda fixa e a transferência de algumas áreas da Financeira para suas similares no Banco, o que deverá ser completado no início do exercício de 1988.

O desempenho focalizado permitiu ao BANRISUL chegar ao final de 1987 com um Patrimônio Líquido estimado de Cz\$ 9,8 bilhões, um Lucro Operacional de Cz\$ 6,4 bilhões e um Lucro Líquido de aproximadamente Cz\$ 2 bilhões.

2.14.2 — CAIXA ECONÔMICA ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL (CEE/RS)

A Caixa Econômica Estadual alcança seus 27 anos de existência, sendo detentora de 1 milhão e 775 mil contas, o que equivale dizer que um em cada cinco gaúchos opta pela Autarquia estatal de crédito para a guarda e aplicação de sua poupança.

Com 166 unidades operacionais, entre Agências e Postos, a Caixa totaliza depósitos de Cz\$ 34,8 bilhões (dezembro/87) contra Cz\$ 12,5 bilhões, em março.

O balanço do primeiro semestre de 1987 conseguiu reverter uma posição deficitária num resultado operacional positivo.

Após prejuízos acumulados por quatro sucessivos semestres, a Caixa conseguiu em 30 de junho de 1987 fechar seu balanço patrimonial com um resultado positivo de Cz\$ 1,3 bilhão, capaz de absorver os prejuízos acumulados e corrigidos dos exercícios anteriores, e, ainda, deixar um saldo positivo de Cz\$ 624,8 milhões do patrimônio líquido.

Na atual administração, foram inauguradas as agências de Frederico Westphalen, Tapes e Gravataí e construído um estande no Parque de Exposições de São Francisco de Paula para, a exemplo do existente no Parque Assis Brasil, em Esteio, servir de posto de serviço em todas as promoções realizadas naquele município serrano.

O saldo das aplicações pelo SFH, de março a novembro, elevou-se de Cz\$ 4,6 bilhões para Cz\$ 20,5 bilhões.

Os empréstimos pessoais, no mesmo período, passaram de Cz\$ 680 milhões a Cz\$ 1,4 bilhão e os financiamentos rurais de Cz\$ 187 milhões para Cz\$ 456 milhões.

O organograma burocrático foi racionalizado, com supressão, inclusive, de cargos, tendo sido extinguidas 29 gerências-adjuntas. A valorização dos funcionários, um amplo programa de treinamento — 77 cursos, totalizando 3.484 horas/aula e abrangendo um universo de 2.206 funcionários (pouco menos da metade da força de trabalho existente) foram fundamentais para capacitar e motivar o quadro de servidores ao esforço de sanear a Instituição.

A política salarial foi alinhada com a do Governo, buscando resgatar os padrões da base da estrutura funcional, via percentuais diferenciados de aumento.

Na seqüência de reajustamentos salariais efetivados no decorrer de 1987, o perfil da pirâmide salarial da Caixa foi substancialmente alterado, alargando-se sua base e achatando-se seu vértice.

Um novo Quadro de Pessoal está sendo elaborado sob a responsabilidade de uma comissão paritária, constituída por representantes dos órgãos técnicos da Instituição e por representantes das associações que congregam os diversos segmentos funcionais da Autarquia. Antes de ser encaminhado à deliberação do Conselho Administrativo, o projeto do novo Quadro será aberto ao exame e sugestões dos funcionários. O novo Quadro de Pessoal visa a abrir aos funcionários uma perspectiva de carreira profissional na Instituição, para, através do seu desempenho e sua preparação por meio de cursos, ascenderem a cargos de maior responsabilidade e, portanto, melhor remunerados.

Na área técnico-financeira, para dinamizar a captação da poupança popular, foi adotada a política de aplicar nos locais de origem os depósitos obtidos.

Face à circunstância de que a maior parte dos recursos confiados à Caixa são vinculados à caderneta de poupança, a Instituição aplica 91% de suas disponibilidades em operação do Sistema Financeiro Habitacional.

Esta circunstância exigiu uma profunda reestruturação da Gerência Geral da Carteira de Crédito Habitacional que, melhor equipada e dinamizada, passou a registrar melhores índices de desempenho em todas as suas áreas. O percentual de inadimplência que alcançava a 33% dos imóveis financiados, foi reduzido à taxa de 12%. Os mutuários em atraso, numa média de 1.600 por mês, são convidados a discutir fórmulas para regularização de seus débitos.

Paralelamente, o estoque de imóveis retomados, que chegou a totalizar 1.040 unidades, representando um apreciável capital imobilizado, começou a ser comercializado, através de lotes colocados à disposição do público, mediante licitação, com a contrapartida de financiamento para a aquisição de até 90% do valor venal. Durante 1987, a partir de março, em sucessivas licitações, cerca de um terço do estoque de imóveis foi comercializado, com a recuperação de Cz\$ 201 milhões do capital imobilizado.

Ainda nesta área, a Caixa abriu uma nova linha de financiamento, o hipotecário, tanto para pessoas físicas como jurídicas.

Finalmente, junto ao Banco Central, a diretoria da Caixa está pleiteando cartas-patentes para a ampliação de sua rede de agências e solução para o crédito que tem junto à Caixa Econômica Federal, por conta das cadernetas de poupança, absorvidas em 1985, das sociedades de crédito imobiliário então liquidadas. O rendimento destes recursos para a Caixa Econômica Estadual é totalmente consumido pela remuneração paga às contas absorvidas. Por isso, a instituição pleiteia junto ao Banco Central um empréstimo de valor equivalente ao crédito disponível, com os mesmos encargos e prazos de amortização, que em aplicações mais vantajosas possam se constituir num rendimento real para a Caixa Econômica Estadual.

2.14.3 — DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. (DIVERGS)

A DIVERGS cumpre importante papel para o Estado como reguladora das taxas de deságio praticadas nos leilões de títulos emitidos pelo Tesouro do Estado e, de outra parte, busca minimizar o custo de financiamento desses papéis, no mercado financeiro, utilizando-se de um leque de alternativas de carregamento e colocação das OTEs, LTEs e CDBs que compõem a dívida mobiliária estadual.

A atual diretoria da empresa, após aprovação pelo Banco Central, tomou posse em meados de setembro, significando isto que sua gestão abrangeu período de pouco mais de três meses no exercício recém findo. Ainda assim, diversas medidas foram adotadas tanto na esfera administrativa quanto na área operacional, envolvendo novas alternativas de mercado, colocação de CDBs junto ao Banco do Brasil, negociação de OTEs com bancos federais, e, em conjunto com a Secretaria da Fazenda — em especial com a Junta de Coordenação Financeira do Estado — condução de tratativas junto ao Governo Federal que culminaram na autorização para refinanciamento das dívidas dos Bancos Estaduais e emissões novas de OTEs que deverão, paulatinamente, substituir formas mais onerosas de financiamento que até então vinham sobrecarregando o Estado.

O patrimônio líquido da empresa cresceu no período, passando de Cz\$ 374,6 milhões para Cz\$ 1.113,7 milhões. Enquanto isto, acompanhando a política governamental de re-

dução de gastos com pessoal, o número de funcionários foi reduzido de 121 para 112 no mesmo período.

O montante de OTEs carregadas pela DIVERGS cresceu, em termos reais, cerca de 37% no período analisado, passando de 82 milhões de módulos para 112 milhões, aproximadamente, exigindo maior esforço de captação de recursos no mercado financeiro. Uma maior integração da programação financeira do Tesouro do Estado com a DIVERGS possibilitou, no entanto, o aporte de saldos eventuais e temporários do Tesouro ao Fundo para Garantia de Liquidez dos Títulos da Dívida Pública, o que permitiu a rolagem da dívida estadual com maior desafogo de liquidez e custos mais suaves, além de constituir-se tal fato, na prática, o primeiro e definitivo passo para a implantação de um sistema de caixa centralizado do Governo do Estado.

2.14.4 — BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (BADESUL)

Desde abril quando teve início a atual gestão, até o final do exercício de 1987, o BADESUL concentrou sua atuação operacional e de planejamento em um conjunto de políticas estratégicas, e que caracteriza a moderna concepção de apoio financeiro e institucional ao desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul.

Com a implantação do Planejamento Estratégico no BADESUL, foi aprovada pela atual Administração a nova estrutura organizacional, dando destaque à criação da Diretoria de Planejamento, visando à maior interação do banco com o seu ambiente externo e também a melhoria e renovação dos mecanismos internos de coordenação de atividades, padronização de procedimentos, formulação e avaliação de políticas e metas, modernização de meios e fluxo de informações gerenciais.

Outro fato relevante na mudança de estrutura foi a unificação dos setores operacionais do banco em torno de uma única Diretoria, com o objetivo de padronizar e agilizar os procedimentos de análise de projetos. Esta medida, leva ao aprofundamento do processo de especialização operacional do Banco, sendo adotada uma nova segmentação do mercado da instituição, ajustada, inclusive, à experiência de planejamento e conhecimento setorial disponível no Rio Grande do Sul.

Quanto à informatização, especial esforço foi desenvolvido para integrar todas as unidades do banco, visando a transformar em informações o trabalho por elas executado.

O Setor de Computação, que antes atendia somente à área financeira, está hoje ligado ao Departamento de Organização de Sistemas e Métodos, com possibilidade de prestar serviços a todas as unidades do Banco, evitando a dispersão das informações, agilizando, desta forma, o processo de tomada de decisão.

Coroando o ano de 1987, ficou concluído o segundo Plano Diretor de Informática, que é o instrumento que reflete os objetivos, metas e ações a serem desenvolvidos nesta área nos próximos dois anos.

Neste período o BADESUL envolveu-se ou deu continuidade a vários programas, entre os quais cabe destacar: o apoio à micro, pequena e médias empresas; o desenvolvimento tecnológico; o desenvolvimento industrial, o desenvolvimento rural, urbano e a preservação e controle ambiental.

O envolvimento nestes programas significou a nível de crédito, excluindo-se as operações com o Tesouro Estadual, 1496 operações aprovadas, 1607 operações contrata-

das e 2305 operações liberadas, implicando um incremento de 100% no número de operações sobre o período anterior, num total de 25 milhões de OTNs. Do total das operações ativas da instituição, 53,29% foram dirigidas ao setor privado e 46,71% ao setor público.

Em novembro de 1987 o Patrimônio Líquido da instituição atingiu Cz\$ 1,1 bilhão.

2.14.3 — BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL (BRDE)

O BRDE, em consonância com as prioridades governamentais, em 1987 adotou uma estratégia de ação baseada nas seguintes linhas: ação financiadora dirigida prioritariamente ao Setor Privado; maior articulação com os órgãos de planejamento nacional e estadual; apoio a projetos de grande impacto na economia, concomitantemente às operações com pequenas e médias empresas; ampliação e diversificação das fontes de recursos; *modernização operacional do Banco, privilegiando o aperfeiçoamento do processo decisório e a agilização na concessão de financiamentos*; critérios mais rígidos na avaliação das operações.

As dificuldades vividas pela economia neste ano não se refletiram no mesmo grau sobre o desempenho do banco no período, que superou a realização do ano anterior, de grande atividade econômica, em cerca de 2%, em termos reais, comprometendo 15,3 milhões de OTNs.

A Agência de Porto Alegre contratou 883 operações financeiras, firmadas com 464 empresas. Destinaram-se ao setor primário 0,5 milhão de OTNs, distribuídas em 36 operações. Com o setor secundário foram contratadas 672 operações, atingindo 8,7 milhões de OTNs, o que passou a representar 57% do total, com um crescimento real de 5% sobre o ano anterior. O setor terciário contribuiu com 175 contratos, no valor de 6,0 milhões de OTNs, representando 40% do comprometimento total da Agência, destinados a investimentos fixos, na quase totalidade.

O apoio financeiro concedido pelo BRDE apresentou um excelente desempenho com o Setor Privado, que absorveu um montante de 10,8 milhões de OTNs, 23% superior, em termos reais, à alocação de 1986. Estes recursos destinaram-se especialmente à formação de capital fixo, abrangendo tanto a expansão do parque industrial, como sua modernização. Os referidos financiamentos beneficiaram, principalmente, estabelecimentos de pequeno e médio porte entre produtores e empresas agrícolas, cooperativas, indústrias e empresas comerciais e de serviços. Os recursos tiveram como origem a FINAME (52%), BNDES (26%), BACEN (9%), FINEP (6%) e outros (7%).

O apoio do BRDE à indústria gaúcha foi mais concentrado nos segmentos dinâmicos, que absorveram mais da metade do montante de recursos contratados. Nesses segmentos, as atividades do grupo metal-mecânico e de produtos químicos foram as que mais se destacaram.

Com referência ao setor primário, o BRDE vem envidando significativos esforços no sentido de ampliar sua ação financiadora, contando com uma demanda potencial, até o final de 1987, da ordem de 6,0 milhões de OTNs.

A destinação de recursos ao Setor Público respondeu por 29% do montante total contratado, em que predominaram os financiamentos às estatais do setor de geração e distribuição de energia elétrica da Região Sul. Quanto à origem destes recursos, a quase

totalidade foi proveniente da FINAME em menor escala, através da utilização dos recursos próprios da Instituição.

O patrimônio líquido da Agência, por sua vez, cresceu 571%, evoluindo de Cz\$ 0,7 bilhão, em 1986, para Cz\$ 4,7 bilhões em 1987, tendo o resultado líquido do exercício atingido Cz\$ 891,0 milhões.

O saldo de aplicações alcançou, em 1987, Cz\$ 48,1 bilhões, representando um incremento nominal de 374% em relação ao saldo do ano anterior, quando chegou a Cz\$ 10,2 bilhões.

2.15 — ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES

2.15.1 — SECRETARIA DE ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES (SEMC)

A Secretaria de Energia, Minas e Comunicações (SEMC) determina a política energética, mineral e das comunicações do Estado do Rio Grande do Sul, orientando e coordenando as atividades da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT) e Companhia Riograndense de Mineração (CRM).

Portanto, a SEMC tem sob sua responsabilidade setores considerados estratégicos para o desenvolvimento social, político e econômico do Estado.

Ao assumir em março de 1987, a atual gestão da SEMC encontrou as suas empresas vinculadas numa situação que comprometia a sua atuação na forma aludida, conforme exposto abaixo.

A CEEE, com um comprometimento financeiro de US\$ 1,8 bilhão, estava paralisada em termos de investimentos, que eram necessários para combater o crescente “déficit” energético de cerca de 161 MVA de demanda reprimida.

A CRT, comprometida da mesma maneira, com uma dívida de cerca de US\$ 340 milhões, estava, além disso, desequilibrada operacionalmente, desorganizada e com todos os seus projetos paralisados.

A CRM, não fugindo, à regra, detinha uma dívida de US\$ 105 milhões, e, de todas as suas minas, apenas a de Candiota apresentava saldos positivos, sendo que as demais não cobriam a sua própria folha de pagamentos.

Desse modo, a capacidade de desenvolvimento do Rio Grande do Sul tinha a sua potencialidade diminuída pela falta de organização e inoperância de seus setores estratégicos.

Assim, após detectar as razões básicas da crise nessas estatais, as ações nos setores foram orientadas seguindo principalmente os procedimentos a seguir descritos.

Quanto à energia elétrica, a CEEE encaminhou a renegociação de sua dívida entendendo esta questão como básica para a retomada imediata dos investimentos, principalmente nas áreas de rebaixamento e transmissão de energia elétrica, áreas que foram diagnosticadas como problemas inadiáveis. Dessa forma, a curto prazo os investimentos foram direcionados para a construção de subestações com o intuito de reduzir a demanda reprimida de energia.

Nesse sentido, foram estabelecidos critérios de localização das subestações que atendessem a razões de ordem social, procurando abranger o maior número de consumidores possível e onde o consumo de energia elétrica fosse constante (o que possibilita também um retorno mais rápido do investimento para a CEEE).

Segundo estes critérios, foram construídas as subestações de Santa Cruz I, Palmares e Santa Cruz II sendo que para 1988 está prevista a conclusão de mais seis.

A médio e longo prazo, os investimentos serão dirigidos para a geração de energia, principalmente nas usinas de D. Francisca e Candiota III.

No que se refere às comunicações, onde o "déficit" era bastante acentuado, também foi empreendida a renegociação da dívida da CRT, sendo que parcela do endividamento da Companhia foi assumida pelo Governo do Estado. Além disso, já está programada a instalação de 60.000 novos telefones, bem como investimentos maciços na área de telefonia rural e social.

Quanto à mineração, a orientação estabelecida pela SEMC foi no sentido de viabilização e racionalização das atividades da CRM.

Neste sentido, quanto ao carvão mineral, a CRM investiu na ampliação da Mina de Candiota, cuja produção tem mercado garantido e vem apresentando constantes "superávits" financeiros; a Mina de Irui teve suas atividades encerradas devido aos persistentes "déficits" financeiros dessa exploração, sendo que os trabalhos de redimensionamento da jazida já foram iniciados, e na Mina de Leão II as ações se voltaram para uma provável associação entre a iniciativa privada e a CRM objetivando garantir um maior aporte de recursos para investimentos de médio e longo prazo. Quanto à exploração de ouro a empresa vem estabelecendo negociações com o Setor Privado visando à modernização e mecanização da lavra de ouro localizada no município de Lavras do Sul.

2.15.2 — COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA (CEEE)

Inicialmente deve-se destacar que desde meados da década de 70, fruto da defasagem tarifária que atingiu todo setor elétrico brasileiro, a CEEE vinha sofrendo um constante processo de descapitalização. As dificuldades financeiras crescentes afetaram os cronogramas das obras, estendendo seus prazos de maturação, aumentando seus custos, e ao mesmo tempo, gerando inadimplências que criaram ônus adicionais. Em decorrência desses fatos, a dívida da companhia se elevou substancialmente, atingindo valores que, na situação atual, seu serviço absorveria toda sua receita, em condições de pagamento normais.

A partir do mês de março de 1987, o Governo Federal iniciou um processo de recuperação das tarifas. O resultado dessa política já pôde ser sentido, permitindo que a CEEE voltasse a fazer investimentos essenciais, especialmente na área de distribuição.

Atualmente, o capital próprio da CEEE corresponde a cerca de 1/5 de seus ativos e tenderia a zero em pouco tempo se a dívida fosse simplesmente rolada. Tal situação levou a CEEE a adotar as seguintes linhas de ação: a) buscar a capitalização de maior parte da dívida vencível a curto prazo; b) dar toda prioridade aos investimentos emergenciais destinados a diminuir a demanda reprimida existente no Estado; c) liquidar preferencialmente os débitos com fornecedores locais para o restabelecimento do crédito; d) reiniciar o pagamento da energia comprada na base de 60% das novas faturas. As 3 últimas medidas tiveram sua viabilização facilitada devido à recuperação tarifária iniciada em 1987.

A CEEE, no período de janeiro a novembro de 1987 elevou a participação da geração própria de 43,9% (1986) para 51,5% do mercado total. Tal incremento se deveu a

uma elevação de 33% na geração de energia por parte da CEEE relativamente ao ano de 1986. Em valores absolutos, foram gerados 5.375.530 MWh durante o ano.

Em relação a UTE Presidente Médici — Fase B, cabe salientar que ocorreu a entrada em operação experimental da unidade 3 e o período de teste da unidade 4. Foi iniciada a renegociação técnico-comercial do contrato de fornecimento dos equipamentos estrangeiros para a UTE Candiota III, a terraplenagem da área de implantação da usina e das estradas de acesso, tendo sido também firmado contrato entre a CEEE e a CIEN-TEC/UFRGS, visando à elaboração do futuro Relatório de Impacto do Meio Ambiente (RIMA). Na UTE Presidente Médici — Fase A foi realizada a recuperação e reforma da unidade 2 (63MW).

Após quase 8 anos de paralisação foi reativado o empreendimento da UHE Dona Francisca tendo sido iniciada a recuperação do canteiro de obras, reativados os contratos para o projeto civil e retomadas as negociações do contrato para o projeto eletromecânico. Na Usina Canastra desenvolveu-se um programa de recuperação e adequação de seus geradores. A CEEE está desenvolvendo também o programa de adequação e melhoramentos para aumentar o aproveitamento das pequenas usinas hidroelétricas existentes.

Durante o ano de 1987 foi iniciado, em apoio ao CENERGS, levantamento das quedas d'água com mais de 2m de altura para futuros aproveitamentos, quer por parte da CEEE, como a cargo de prefeituras ou autoprodutores.

Visando ao desenvolvimento tecnológico de combustão de carvão prosseguiu o projeto de Cooperação Técnica Brasil-Alemanha para a construção de uma caldeira de leito fluidizado.

O incremento dos programas de operação e manutenção do sistema de transmissão permitiu que a CEEE alcançasse em 1987 o significativo índice de 99,77% de disponibilidade operacional. Várias obras agregaram ao seu sistema de transmissão 484 MVA de capacidade, contemplando em especial regiões onde ocorriam demandas industriais reprimidas. A demanda reprimida que perfazia um total de 161MVA em dezembro de 1986, em razão da existência de um sistema de transmissão esgotado e que vinha apresentando vários pontos de sobrecarga foi reduzida em 50MVA. Durante 1987 foram adquiridos equipamentos de subestações e contratadas várias obras visando ao acréscimo de mais 1.800 MVA ao sistema. Além disso, a CEEE formalizou o contrato de implantação do projeto SINSC/SISPROS que prevê a interligação do Centro de Controle da Eletrobrás com os sistemas de Controle das Empresas Controladoras de Área. Para complementação dos recursos necessários às obras de transmissão, a CEEE incentivou a participação da comunidade beneficiada, através do adiantamento de recursos financeiros à empresa para posterior aplicação na infra-estrutura necessária.

A distribuição de energia elétrica atendeu ao mercado graças à ligação de aproximadamente 95.000 novos consumidores, à execução de 560 obras emergenciais e 198 obras de melhoria em alimentadores.

O Programa de Recuperação da Medição com a instalação de 186.963 novos medidores foi iniciado, e acelerado o processo de implantação do Controle de Rede Primária — COMPRIM de 7 para 2 anos. Ainda em 1987 foram iniciadas as obras de distribuição e rescindidos 17 contratos com empresas que executavam serviços de ligações, cortes e restabelecimentos, sendo tais serviços absorvidos pela mão-de-obra própria da CEEE possibilitando desta forma a economia de recursos para a empresa.

O Programa de Eletrificação Rural promoveu a realização de 600 obras abrangendo 140 municípios, cerca de 6.000 consumidores e a extensão de 3.035 km de rede. Através do Programa Nacional de Irrigação — PRONI, a CEEE executou 22 obras em 12 municípios atingindo uma área de 2.511 ha e beneficiando 310 novos consumidores.

Finalmente foi iniciado um Programa de Conservação de Energia nos levantes hidráulicos, que possibilitou a aplicação de recursos na realização de auditorias energéticas em cerca de 1.500 instalações, além da realização de convênio entre a CEEE e CEAG/IDERGS objetivando auditorias energéticas em cerca de 150 pequenas e médias empresas, *com vistas à racionalização do uso de energia.*

2.15.3 — COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES (CRT)

No decorrer do ano de 1987, a Companhia Riograndense de Telecomunicações ampliou a sua planta instalada para 459.852 terminais, adicionando 12.592 à infra-estrutura existente. O grau de utilização da planta atingiu 94,6%, encontrando-se 434.978 terminais em serviço. *As taxas de expansão da planta e dos terminais em serviço foram de 2,8% e 4,8% respectivamente, observando-se um maior incremento na utilização da capacidade instalada, em relação a sua ampliação.*

No que tange a indicadores operacionais constatou-se em 1987 um incremento no aproveitamento dos serviços interurbanos (relação chamadas IU (DDD + manuais) por terminais em serviço) — 288 chamados por terminal em 1987 e 282 em 1986 — apresentando no entanto um menor dinamismo, em relação à expansão dos serviços.

Os serviços de Discagem Direta à Distância (DDD/DDI) foram ampliados possibilitando o acesso a 06 municípios, perfazendo assim um total de 157 municípios que dispõem destes serviços. Os postos de telefonia rural social foram expandidos para 187 e o número de telefones públicos foram incrementados em 194 unidades.

Em atendimento à demanda de serviços de comunicação de dados, a empresa aumentou suas linhas em 187 terminais instalados de video-texto, bem como a ampliação de Centrais Telefônicas Comunitárias (CTC) que permite o compartilhamento de terminais telefônicos da Central e da rede de cabos, contando atualmente com 1.736 ramais instalados.

Com relação à tecnologia digital em Centrais de Programa Armazenado — Temporal (CPA-T) foram incrementados 12.019 terminais automáticos contemplando 06 localidades, sendo que Caxias do Sul e Porto Alegre foram beneficiadas com 3.072 e 7.168 terminais telefônicos respectivamente.

O Sistema Interurbano foi expandido com a instalação de 550 circuitos I. U. e 4.000 troncos I.U. em tecnologia digital. Com relação ao Sistema Rural, foram implantadas 08 Centrais manuais e forneceu-se infra-estrutura para 92 comunidades/propriedades rurais para implantarem sistemas próprios de telefonia em regime de co-participação.

O Investimento total realizado em 1987, atingiu o volume de Cz\$ 903.560 mil oriundos, percentualmente, das seguintes fontes: 43,2% de autofinanciamento; 3,5% de doações e 53,3% de recursos próprios.

2.15.4 — CONSELHO ESTADUAL DE MINERAÇÃO (CEM)

O Conselho Estadual de Mineração foi criado pelo Decreto nº 32.198 de 20 de março de 1986 e é integrado pela Secretaria de Energia, Minas e Comunicações (SEMC), Secretaria de Coordenação e Planejamento (SCP) e Secretaria de Saúde e Meio Ambiente

(SSMA), sob a presidência do Secretário de Estado de Energia, Minas e Comunicações. Também integram o CEM, a Companhia Riograndense de Mineração (CRM), a Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC), o Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul (BADESUL) e ainda 3 órgãos públicos federais e 6 entidades tais como Federações, Associações e Institutos quer de âmbito estadual como nacional.

A partir de março de 1987 foram realizados 5 reuniões do CEM podendo se destacar, entre outras atividades, a aprovação do "Programa do Carvão Mineral para o Estado do Rio Grande do Sul", apresentação do trabalho "Os Depósitos Plumbo-Zincíferos de Santa Maria"; apresentação dos temas "Pedras Preciosas do Rio Grande do Sul"; "Cau-lim no Rio Grande do Sul" tendo sido definido, ainda, a formação de um Grupo de Trabalho encarregado de formular propostas fundamentais, para aprovação no Conselho, relativas aos minerais-metálicos do Estado.

As atividades de implantação e acompanhamento dos programas de produção mineral são conduzidas pela Coordenadoria de Produção Mineral, instituída no mesmo decreto de criação do CEM e integrante da estrutura básica da SEMC.

Em 1987 a Coordenadoria de Produção Mineral realizou vários estudos tais como: Pedras Preciosas no Estado; jazida de ouro em Lavras do Sul; ocorrência de conchas calcáreas no Litoral do Estado; projeto de reavaliação de jazida de carvão de Urui e projeto de pesquisa para outras camadas mineráveis em Candiota. Além disso, a Coordenadoria realizou e/ou participou de diversas reuniões, palestras e visitas tanto na capital e interior do Estado como em outras unidades da federação.

2.15.5 — COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO (CRM)

A Companhia Riograndense de Mineração, vinculada à Secretaria de Energia, Minas e Comunicações, executa a política mineral do Estado, através da prospecção, pesquisa, extração e comercialização do carvão e outros minerais. Nesse sentido, os Projetos de Ampliação da Mina de Candiota, de Implantação da Mina do Leão II e da Mina do Iruí desenvolvidos por esta Companhia, fazem parte do Programa do Carvão em andamento e apresentaram o seguinte desempenho no ano de 1987:

- Projeto de Ampliação da Mina de Candiota — Projeto desenvolvido no município de Bagé que visou à ampliação da capacidade de produção da mina a céu aberto, de 800 mil t/ano de carvão "RUN of MINE" (R. O. M.) para 2.800 mil t/ano, objetivando atender à demanda da segunda fase da Usina Presidente Médici e da indústria cimenteira. Este projeto de ampliação possibilitou a criação de 300 novos empregos diretos e a produção da mina foi de 638,3 mil toneladas de carvão no ano, sendo em sua totalidade constituído do tipo CE 3300;
- Projeto de Implantação da Mina do Leão II — Projeto desenvolvido no município de Butiá visando a produzir 2.400 mil t/ano de carvão, cuja destinação prevista, seria de atender à indústria cimenteira, à gaseificação, à redução direta do minério de ferro e à termoeletricidade. No ano de 1987 não houve previsão de obras, estando o projeto atualmente com 55% da parte física acumulada implantada;
- Projeto da Mina do Iruí — Projeto desenvolvido no município de Cachoeira do Sul, diz respeito a uma mina a céu aberto com produção prevista de 1.560 mil t/ano de carvão, cujo principal mercado deveria ser a indústria cimenteira e termoeletricidade. Em 1987 paralisou-se as atividades de lavra por tempo indeterminado, por razões da inviabilidade econômica das operações após o término da lavra do corte seis,

extraíndo o volume total de 143,3 mil toneladas de carvão. Quanto a esta mina foram iniciados os estudos de reavaliação geológica para um provável reinício da exploração futura em bases econômicas mais favoráveis;

Concernente à área de pesquisas minerais foi prevista a realização de 158 sondagens geológicas totalizando 7.460 metros de perfuração nas localidades de Palmares do Sul, Lavras do Sul, Candiota, Leão I e Iruí. Foram executadas no período, 47 sondagens que totalizaram 2.060 metros de perfuração.

No que tange aos recursos financeiros utilizados para dar andamento aos projetos referidos anteriormente, em moeda nacional, foram previstos investimentos da ordem de Cz\$ 170 milhões e realizados Cz\$ 136 milhões. Com relação a recursos externos, foram previstos investimentos da ordem de US\$ 10,2 mil e realizados US\$ 5,6 mil.

Quanto ao desempenho operacional da empresa no ano de 1987, verificou-se a produção total de 1.106 mil toneladas de carvão mineral R. O. M., volume este algo menor que o ano anterior, mas com previsão de aumento para aproximadamente triplicar a produção já em 1988.

No que se refere à despesa operacional, esta sofreu um incremento superior ao da receita durante o ano, não obstante ter se reduzido o custo com pessoal e o número total de funcionários. Porém, a partir de setembro de 1987 e até o final do ano, com as medidas saneadoras empreendidas pela Companhia, a CRM começou a apresentar lucro operacional, embora o carvão mineral continue com seu preço defasado, impedindo um melhor desempenho de receita operacional.

A produção de ouro foi de 24.627 g correspondendo a um decréscimo de aproximadamente 7% na produção, levando em consideração a produção do ano anterior que foi de 23.001g. A lavra desse mineral na Mina João Ricardo de Souza passa atualmente por um processo de reavaliação e negociação com empresários de área privada, com vistas a dar continuidade ao processo de exploração do mineral, de forma não deficitária.

2.15.6 — COMISSÃO ESTADUAL DE ENERGIA (CENERGS)

A Comissão Estadual de Energia foi criada pela Portaria de 28 de agosto de 1979, pelo Governador do Estado. É integrada pelo Secretário de Estado de Energia, Minas e Comunicações e pelos Secretários de Estado da Fazenda; da Agricultura; da Saúde e do Meio Ambiente; da Indústria e Comércio; dos Transportes; e de Coordenação e Planejamento, sob a presidência do primeiro e com a participação, como membros convidados, de cinco representantes de organismos federais ligados à área de energia e pesquisa e, ainda, de sete cidadãos representando instituições ligadas ao campo dos recursos energéticos.

A Secretaria de Coordenação e Planejamento e a Secretaria de Energia, Minas e Comunicações prestam à Comissão o apoio técnico e administrativo necessário.

A CENERGS conta com uma Secretaria Executiva, um Comitê Técnico Setorial e Grupos de Trabalho.

Entre as atividades desenvolvidas em 1987 deve-se destacar, primeiramente, a elaboração do Balanço Energético de 1985 e a coleta de dados necessários para a elaboração do Balanço de 1986.

Além disso, foi realizada a montagem de diversos programas por energéticos, tais

como para a energia eólica, solar, biomassa (álcool, lenha e resíduos), carvão e gás natural além do programa de Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCHs) — que consiste, inicialmente, no levantamento em nível municipal de todas as quedas hidráulicas acima de 2 metros de altura — e, também, do programa de Conservação de Energia cuja primeira fase começa com a conservação de energia na lavoura arrozeira. Todos estes programas servirão de base para a elaboração do “Programa Estadual de Energia” sendo que os de PCHs e conservação de energia foram realizados em conjunto com a CEEE.

A partir de agosto de 1987 foi dado o início da formação de Comissões Municipais de Energia e Desenvolvimento e até o final do ano foram constituídas as de Cachoeira do Sul e São Sepé estando em formação outras 10 comissões.

A CENERGS também integrou alguns grupos de trabalho, em conjunto com outros órgãos públicos, tais como os grupos constituídos para estudar a viabilidade de utilização do gás natural no Estado, o aproveitamento do carvão mineral gaúcho, além de outros.

Durante o ano, continuou, como em anos anteriores, a participar do PIMEB — Programa de Mobilização Energética que vem sendo conduzido pelo governo federal através do Ministério de Minas e Energia.

Participou, ainda de diversos encontros e seminários podendo-se destacar os seminários organizados por iniciativa da CENERGS — “RS — Energia para o Ano 2.000” e que em 1987 teve duas edições, nos municípios de Cachoeira do Sul e Santa Maria.

2.16 — TRANSPORTES

2.16.1 — SECRETARIA DOS TRANSPORTES (ST)

A Secretaria dos Transportes, órgão que coordena a política dos Transportes no Estado, operacionaliza sua ação através de quatro órgãos vinculados que são: Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER), Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras (CINTEA) responsáveis pelo Setor Rodoviário; Departamento Aeroviário do Estado (DAE) órgão específico do Setor Aeroviário do Estado e o Departamento de Portos, Rios e Canais (DEPRC) que atua no Setor Hidro-portuário estadual.

Em 1987, a Secretaria dos Transportes buscou uma integração mais ampla com órgãos federais, visando a atrair maiores investimentos federais no Estado além de evitar uma política dispersiva de aplicação de recursos orientando seus diversos órgãos vinculados para uma ação conjunta no âmbito estadual bem como no intercâmbio com os órgãos federais.

Exemplos concretos desse procedimento podem ser citados, onde se destaca primeiramente os convênios firmados com o DNER para a construção de estradas federais que não tinham perspectiva de terem verbas liberadas em 1987 (algumas em fase de conclusão) sendo que determinadas obras foram iniciadas durante o ano ou já estão contratadas tais como os seguintes trechos: Santa Maria — Camobi, Capivari — Tavares, Garibaldi — Estrela e Caxias — Lageado Grande (Rota do Sol).

A Secretaria dos Transportes também gestionou junto ao BNDES a liberação de recursos para o Programa de Pavimentação de Estradas Vicinais do Estado. Neste sentido, foi elaborado um novo pedido de financiamento em conjunto com a Secretaria de Coordenação e Planejamento, possibilitando a liberação de recursos da ordem de US\$ 34,8 milhões sendo que 30% corresponde à contrapartida do Estado. Esses recursos financeiros possibilitarão o início das obras de 612 km de estradas vicinais pavimentadas que beneficiarão 45 municípios ainda em 1988.

Outra ação desenvolvida pela Secretaria foi através da participação na elaboração do Programa de Desenvolvimento do Setor de Transportes (PRODEST) onde atuaram no decorrer do exercício órgãos estaduais e os correspondentes federais como a Secretaria dos Transportes, Secretaria de Coordenação e Planejamento, DAER, DEPREC, GEIPOT, DNER, RFFSA, SUNAMAN e PORTOBRAS.

2.16.2 — DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM (DAER)

O Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, autarquia vinculada à Secretaria dos Transportes tem como principais atribuições: estudar, projetar, implantar, melhorar e conservar rodovias, postes e obras complementares a seu cargo e também disciplinar e fiscalizar o uso dessas estradas e prestar assistência técnica aos municípios.

Através da Administração Direta ou sob regime de empreitada são realizadas implantação ou construção de rodovias, serviços de terraplenagem, pavimentação e obras de arte especiais.

No exercício de 1987 o DAER atuou na conservação e melhoramento de 9117 km de estradas que compõem a malha rodoviária estadual, sendo 2945 km em pavimentação e os restantes com revestimento primário.

Dentre os serviços básicos da área de conservação de rodovias, foram realizados conservação em 10.000 km de estradas, 25.380.108 m² de roçados manual e mecânico, 172.410 m² de capa selante e tratamento superficial, 768.310.286 m² de patrolagem.

Sob regime de empreitada, em 1987 foram realizados 46 km de terraplenagem, 37 km de pavimentação e 86 m de obras de arte especiais (pontes).

Por Administração Direta, o DAER através das 17 Unidades de Conservação (U. C.), utilizando pessoal e equipamento próprio construiu 1.072.000 m³ de terraplanagem e 80 m de obras de arte especiais.

A Superintendência de Estudos e Projetos executou 16 projetos geométricos (130 km), 5 projetos de pontes (817 m), 32 projetos de sinalização rodoviária e 18 projetos de acessos e trevos.

2.16.3 — COMPANHIA INTERMUNICIPAL DE ESTRADAS ALIMENTADORAS (CINTEA)

A Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras realiza seu trabalho através de três programas básicos quais sejam: construção e melhoria de estradas vicinais, em regime de mutirão com seus associados; construção de obras de arte especiais e construção de aterros de acesso às obras de arte especiais.

No exercício de 1987, a CINTEA construiu 181,15 km de estradas, realizou melhorias em 1.424,9 km e atuou em aterros e terraplenagens diversas movimentando 425.532 m³ de terra. Encontram-se em execução 448,80 km de construção e melhoria de estradas e 189.123 m³ de aterros e terraplenagens.

Através de consulta feita a todos os municípios associados, foi realizado um Projeto Global de Construção e Melhoria de Estradas Municipais num total de 15.400 km de estradas. Foram realizados também cinco projetos completos de obras de arte especiais além da recuperação de equipamentos e instalações.

Visando a atingir seus objetivos, a CINTEA promoveu, a partir de março de 1987, uma ampla reformulação e reavaliação da Companhia com o intuito de racionalizar os seus serviços promovendo também uma maior integração com outros órgãos públicos.

2.16.4 — DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PORTOS, RIOS E CANAIS (DEPREC)

O Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais, atendendo suas finalidades principais executou, em 1987, atividades no sentido de manter as condições de navegabilidade e segurança da navegação nas hidrovias interiores, canais de acesso e bacias de evolução, e ofereceu a infra-estrutura necessária para a operacionalização e exploração comercial dos portos de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas.

A atual administração ao iniciar suas atividades juntamente com o novo Governo, encontrou um orçamento já consolidado e elaborado pela administração anterior. Diante disto e considerando os recursos orçamentários previstos e disponíveis, foram adotadas políticas de racionalização de custos para que permitissem recuperar, ao máximo, instalações e equipamentos com vistas a melhorar a eficiência operacional nos portos de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas. Por outro lado, os serviços de dragagem, balizamento e sinalização das hidrovias foram também incrementados no sentido de melhorar as condições de navegação dos rios, para facilitar o escoamento da produção dos produtos primários, bem como os da indústria de transformação.

Dentro desta mesma ótica, também procurou-se, dentro das limitações impostas pela legislação vigente e pertinente, explorar o potencial de receita existente nas atividades que o Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais detém em suas diferentes administrações, pelo incremento de 11,3% na movimentação física de mercadorias, aliado a políticas de racionalização de custos e gerenciamento econômico-financeiro. A Administração do Porto de Porto Alegre realizou, no decorrer do exercício, melhorias operacionais sob vários aspectos e de forma abrangente, alcançado um acréscimo de 7,7% na movimentação anual, em relação ao ano anterior, acréscimo este bastante significativo se levar-se em conta a conjuntura econômica regional. A atenção especial nas atividades relativas à manutenção das instalações, propiciou índices satisfatórios de utilização em relação às necessidades dos usuários.

O Porto de Rio Grande, sendo o mais dinâmico do estado como terminal portuário que possibilita o escoamento da produção recebida pelas diversas modalidades de transporte, para o país e para o exterior, teve um incremento importante na movimentação de mercadorias, da ordem de 11,3% sobre o total movimentado no ano anterior.

O Porto de Pelotas, graças a um esforço concentrado no sentido de diversificar e ampliar a abrangência de suas atividades, conseguiu duplicar o volume de movimentação sobre o ano anterior, que foi atípico por representar um nível baixo de operação. Mesmo assim, o desempenho de 1987 representou um acréscimo de 40% sobre os níveis mais altos registrados nos últimos anos, graças ao aumento significativo da movimentação de carvão, clínquer, cobre e calcário, soja e derivados, ligados às atividades da indústria local. A Administração de Serviços Delegados, responsável pela manutenção das condições de navegabilidade dos canais de acesso e bacias de evolução dos portos, atingiu bons níveis de desempenho na execução de atividades de dragagem, balizamento, levantamentos topo-hidrográficos, estudos para a adequação e consolidação do sistema hidroviário, e manutenção dos molhes da barra de Rio Grande.

Foram realizadas, também, pela Administração de Vias Fluviais — responsável pelo desenvolvimento e manutenção das condições de navegabilidade das hidrovias interiores — serviços de dragagem e balizamento nos cursos d'água sob sua jurisdição, bem como levantamentos topo-hidrográficos, de climatologia, pluviometria e fluviometria, para o monitoramento e estudos de hidrologia, fundamentais para a execução de estudos e projetos para obras de regularização.

2.16.5 — DEPARTAMENTO AEROVIÁRIO DO ESTADO (DAE)

O Departamento Aeroviário do Estado (DAE), autarquia aeroportuária, tem como principais atribuições estudar e organizar o Plano Aeroviário do Estado, executar a política aeroportuária em consonância com o Ministério da Aeronáutica, realizar a manutenção e executar as operações de voo das aeronaves do Governo do Estado além de es-

timular e apoiar a expansão dos transportes aéros em linhas regulares e planejar, projetar, construir, melhorar, conservar e administrar os aeroportos e vias de acesso integrantes da rede aeroportuária estadual.

Atuando em sincronia e integrado com os diversos organismos do Ministério da Aeronáutica a nível federal, o DAE elaborou o Plano de Metas para o Setor Aeroviário — período 1987 — 90, visando a propiciar condições operacionais e atendimento à demanda existente na rede aeroportuária estadual, que é composta por 65 aeródromos, com vistas à elaboração de programas de localização, implantação, conservação, expansão e melhorias de aeródromos e aeroportos.

Dessa forma o DAE realizou em 1987, estudos e levantamentos topográficos e geotécnicos nos Aeródromos de Alegrete, Frederico Westphalem, Passo Fundo, Três Passos e Vacaria, bem como a elaboração do projeto de ampliação do Aeroporto de Caxias do Sul (prolongamento da pista de pouso, ampliação do terminal de passageiros e sinalização noturna) e implantação de estação meteorológica completa, cujo investimento previsto alcança o montante superior a Cz\$ 27,2 mil.

Entre os principais serviços prestados pelo DAE, destaca-se a manutenção de aeródromos com o objetivo de aumentar a segurança das aeronaves e de seus usuários. Esses serviços compreendem: limpeza geral das áreas aeroportuárias, ceifamento, regularização de pistas, revestimento primário compacto, sinalização, drenagem, cercamento, reparos nas edificações existentes e áreas de apoio.

Com relação a esses serviços o DAE efetuou obras de melhorias nos aeródromos de São Lourenço do Sul (obras de conservação), de São Luiz Gonzaga (obras de conservação incluindo acesso) e no de Rosário do Sul (ceifamento, terraplanagem e sinalização).

Deve-se ressaltar ainda que em 1987 entrou em funcionamento a linha regular Caxias do Sul — São Paulo tendo sido iniciados os estudos para implantação de outra linha ligando Passo Fundo a São Paulo.

2.17 — PLANEJAMENTO E ARTICULAÇÃO

2.17.1 — SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO (SCP)

A SCP responde pela elaboração, coordenação, acompanhamento e controle do Programa de Governo. Realiza, também, estudos e pesquisas com vistas a subsidiar a formulação de diretrizes sobre o desenvolvimento econômico e social do Estado. Para tanto, a sua atividade-fim está estruturada em cinco áreas: o Departamento de Planejamento e Programação do Setor Público (DEPLAN); a Central de Projetos; a Assessoria Técnica; o FUNDURBANO; a Fundação de Economia e Estatística, na condição de órgão vinculado e denominada, na atual gestão, de “Siegfried Emanuel Heuser”

O Departamento de Planejamento e Programação do Setor Público — DEPLAN tem seu trabalho atualmente centrado na reorganização do Sistema de Planejamento da administração pública estadual, virtualmente desaparecido na última gestão. Todo seu empenho se resume em preparar quadros técnicos e o material de natureza operacional e metodológico, com vistas ao efetivo cumprimento de suas atribuições legais. Além de reencetar as tarefas atinentes à programação do Setor Público o DEPLAN buscará especializar os diversos programas setoriais em versões específicas para 21 regiões. Esse será um passo decisivo para a montagem de um sistema em que as regiões, até por aparecerem explicitamente na alocação de recursos, terão oportunidade de uma grande articulação com a administração estadual.

Como instrumento de controle e acompanhamento o DEPLAN conta com o Sistema de Acompanhamento Físico-Financeiro (SAFFI) que está passando por uma reformulação com vistas a ocupar-se, além dos projetos, com as atividades, pois são estas, considerado o conjunto das ações governamentais, que dispendem a maior parcela de recursos.

Quanto à Assessoria Técnica lhe estão afetos trabalhos de natureza diversificada, desde programas especiais, estudos de ordem financeira, como contatos com órgãos nacionais e internacionais com vistas à obtenção de recursos para a Administração. Tarefa de vulto teve a Assessoria com a montagem do Documento “Diretrizes de Governo”, refletindo o entendimento dos quadros partidários sobre uma proposta de administração para o Estado, robustecida agora pela experiência dos primeiros meses de Governo.

Outra unidade-fim dentro da SCP é a que se ocupa do FUNDURBANO, que passou a assumir uma nova concepção na destinação de recursos. Além de sua forma tradicional de atuação com um leque amplo de opções a nível de prefeituras, incorpora agora programas estaduais a serem executados pelos municípios como meio indutor de sua execução. Os empréstimos a serem tomados pelos governos municipais para a realização de investimentos em seu âmbito de ação, mas que por responderem a problemas gerais cabem em boa parte das cidades gaúchas, o que enseja programas estaduais, passam a ter no FUNDURBANO o respaldo necessário para seu desencadeamento. Outrossim, face à correção monetária parcial dos financiamentos concedidos, pretende-se criar realmente um fundo, de modo que os municípios contem com recursos além dos eventualmente orçamentados.

mia e a SUDESUL prossegue com a participação de vários órgãos sob a coordenação da SEAI;

- Estudos para identificação do gás proveniente da Argentina: delineamento de uma estratégia como forma de definição de oferta de energéticos — gasoduto e de produção de fertilizantes. O grupo é integrado por participantes de vários órgãos coordenados pela SEAI;
- Elaboração de estudos e projetos para a implantação de uma Usina de Aços Planos no Estado — (Produção de um milhão de toneladas — 5000 empregos diretos e 12.000 empregos indiretos) e para a ampliação da Aços Finos Piratini;
- Atendimento à indústria de borracha orientada para a produção de pneus, artefatos e sapatos, dentro da sistemática de enlace. Convivência com a problemática tecnológica, técnica, de projetos, financeira e de mercado;
- Estudos de oportunidade de montagem de indústrias voltadas para a produção de energia;
- Cadastramento do setor transformador do Rio Grande do Sul, visando a estabelecer, a curto prazo, bases para a implantação de dados sobre o setor transformador petroquímico no Estado;
- Acompanhamento de projetos em fase de decisão e implantação, com o objetivo de coletar e recuperar, de forma ágil, informações referentes a projetos em tramitação no CDI (fase de carta-consulta e projeto). Igualmente, esta atividade permitirá acompanhar o desenvolvimento dos projetos em fase de implantação física no Pólo Petroquímico do Estado do Rio Grande do Sul;
- Elaboração de análises setoriais, com vistas a identificar campos de aplicação para produtos de origem petroquímica em substituição a componentes elaborados com produtos tradicionais ou em novas aplicações;
- Acompanhamento de resultados do Pólo Petroquímico do Rio Grande do Sul, objetivando coletar, consolidar e recuperar informações sobre o desempenho das empresas em operação no Pólo;
- Projeto de Conservação de Solos com enfoque de Microbacias para a Região do Alto Uruguai, o qual já foi submetido ao BIRD;
- Projeto de Armazenagem — desenvolvido a nível de propriedade para produção do milho;
- Acompanhamento do Programa de Microbacias em desenvolvimento no Estado;
- Abastecimento de água e saúde: elaboração de uma metodologia para análise dos benefícios sociais;
- Estudo dos informes estatísticos de aspectos sócio-econômicos que permitem dimensionar as condições dos municípios diretamente beneficiados pela expansão do sistema elétrico, nas regiões de Santo Ângelo e Santa Rosa;
- Estudo das necessidades de pré-investimentos com o objetivo de encaminhar a demanda de recursos para custear a elaboração de estudos, projetos e programas de desenvolvimento econômico e social junto à FINEP;
- Análise do estudo para criação do Instituto para Pesquisa e Desenvolvimento de Segurança Pública — Brigada Militar — IPDESP — BM;
- Análise do estudo de adequação do “Programa NASUP” — Núcleo de Atendimento Social em Unidades Policiais — enviado pela Secretaria da Segurança;
- Estradas vicinais — elaboração de estudos econômicos para a análise de viabilidade do Projeto. O referido projeto permitirá a construção de 660km de estradas ligando centros produtores a rodovias troncais em várias regiões do Estado, beneficiando um contingente demográfico de 1.395.000 habitantes;
- Projeto para Nova Linha de Produção da CORAG;
- Estudo preliminar do Sistema Penitenciário do Estado, objetivando a obtenção de subsídios para o desenvolvimento do Plano de Ação do Sistema Penitenciário do Estado;

- Estudo sobre a mão-de-obra do menor no Rio Grande do Sul visando a avaliar comparativamente a inserção da força de trabalho do menor no campo e na cidade;
- Estudo sobre a mão-de-obra no Rio Grande do Sul (1981-84), analisando a forma de inserção da força de trabalho economicamente ativa no Estado;
- Avaliação para pesquisa do Programa PROMENOR-FEBEM, buscando-se dimensionar o grau de alcance atingido pelos objetivos propostos no Programa e elaboração do Projeto de um Centro de Atendimento Integrado para o Menor;
- Vários estudos que visam a instruir a elaboração do Programa Integrado de Melhoria Social, bem como os pedidos de financiamento junto a organismos internacionais e nacionais, a saber:
 - levantamentos preliminares de fontes e usos de recursos;
 - estudos sobre finanças municipais com vistas a avaliar a capacidade de endividamento das cidades envolvidas;
 - pesquisas sobre a estrutura dos gastos da população de baixa renda em cidades selecionadas no Rio Grande do Sul;
 - relatório sobre urbanização e favelamento no Rio Grande do Sul e avaliação do impacto sobre a infra-estrutura urbana da implementação do PIMES;
- Em cooperação com a SEC, elaboração de programas de recuperação da infra-estrutura existente para o ensino agrícola;
- Projeto Piloto para a Escola Técnica Agrícola de São Lourenço do Sul, com a participação da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento;
- Projeto para aumento da eficácia do atendimento aos excepcionais auditivos, através da recuperação dos equipamentos que oportunizem o processo ensino-aprendizagem, em colaboração com a Secretaria da Educação;
- Elaboração de Projeto de um "software" aplicativo, para o cálculo das necessidades habitacionais a nível de município no Estado do Rio Grande do Sul;
- *Elaboração do documento "Diretrizes de Ação para uma Política Habitacional no Rio Grande do Sul"*;
- Projeto para o desenvolvimento tecnológico e a ampliação da capacidade da construção civil do Rio Grande do Sul;
- *Participação na elaboração do Plano de Ação para o Sistema Penitenciário do Estado;*
- Elaboração do Projeto Informatização do Sistema Penitenciário do Estado do Rio Grande do Sul;
- *Elaboração do Projeto Centro de Prevenção e Recuperação do Dependente Químico.*

2.17.2 — FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER (FEE)

No decorrer de 1987, a Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, órgão vinculado à Secretaria de Coordenação e Planejamento, prosseguiu cumprindo seus objetivos de interpretar a realidade econômica e social e fornecer subsídios quantitativos e analíticos aos agentes decisórios para o melhor direcionamento desta realidade. Assim, dentro da linha sistemática de atuação da Instituição, garantiu-se a continuidade dos levantamentos de dados estatísticos e a publicação de periódicos de forma a permitir o acompanhamento contínuo do comportamento econômico pelo Governo, empresariado e interessados em geral, prosseguiu-se na realização de estudos de maior profundidade e duração de problemas específicos, preferencialmente da economia gaúcha, e avançou-se na busca de elementos explicativos capazes de elucidar fenômenos e indicar alternativas de ação.

Cumprir, ainda, entre as atividades sistemáticas, a participação ativa de técnicos da FEE em Programas de Rádio (66) e de Televisão (34), o prosseguimento dos trabalhos de coletas e repasse de informações ao Público e a realização de seminários internos, com eventuais convidados, visando à atualização e ao aperfeiçoamento do corpo técnico. Com relação a seminários, destacam-se a promoção pela FEE, juntamente com o IBGE, do "III Seminário Nacional de Avaliação das Contas Regionais", em Porto Alegre, no período de 06 a 09 de outubro, com o patrocínio do BRDE e do BANRISUL, e a do "I Encontro de Advogados de Fundações de Direito Privado e Instituídas pelo Poder Público", levado a efeito nos dias 03 e 04 de dezembro, também em Porto Alegre.

Entretanto, paralelamente ao prosseguimento da linha sistemática de atuação com ênfase na elaboração de estudos priorizando o entendimento do passado e do momento presente, a nova Direção da Fundação, ao assumir em março de 1987, em concordância com a filosofia de atuação do Governo que então se instalava, vem procurando gradativamente imprimir uma nova orientação às atividades técnicas e administrativas desenvolvidas.

O atendimento das novas orientações que se consubstanciam na mudança no enfoque central dos estudos realizados passando a priorizar a economia do porvir, na revisão de quadros de cargos e funções e na contenção das despesas, exigiu uma ampla reestruturação organizacional da Instituição, seguida da revisão e redefinição das linhas de pesquisa e estudos em andamento e de uma etapa, ainda não concluída, de definição e encaminhamento das propostas de trabalhos adequadamente ajustadas à nova orientação imprimida pela Direção. Procedeu-se, também, a um enxugamento de recursos humanos (relocamento/relocação ou demissão) permanecendo apenas os necessários ao bom desempenho das atividades.

Dentre as principais alterações na estrutura organizacional da FEE, destaca-se a criação do Centro de Estudos Sócio-Econômicos e Prospectivos cuja atribuição principal é a elaboração de estudos prospectivos tanto qualitativos quanto quantitativos, principalmente com vistas ao futuro do Rio Grande do Sul, entendidos estes como uma nova linha de pesquisa da Instituição destinada a desenvolver projetos vinculados a estudos de tendência, possíveis cenários e estudos de economias comparadas sob certos padrões de desenvolvimento econômico. Outra alteração foi o fortalecimento da área de Processamento de Dados e das áreas quantitativas, onde se destaca a estatística propriamente dita.

O ano de 1987 representou, também, a finalização da sede própria com condições de abrigar todos os setores de atividade da Instituição. A ocupação efetiva do novo prédio, situado na Rua Duque de Caxias nº 1691, aconteceu no início do mês de novembro, havendo a conclusão das obras do prédio, a mudança e a instalação, exigido um acompanhamento minucioso da Direção Administrativa. Cumprir observar que foi por ocasião da inauguração da nova sede que foi assinado o Decreto acrescentando o nome de Siegfried Emanuel Heuser à Fundação, a qual passou a chamar-se FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA "Siegfried Emanuel Heuser".

Em termos quantitativos, a FEE elaborou e editou 28 estudos e periódicos oriundos de demanda interna e 12 decorrentes de convênios ou contratos firmados com outros órgãos, além de imprimir trabalhos realizados por outros órgãos e reeditar algumas publicações já esgotadas. Também elaborou 41 relatórios mensais contendo informações especificadas nos contratos celebrados com a FEDERASUL, ELETROSUL, SUDESUL e SIMERS.

Na linha de levantamento de dados estatísticos e divulgação de informações, mere-

com destaques os seguintes periódicos: o "Mensário Estatístico Sul-Riograndense" que consta de 12 edições mensais; a "Resenha Estatística do Rio Grande do Sul", uma publicação anual de pequena dimensão e fácil manuseio contendo informações relativas ao quinquênio 1982-86; o "Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul" com dados de 1986 sobre a situação sócio-econômica gaúcha como um todo e em nível das microrregiões homogêneas e dos municípios. Além destes periódicos, a Fundação publicou 12 edições mensais do "Termômetro de Vendas" do Comércio Lojista de Porto Alegre, realizado em convênio com o Clube dos Diretores Lojistas (CDL).

A análise da conjuntura da economia gaúcha é efetuada por meio de uma linha específica de periódicos incluindo: os "Indicadores Econômicos RS", uma publicação trimestral que além de realizar o acompanhamento sistemático da evolução conjuntural da economia gaúcha, por setores, inserindo-a no contexto mais amplo da economia brasileira, inclui artigos de conjuntura redigidos principalmente por técnicos pertencentes à Instituição (19 artigos em 1987). Durante o ano foram publicados a retrospectiva de 1986 e os volumes referentes aos três primeiros trimestres; a "Sondagem Conjuntural da Indústria de Transformação do Rio Grande do Sul", que apresenta o resultado sucinto e qualitativo de pesquisa trimestral realizada junto aos empresários desta indústria e da qual foram editados 4 fascículos; e a "Análise Recente da Indústria da Construção Civil no Rio Grande do Sul", fruto de contrato celebrado com a SIC/CEICO, que avalia o desempenho da indústria da construção nos segmentos habitacional e de obras públicas no segundo semestre de 1986 e primeiro de 1987.

Ainda na linha de periódicos e visando a sistematizar e estimular o debate científico, é publicada semestralmente a revista Ensaio FEE, contendo artigos sobre a realidade sócio-econômica e questões de teoria econômica, escritos por técnicos da Instituição (9 em 1987) e colaboradores independentes.

A análise referente à Contabilidade Social que se constituiu em um trabalho de permanente atualização, dividido em vários subprojetos, também é outra atividade que se insere no ordenamento programático de atuação da Fundação. Além da realização das estimativas das taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (a custo de fatores) no Rio Grande do Sul, são gerados vários trabalhos e estatísticas complementares de vital importância para a alimentação de estudos econômicos em geral. No ano de 1987, salienta-se a publicação do estudo: "Contas Regionais" — Produto Interno no Rio Grande do Sul: 1970-85. Metodologia e Tabelas Estatísticas" que oferece estimativas revisadas deste agregado macroeconômico, em nível global e setorial, divulgando-se, também os conceitos, métodos e fontes de dados utilizados para sua elaboração.

Como estudos detalhados de problemas específicos, cuja relevância ou impacto induziram a realização de pesquisas de maior profundidade e duração, foram publicados os seguintes em 1987:

- "A Indústria Gaúcha de Bens de Capital na Dinâmica da Economia Brasileira: Avanços e Constrangimentos" — trabalho que examina a evolução histórica deste segmento produtivo estadual no período 1950-80, caracterizando e analisando o seu desempenho no âmbito da indústria de bens de capital no Brasil;
- "Áreas Estatisticamente Comparáveis do Rio Grande do Sul — 1940-80: Renda Interna" — estudo que permite a comparação, no tempo, entre as estimativas da renda interna, global e setorial, dos municípios gaúchos, divulgados nos "Agregados Econômicos - RS: Renda Interna Municipal 1939-1980", publicado em 1986;
- "Burguesia Industrial Gaúcha e o Estado Nacional: 1964-1978" — trabalho que analisa o pensamento do empresariado industrial gaúcho frente à atuação do Estado na Economia no pós-64;

Vários outros estudos, já concluídos em 1987, encontravam-se ainda em fase de edição no final do ano. Entre eles, destacam-se:

- “O Crescimento da Indústria no Rio Grande do Sul na Década de 70: um Estudo Comparativo” — estudo que estabelece comparações entre o crescimento das indústrias do Rio Grande do Sul, de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, entre 1970 e 1980, tanto em nível de gêneros como em termos agregados;
- “Distribuição Geográfica do Crescimento Industrial no Rio Grande do Sul, durante a Década de 70” — estudo que aborda as diferenças ocorridas na intensidade do crescimento industrial nas várias regiões do Estado no período;
- “A Burguesia Industrial frente ao Capital Estrangeiro: o caso do Rio Grande do Sul” — pesquisa que analisa o pensamento do empresariado gaúcho a respeito da intervenção do Estado na regulação do capital estrangeiro;
- “Estudo sobre o Conceito de Região” — pesquisa que aponta categorias de análise para o estudo da região, especifica as suas articulações internas e relações com o todo e avalia as condições históricas de transformação de uma região;
- “Pequena Agricultura em Crise: O Caso da Colônia Francesa no Rio Grande do Sul” — pesquisa que mostra, através de uma comunidade de colonização francesa localizada no interior de Pelotas, algumas formas concretas da produção camponesa, quando esta vai sendo submetida ao capital.

Entre os estudos que se encontravam em andamento no final do ano de 1987, tendo seu término previsto em datas variadas — dependentes de sua complexidade e abrangência — convém destacar:

- os que estudam as relações do Estado com a Economia em geral ou um segmento econômico em particular: “Estado e Política de Planejamento Estadual — a experiência do RS”, e “O Capital financeiro: uma leitura do livro de Hilferding”;
- os que se detêm no estudo da evolução tecnológica na indústria: “Perspectivas da Indústria Brasileira de Semi-Condutores Digitais” e “A Indústria Nacional de Informática e a Reserva de Mercado”;
- os que analisam a situação do emprego no Rio Grande do Sul, as condições de trabalho e aspectos da política salarial: “Força de Trabalho no RS, de 1964 aos Ajustes na Crise dos Anos 80”; “Trabalho a Domicílio na Indústria de Calçados em Novo Hamburgo”; “Negociações Sindicais na Região Metropolitana de Porto Alegre”; e “Salário Mínimo e a Taxa de Salários na Indústria da Construção Civil no RS: 1969—85”;
- os que estudam os efeitos da política agrícola sobre a economia agrária: “Efeitos do Crédito Rural sobre a economia agrária do RS: 1965-80” e “1960-1985: A política agrícola e as transformações no campo do RS”.

2.18 – ADMINISTRAÇÃO

2.18.1 — SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA (SERHMA)

Até 15 de março de 1987, a Secretaria de Recursos Humanos e Modernização Administrativa — (SERHMA) tinha, como atribuições, a elaboração da política de pessoal, da política dos transportes e dos serviços gerais estaduais, supervisão da previdência e assistência social ao servidor público, serviços gráficos e desenvolvimento de recursos humanos.

A partir daquela data, passou a seu cargo a organização administrativa da Administração Pública Estadual e a administração do Centro Administrativo do Estado (CAERGS); promoveu então, conforme orientação governamental, cuidadoso estudo destinado a implantar a Reforma Administrativa do Estado.

Através dos Decretos nº 32.596, de 17 de agosto de 1987 e nº 32.678, de 9 de novembro de 1987, foi criado, oficialmente, o Sistema de Reforma e Modernização Administrativa (SERMA), e disciplinados os órgãos que o compõe, tendo como principais objetivos os seguintes itens:

- modernização, renovação e atualização em todos os níveis do serviço público;
- eficiência e eficácia na reformulação administrativa do Estado;
- pleno desempenho das funções do Estado e adequado atendimento da população;
- participação da comunidade no processo de controle e avaliação dos serviços públicos.

Em sucessivas reuniões do Conselho de Reforma e Modernização Administrativa (CONSERMA), sob a presidência do Governador do Estado, deliberou-se a implantação gradual do Sistema, com ênfase na implementação das Comissões Municipais dos Serviços Públicos Estaduais (COMASPEs), das Câmaras do Conselho (Política e Legislação de Pessoal, Estrutura e Organização dos Órgãos Públicos Estaduais, Racionalização dos Serviços Administrativos e de Entidades Estatais), e no diagnóstico da situação geral dos servidores públicos estaduais.

Com objetivo de obter o conhecimento quantitativo e qualitativo da força de trabalho do Estado, sua distribuição, características, aspirações, possibilidades de ajustamentos e estímulos necessários à adoção de uma política justa e adequada de recursos humanos, foi realizado um levantamento censitário em setembro de 1987 abrangendo todos os órgãos do Poder Executivo Estadual sob a coordenação desta Secretaria.

O censo levantou dados de todos os servidores dos órgãos da administração Direta e Indireta, inclusive Fundações, com exceção dos inativos, estagiários, efetivo militar da Brigada Militar e dos safristas, num total de 180.409 pessoas.

O relatório do mesmo foi entregue ao Governador do Estado, pelo Titular da SERHMA, em dezembro de 1987, e em março de 1988 está prevista sua publicação pelo Diário Oficial.

No ano de 1987, a SERHMA examinou, expediu e fez publicar 64.508 atos relativos à administração de pessoal, dos quais destacam-se 2.890 atos de aposentadoria, 11.976 avanços, 4.480 licenças-prêmio, 1.847 dispensas de funções gratificadas, 1.724 dispensas de contrato, 2.532 revisões e/ou fixações de proventos, 18.280 concessões de triênios e 1.960 designações.

Pertencendo, anteriormente, à estrutura da Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas, no início do atual governo o Centro Administrativo do Estado do Rio Grande do Sul — CAERGS — passou a integrar o conjunto de órgãos que compõem a Secretaria de Recursos Humanos e Modernização Administrativa.

Tendo sua área de 22.685m² ampliada para 51.095m², devido à ocupação, pelo Estado na atual gestão, do 10º ao 21º andares, necessitou, ainda, de expressivas reformas realizadas no 5º e 1º andares, bem como de um moderno serviço de segurança, com controle estatístico do fluxo de pessoal que circula em suas dependências (média diária, no 2º semestre, de 5.740 pessoas).

Resta salientar que está sendo implantado o Projeto da Creche do CAERGS, para atendimento de filhos de funcionários lotados em aludido Centro. A Creche deverá iniciar seu funcionamento nos primeiros dias de 1988, acolhendo crianças na faixa etária de zero a um ano, na primeira etapa do referido projeto.

Quanto ao transporte oficial, a SUTERGS em 1987 implementou uma política de controle de gastos, através da redução das cotas e do consumo de combustível em relação ao ano anterior. Realizou ainda, com o objetivo de otimização do atendimento do executivo, legislativo e judiciário, projeto de construção de um posto de gasolina o qual já possui verbas para ser implantado e está encaminhando o projeto de construção de outro, ambos em Porto Alegre.

2.18.2 — COMPANHIA RIO-GRANDENSE DE ARTES GRÁFICAS (CORAG)

Criada pela Lei Estadual nº 6.573, de 05 de julho de 1973, a CORAG tem como objetivos a edição e impressão do Diário Oficial do Estado e do Diário da Assembléias Legislativa, bem como a confecção de separatas, informativos, revistas, livros, inclusive didáticos e impressos em geral.

Com o objetivo de obter maior eficiência dos controles internos, a CORAG celebrou acordo operacional com a SUDESUL, visando à informatização da Contabilidade, Custos, Controle de Produção e Controle de Estoques, já que a Folha de Pagamento, Patrimônio, Contas a Pagar e Contas a Receber estão computadorizados.

A implantação desses serviços deverá estar concluída durante o transcorrer do próximo ano, com “software” de inteiro domínio da equipe da CORAG.

Em busca da agilização e melhoria de suas atividades fins, foram adquiridos modernos equipamentos, como impressora “off set” bicolor, processadora eletrostática e reticuladora de fotografias, que, inclusive, minimizarão o custo de alguns tipos de impressos.

O grande destaque tecnológico, porém, foi obtido pela implantação de transmissão de textos à distância. Esse serviço, pioneiro em imprensas oficiais no Brasil, ligará diretamente, em 1988, o Poder Judiciário à CORAG, o mesmo devendo ocorrer com relação à Secretaria de Recursos Humanos e Modernização Administrativa, maior fonte de material para o Diário Oficial.

Merece destaque, entre os projetos da CORAG, a implantação de impressoras de formulários contínuos, uma vez que estes são utilizados por todos os órgãos do Governo.

2.18.3 — FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS (FDRH)

Basicamente, a finalidade da Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos e Administrativos (FDRH), tem sido o desenvolvimento do Homem, pela realização de suas potencialidades, dentro de uma visão humanística integral.

Assim sendo, suas ações estão situadas no campo do treinamento, consultoria, desenvolvimento de produtos e pesquisa, estudos e análises, com prioridade à área pública, tanto da Administração Direta como Indireta.

Em 1987, a FDRH foi marcada, principalmente, por um processo de ampla reformulação administrativa. Teve reduzido seu quadro de pessoal, o que representou economia superior a 25% com pagamento de funcionários, e que se traduz em mais de um milhão de cruzados mensais, que deixaram de ser suportados pelo Tesouro do Estado.

Foram reduzidos, também, os cargos e funções de confiança em aproximadamente 40% sobre o total anterior.

Visando a melhor capacitar os quadros superiores da administração estadual, a FDRH deu especial atenção ao projeto de criação da Escola Superior de Administração Pública do Estado do Rio Grande do Sul (ESAPERGS). Tal Escola destina-se ao pessoal de formação superior que desempenha suas atividades nos órgãos estaduais, preparando-se para elaboração, implantação e avaliação de programas e projetos, além de funções de alta assessoria e direção técnico-administrativa. Ainda em 1987, foi aprovada, pela Assembleia Legislativa, a lei que cria esta Escola, devendo recrutar sua primeira turma já em abril de 1988.

Dentro de uma orientação de mesclar cursos regulares com eventos especiais, realizaram-se encontros e seminários para divulgação e/ou racionalização de órgãos estaduais.

Tais eventos atingiram a Secretaria da Fazenda, Secretaria da Agricultura e Abastecimento, SUSEPE e culminaram no I Encontro de Dirigentes Públicos da Região Sul.

As atividades desenvolvidas por esta Fundação, marcadas tanto pela qualidade, como pela quantidade, podem ser expressas por indicadores como treinamento de 2.074 servidores, 2.478 horas em trabalhos de consultoria, 4.365 horas de pesquisa, publicações e edições de livros e boletins destinados a professores de diversas áreas de ensino.

No que se refere a treinamento, a FDRH publicou material instrucional sobre vários temas, desde assuntos relacionados a chefias e direção de reuniões, bem como redação oficial.

Teve, ainda, aprovado pelo Ministério da Educação, um projeto para atuação na área de Superdotados, com recursos previstos para três anos.

A FDRH realizou, em 1987, diversos seminários, painéis e encontros, atingindo um público de 5.453 participantes.

**2.19 — PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA
MÉDICO-HOSPITALAR**

2.19.1 — INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (IPERGS)

O Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul é uma Autarquia da Administração Pública Estadual, criada pelo Decreto nº 4.842 de 08 de agosto de 1931, que tem como objetivos o atendimento previdenciário, mediante a concessão dos benefícios de pensão, pecúlios, auxílio-natalidade e auxílio-reclusão e o atendimento médico, através da prestação de serviços de assistência médica, hospitalar, de serviços médicos auxiliares, odontológica e financeira.

O Instituto conta atualmente com 243.865 associados, 436.519 dependentes e 41.262 pensionistas.

Na Área de Assistência Médica, os serviços abrangem emergências, consultas médicas, serviços complementares, tratamento hospitalar. Para prestar assistência médica o IPERGS conta atualmente com o seguinte corpo de credenciados: 4.040 médicos, 573 laboratórios, 34 laboratórios de radioimunoensaios e medicina nuclear, 88 serviços de urgência, 107 serviços radiológicos e 415 hospitais.

Objetivando recuperar a assistência médica para o funcionalismo público estadual, o IPERGS, a partir de maio de 1987, desencadeou uma sistemática de ação visando manter grupo de médicos credenciados que atendessem às regras de seu plano e à remuneração oferecida dentro das possibilidades financeiras do Instituto.

Neste trabalho de reestruturação da Assistência Médica do IPERGS destacam-se as seguintes etapas já realizadas: credenciamento de médicos em Porto Alegre e no interior do Estado; celebração de um protocolo com o Sindicato Médico do Rio Grande do Sul, Conselho Regional de Medicina e Associação Médica do Rio Grande do Sul, visando a alcançar-se a recuperação total da assistência médica da Autarquia; realização de convênio com a ALAC, AHRGS e DEPARTAMENTO DE ANATOMIA PATOLÓGICA, visando à normalização no que tange a baixas hospitalares, exames de análises clínicas e exames de anatomia patológica; convênio com os Hospitais Del Mese e Fátima, de Caxias do Sul; protocolo emergencial com o INAMPS, objetivando a cobertura assistencial naquelas cidades onde não foi possível ainda a obtenção de médicos credenciados, durante a fase de reestruturação; e convênio com o Hospital Petrópolis, visando a solucionar a deficiência na área de oftalmologia.

Na área médica, foram os seguintes os resultados obtidos de março a novembro de 1987: 1.079.507 consultas médicas, 754.363 exames complementares, 79.389 internamentos e 114.965 emergências, tendo os serviços prestados alcançado o valor de Cz\$ 639,8 milhões.

A direção da Autarquia, tendo presente a necessidade de melhor adequar a atuação do IPERGS às evoluções e mudanças na área médica e social do Estado e do País, direcionará seus esforços também na estruturação de um plano que apresente maior autonomia no seu desenvolvimento, estando dentro destas diretrizes a introdução gradativa de assistência médica direta, através da instalação de serviços próprios, de maneira racional, de forma a cumprir o mais efetivamente possível o importante papel do IPERGS junto à sua população de beneficiários.

As principais realizações na área previdenciária no ano de 1987 (março/dezembro) foram: a elevação do valor das pensões, que passou de Cz\$ 800,00 em abril para Cz\$ 3.776,00 em dezembro, representando um aumento de 472%; o pagamento da 13ª quota e 13º auxílio-reclusão aos pensionistas; a agilização no pagamento de pecúlio "post mortem"; a criação de Grupo de Trabalho para averiguar possíveis irregularidades no recebimento de benefícios por parte de pessoas habilitadas a pensão; coordenação do Grupo Técnico que estuda a reestruturação do Organograma do Instituto com vistas a uma maior racionalidade e diminuição de custos.

Os benefícios concedidos, no período de março a novembro de 1987, foram: 24.545 pensões, 1.947 pecúlios "post mortem", 8.250 auxílios-natalidade e 8 auxílios-reclusão, o que ocasionou uma repercussão financeira de Cz\$ 858,7 milhões.

Para o próximo ano a Divisão de Previdência pretende recadastrar os pensionistas para economizar com pagamentos indevidos, criando condições de redistribuir esses valores com os demais pensionistas, elevando seus vencimentos. A ampliação da área física do arquivo destinado à guarda dos processos de pensão e pecúlio "post mortem" e atendimento personalizado, somado ao sistema de dados integrados, que possibilitará maior controle e manutenção da folha de pagamento de pensionistas são metas propostas com a finalidade de aprimorar os serviços.

Na área de Suplementação Previdenciária estão os serviços de Assistência Complementar — PAC, de Assistência Suplementar — PAMES, de Colocação e Manutenção e o serviço de Emissão e Liquidação.

O Serviço de Assistência Suplementar — PAMES, no período de março a dezembro/87, recebeu 1.982 propostas de ingresso contra 2.547 pedidos de cancelamento; 16 integrantes do plano foram reabilitados e 46 foram substituídos; 213 carteiras foram canceladas por morte e 389 foram alteradas. Nesse mesmo período, o serviço realizou aproximadamente 6 mil revalidações de carteiras na Capital, distribuindo, ainda, 3.200 carnês para pagamento do Plano. Através de processos de reembolso, o serviço deu 3.200 pareceres, encaminhando, também, 110 pedidos de restituições.

Para o ano de 1988 o serviço do PAMES deve ser reestruturado com a finalidade de prestar um atendimento mais eficiente aos segurados vinculados ao Plano.

No período de março a dezembro, 474 dependentes ingressaram no plano PAC, sendo sugerido para o ano de 1988 a reativação do Plano Cônjuge, visto o grande interesse dos segurados na procura desse Plano.

As atividades realizadas pelo Serviço de Colocação e Manutenção e Emissão e Liquidação são fins, pois os dois relacionam-se com o Pecúlio Facultativo. Para este Pecúlio está em exame na Assessoria de Planejamento, Supervisão de Atuária e Estatística e Procuradoria Jurídica um estudo que, com o objetivo de aprimorar sua atuação, visa a regulamentar, através de Resoluções, os planos de pecúlio, os quais até o momento vinham sendo regulamentados através de ordens de serviço e pareceres da Autarquia.

Visando a aprimorar cada vez mais os serviços prestados pelo Instituto, foi criada, em dezembro de 1987, uma Comissão Paritária formada por membros da Diretoria do Instituto e representantes da área médica privada, para a discussão de todas as questões da área médica do IPERGS, incluindo a reformulação do PAMES.

Na Área Financeira, entre as diversas atividades realizadas, cumpre salientar as gestões realizadas no sentido de efetuar a cobrança de dívidas de diversas entidades conveniadas para com o Instituto e as várias medidas adotadas com vistas ao saneamento da Carteira Habitacional do IPERGS.

As perspectivas para 1988, na Área Financeira, incluem: automatização e aperfeiçoamento do Serviço de Contribuições; maior controle nas receitas e despesas do Instituto; maior incremento e controle nas cobranças das entidades devedoras, e aprimoramento nos controles de receita do Instituto.

2.20 – PROCESSAMENTO DE DADOS

2.20.1 — COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO RIO GRANDE DO SUL (PROCERGS)

A PROCERGS em abril de 1987 iniciou uma nova administração e estabeleceu uma proposta de trabalho que destacava dois componentes, o primeiro associado à necessidade imediata de desencadear um processo de sedimentação de valores tais como a participação dos empregados, transparência de ações e fortalecimento da democracia entre outros e o segundo, associado às ações de natureza prática, que se constituiu a proposta propriamente dita.

Foram definidas as seguintes áreas estratégicas e suas diretrizes — **MERCADO**: adequação à política governamental; **TECNOLOGIA**: utilização do processamento distribuído e utilização da metodologia de Engenharia de Informações; **RECURSOS HUMANOS**: valorização de seu corpo funcional e investimento no desenvolvimento gerencial; **ADMINISTRAÇÃO/FINANCEIRA**: auto-sustentação financeira e modernização administrativa.

Com base nessas diretrizes, grupos de trabalho, por área, identificaram as metas através de projetos que vêm sendo implementados obedecendo a cronogramas estabelecidos pelos próprios grupos, sendo que as principais ações no período considerado, dentro dessa proposta são descritas a seguir.

Na área de Desenvolvimento e Mercado foram desenvolvidos e implantados vários projetos como: automatização do repasse do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (ISPV) e Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) para os municípios; cruzamento de cargos e salários da Administração Direta e Indireta do Estado para a Secretaria da Fazenda; implantação de supermicrocomputadores na Caixa Econômica Estadual; implantação do Censo do Servidor Público para a Secretaria de Recursos Humanos e Modernização Administrativa; emissão das folhas de votação, controle de eleitores e de abertura de Diretórios para o Tribunal Regional Eleitoral; instalação de terminal de processamento de dados na Assembléia Legislativa; Sistema para controle e acompanhamento dos réus condenados e levantamento de dados funcionais (censo) dos servidores do Tribunal de Justiça; Sistema para controlar as investigações e serviços da Polícia Civil; Banco de Dados com todos os beneficiários do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS); controle de vacinas na Secretaria da Agricultura e Abastecimento.

Já na área de Tecnologia, a empresa apresentou uma evolução tecnológica interna com objetivo de atender seus clientes com as técnicas mais modernas, sendo que um dos projetos que norteará a atual administração será o da Engenharia de Informações como Produto. Neste sentido foram contratados microcomputadores de dezesseis Bits, impressoras e terminais de vídeo, além de controladora de comunicações, unidades de fita e discos de tecnologia avançada.

Destaca-se entre as aquisições realizadas em 1987 dois Sistemas ED-690, supermicro-

computadores que viabilizarão à PROCERGS uma grande evolução técnico administrativa interna, possibilitando a prestação de serviços com tecnologia de ponta para a Caixa Econômica Estadual e o Gabinete do Governador do Estado.

Para a manutenção de performance e absorção de serviços, houve um crescimento significativo da capacidade de processamento.

Em relação à área *Administrativa e Organização e Métodos* destaca-se o projeto em desenvolvimento, de informatização do setor administrativo/financeiro que compreende a sua reestruturação, normatização e a implantação de *Sistemas Integrados*.

No aspecto organizacional a empresa vem sofrendo um processo de reestruturação geral, com base na teoria cibernética, onde os fatores lógicos e os instrumentos de eficácia que viabilizaram uma estrutura organizativa são: planejamento estratégico, autocontrole, autonomia, sinergia (estimular as relações funcionais e agilizar o processo decisório) e recursividade.

No período de agosto a outubro de 1987 foi desenvolvida e implantada a reestruturação da área de Mercado e Desenvolvimento.

No que se refere a área de Recursos Humanos foi celebrado o primeiro acordo coletivo de trabalho com a representação dos empregados, trazendo avanços significativos do ponto de vista social e salarial, marcando o início de um novo relacionamento empresa-empregado.

Em termos de pessoal, o quadro da PROCERGS situa-se em torno de 887 funcionários, tendo apresentado uma redução de 5,6% em relação a 1986, acarretando com isso, uma necessidade maior de qualificar e especializar os recursos humanos da empresa. Para tanto, foram realizados treinamentos, num total de 4.675 horas, e atingindo 3.158 participantes.

Durante o exercício de 1987 a PROCERGS encontrou dificuldades na área financeira e apresentou um balanço negativo. Alguns fatores contribuíram decisivamente para esse resultado, destacando-se entre eles: a defasagem existente no reajuste de preços dos serviços em relação aos preços dos insumos, conseqüente dos congelamentos estabelecidos pelos planos anti-inflacionários de 1986 e 1987, além de entraves do Tesouro do Estado.

Finalmente, deve-se ressaltar que apesar dos problemas surgidos em todos os setores da economia no ano que passou, a PROCERGS vem mantendo sua posição de segunda maior estatal entre as similares no Estado e figura entre os dez maiores birôs nacionais.

**2.21 — DESENVOLVIMENTO URBANO REGIONAL
E OBRAS PÚBLICAS**

2.21.1 — SECRETARIA DO INTERIOR, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO E OBRAS PÚBLICAS (SDO)

A Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Urbano e Obras Públicas, integrada às diretrizes do Governo, passou a dirigir suas ações de forma coordenada, eficiente e simples.

A tônica da atual administração é a participação efetiva de sua equipe na Reorganização Administrativa, que envolve a formalização das rotinas e dos procedimentos, a simplificação do trabalho e a racionalização de recursos humanos, instalações e materiais.

Desta forma, a SDO passou a significar ação articuladora, no sentido de transformar a Secretaria em via de acesso, em mecanismo de alcance dos municípios aos Programas da União.

A Secretaria do Interior voltou suas ações ao fortalecimento do município, levando o saneamento básico às populações interioranas, atendendo com abastecimento de água a 145.200 habitantes, ampliando 200 km de rede de distribuição e promovendo a coleta de esgotos para mais 15.603 habitantes, a partir de março de 1987.

Buscou também, efetivar Programas como o de Atendimento às Comunidades de Pequeno Porte, com recursos previstos da ordem de Cz\$ 282 milhões, que beneficiarão 112 localidades, 300.000 pessoas com 116.000m de rede de distribuição de água. Articulou, ainda, o Programa Estadual de Saneamento Rural, que visa à implantação e melhoria de Sistema de Águas Domiciliares para 700 localidades, com recursos de Cz\$ 440 milhões, e promoveu a participação do Estado no PROSANEAR, cuja meta é o saneamento básico para populações com renda de 1 a 3 salários mínimos em cidades com mais de 50.000 habitantes e recursos estimados em 5 milhões de dólares.

Para o Programa de Lotes Urbanizados que beneficiará famílias com renda até 3 salários mínimos, em uma operação conjunta com a Secretaria do Trabalho e Ação Social, foram obtidos recursos da ordem de 4.104.000 OTNs.

O plano de ação para a Região Metropolitana apresenta-se como prioritário, contando, através da METROPLAN, com recursos a fundo perdido da Secretaria Especial de Ação Comunitária, em especial o Programa de Mutirão Habitacional, para o qual estão previstos recursos de Cz\$ 625 milhões para a construção de 12.500 unidades.

Todos os setores da Secretaria dirigem seus esforços ao Programa Estadual de Descentralização Regional, instituído pelo Decreto nº 32.567 de 02 de junho de 1987. Esta Regionalização visa à divisão do território em regiões para fins de elaboração e implementação de planos e programas de desenvolvimento regional, possibilitando um orçamento regionalizado, e constituindo-se no suporte físico-territorial para as ações do Governo Estadual. Realizado em novembro, o I Seminário de Descentralização Regional,

estabeleceu o marco inicial deste desafio, já que contou com participação importante da Administração Estadual, através de todos seus órgãos setoriais, além de numerosas representações municipais e da comunidade em geral. Meta prioritária é a definição da Regionalização, a montagem de uma estrutura organizacional para a execução do Programa, através da qual será definida a participação de todos os segmentos interessados numa ação governamental regionalizada.

O Programa de Desenvolvimento Integrado no Litoral Norte elaborou um sistema de divisão de assuntos por comissões representativas tendo sido realizados os Seminários de Recursos Hídricos e Meio Ambiente (em Tramandaí), de Saúde (em Osório) e de Agropecuária (em Torres).

Participa a Secretaria do Interior no Programa FUNDEC do Banco do Brasil, que visa à melhoria das condições de vida das pequenas comunidades, estando 73 delas em pleno atendimento.

A política de irrigação no Estado é atribuição da SDO, através do CONRHIRGS e como tal, elaborou o Plano Operativo de 1987 onde estão sendo estudadas as bacias hidrográficas dos rios Santa Maria, Ijuí, Pardo-Pardinho, Taquari-Antas e Vertente Atlântica, com a previsão de mais de 50 projetos, dentro do Convênio entre o Governo do Estado e o Programa Nacional de Irrigação (PRONI).

Estrutura-se a Secretaria do Interior, por sua Superintendência do Desenvolvimento Urbano e Administração Municipal, SURBAM, para o Programa de Assistência Técnica aos Novos Municípios, estimando-se 90 emancipações após os plebiscitos, beneficiando uma população de 900.000 habitantes com um investimento da ordem de Cz\$ 40 milhões.

Foi promovida também, uma compactação de todas as áreas envolvidas em projetos e execução de obras públicas na Administração Estadual, reunindo no Departamento de Obras, unidades especializadas como as da Secretaria de Educação (escolas), Secretaria da Justiça (penitenciárias), Secretaria da Fazenda (postos do ICM) e Secretaria da Saúde (postos de Saúde), de maneira a promover um esforço conjunto para elaboração de projetos.

Primeiro fruto desta ação é o Projeto Nova Escola que apresenta uma nova proposta de prédio público escolar para o Rio Grande do Sul. Em sua primeira etapa, o Projeto irá beneficiar os municípios de Santa Maria, Frederico Westphalen, Gravataí, Guaíba e Porto Alegre, atendendo 5.040 alunos com recursos de Cz\$ 170 milhões.

A SDO desenvolve ainda, a tarefa de promover ações integradas com órgãos estaduais e federais com o objetivo de implementar políticas, programas e protocolos que atendam interesses setoriais ou regionais tais como: a política de irrigação do Estado em convênio com o Programa Nacional de Irrigação, incluindo colaboração e intercâmbio técnico e implantação de Projeto Piloto; Projeto de Alerta contra Inundações, do Rio Jacuí em convênio com o Instituto de Pesquisas Hidráulicas — (IPH), da UFRGS; convênios com o Governo do Estado de Santa Catarina e SUDESUL visando à cooperação técnica e intercâmbio de informações sobre as bacias hidrográficas comuns; convênio com o Ministério de Habitação e Desenvolvimento Urbano, no valor de Cz\$ 93 milhões destinados a obras de saneamento e habitação, em sistema de mutirão, em 91 municípios; Projeto de Pesquisa Científica da Lagoa dos Patos contemplando projetos específicos executados pelo Departamento de Meio Ambiente (SSMA), Fundação Zoobotânica, Instituto de Pesquisas Hidráulicas (UFRGS), Centro de Estudos Costeiros e Instituto de Biociências

(UFRGS) e Departamento da FURG; e revisão e regularização dos convênios entre o Estado e o DNOS.

No âmbito do Estado foram elaborados estudos e levantamentos através de grupos de trabalho com o objetivo de proceder a levantamento dos processos referentes à contratação de obras e serviços bem como aqueles relacionados com o Centro Administrativo. Na esfera regional e urbana foram realizados estudos e programas tais como o Macrozoneamento Referencial de Informações Regionais, Programa de Apoio aos Centros Regionais, Metodologia de Pesquisa sobre Gestão Urbana, em conjunto com a Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos, e Assistência Técnica a Consórcios Municipais.

Em cumprimento a suas atribuições na área de infra-estrutura urbana, realizaram-se investimentos no abastecimento de água dando atendimento a 4.028.000 habitantes atualmente, com um acréscimo de 145.200 habitantes a partir de março de 1987. Recursos no valor de Cz\$ 310 milhões foram investidos, provenientes da Caixa Econômica Federal.

Com relação à coleta de esgotos, foram acrescidos 15.603 habitantes, aos 338.670 já atendidos, tendo sido aplicados Cz\$ 55 milhões também oriundos da CEF.

A Secretaria participa também do projeto Rio Guaíba que visa à preservação e recuperação da qualidade de água do Rio Guaíba tendo investido em 1987, Cz\$ 35 milhões provenientes da CEF.

Prestando serviços à área educacional, a SDO realizou a edificação de novas escolas bem como a recuperação de 138 existentes, sendo 32 no município de Porto Alegre, aplicando recursos no valor de Cz\$ 59,2 milhões na recuperação e, Cz\$ 172,7 milhões na construção das novas escolas.

Este programa de construção possibilitou o atendimento de 16.470 alunos, em 160 salas de aula perfazendo um total de 15.750 m².

No sentido de assegurar a manutenção e o funcionamento adequado do serviço público estadual foram feitos investimentos no valor de Cz\$ 9 milhões na recuperação de prédios diversos.

Para atendimento de 138 pequenas comunidades rurais do Estado foi dada continuidade ao Programa de Açudes e Poços tendo sido perfurados 160 poços, com investimentos da ordem de 64.000 OTNs.

Em cumprimento ao Programa BIRD IV, através da METROPLAN, foi procedida a elaboração de relatórios, pesquisas e projetos visando à construção e pavimentação de vias em municípios da Região Metropolitana.

Ainda em relação a outras esferas da Administração Pública, a SDO com a participação de organismos federais, estaduais e municipais concluiu a elaboração de Projeto de Avaliação de Cheias do rio Uruguai, contando para isso com a colaboração da Defesa Civil.

2.21.2 — FUNDAÇÃO METROPOLITANA DE PLANEJAMENTO (METROPLAN)

O enorme poder concentrador de Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), ao abranger mais de 30% da população do Estado, vem acirrando os problemas sociais e

econômicos que se cristalizaram no espaço metropolitano. Cabe à Fundação Metropolitana de Planejamento (METROPLAN) a difícil tarefa de buscar soluções que minimizem a problemática gerada nos últimos anos pelo crescimento desordenado dos 14 municípios que compõem a RMPA.

Entre as características desenvolvidas no sentido de reordenar o espaço econômico, os setores primário, secundário e terciário foram contemplados com as seguintes ações: elaboração do Plano de Abastecimento Metropolitano; elaboração do Termo de Referência do Projeto de Zoneamento Industrial; Análise da Situação Industrial na RMPA—1986; Análise das Situações de Áreas para Fins Industriais na RMPA; elaboração do Projeto Módulo Produtivo para Alvorada e Viamão; estudos preliminares para Definição da Área Industrial de Cachoeirinha (expansão), Canoas (2º distrito), Novo Hamburgo (Lomba Grande) e Alvorada; estudos de Comercialização de Produtos Hortigranjeiros nos municípios da RMPA; estudos para a implantação de um Mercado de hortigranjeiros em Alvorada; e Projeto de Implantação de módulos agrícolas na RMPA.

Com o objetivo de contribuir para a melhoria do nível de saúde da população, cabe destacar inúmeras ações na área ambiental e de saneamento: elaboração do Termo de Referência do Plano de Abastecimento de Água e Esgoto Sanitário na RMPA; elaboração do Plano de Macrodrenagem na RMPA; elaboração do Termo de Referência do Plano de Recuperação do Delta do Jacui; Projeto de Esgoto dos Programas João de Barro; e Programa de Instalações Domiciliares para População de Baixa Renda (proposta).

Na área de Saúde ganhou destaque o Projeto de Constituição das Comissões Interinstitucionais Municipais de Saúde na RMPA (CIMS—RMPA) que buscou incentivar a formação de grupos visando à municipalização dos serviços de saúde bem como a regionalização da saúde como forma de suprir deficiências locais.

A ampla participação comunitária tem sido fator imprescindível para o desenvolvimento de projetos de Habitação notadamente no João de Barro que tem por meta a construção de 2.000 unidades habitacionais para população de baixa renda. Nesta área também merece destaque a elaboração do Termo de Referência Preliminar sobre Política Habitacional de Desenvolvimento Social e Urbano para a RMPA.

A reorganização do sistema de transporte urbano tem sido uma das prioridades da atual administração. Na busca de soluções que apontem em direção à organização do Sistema, a METROPLAN desenvolveu diversas atividades, dentre as quais destacam-se: a atualização de todos os itinerários e tabelas de horários das empresas que atuam na RMPA; o início da operação integrada com o TRENSURB nos municípios de Esteio, Sapucaia do Sul, São Leopoldo e Novo Hamburgo; fiscalização conjunta com o DAER; e a implantação do Sistema de apuração do custo operacional das linhas de integração por sistema informatizado.

Dentre as diversas atividades que buscam resgatar a humanização dos serviços de transporte, salientam-se duas: a análise e estudos para a regulamentação, a nível de Região Metropolitana, do Vale Transporte, e o Convênio para o fornecimento de passagens gratuitas para alunos excepcionais cadastrados na APAE.

2.22 — GABINETE DO GOVERNADOR

2.22.1 — CASA CIVIL

Órgão integrante do Gabinete do Governador, a Casa Civil tem como atribuições precípua: prestar assessoramento direto e imediato ao Governador do Estado nos assuntos pertinentes à administração civil, coordenar e promover a divulgação de atos e atividades governamentais.

No que concerne à representação civil do Governo do Estado, foram programadas e realizadas pela Casa Civil, em 1987, audiências regulares, concedidas a autoridades administrativas, lideranças comunitárias e público em geral — rotina de trabalho que possibilitou o contato direto do povo com o Governo, proporcionando o atendimento a 6.116 pessoas da Capital. A pessoas do interior do Estado foram concedidas, no Palácio Piratini, 459 audiências.

Nas viagens realizadas ao interior do Estado foram visitados 42 municípios.

Com referência ao assessoramento jurídico e legislativo, foram elaborados e encaminhados ao Poder Legislativo 409 Projetos de Lei e 36 vetos; redigidos 303 decretos e editadas 21 ordens de serviço; examinadas promoções em 429 processos administrativos, elaborados 865 ofícios e 9 emendas constitucionais e atendidos 78 pedidos de informações solicitados pela Assembleia Legislativa do Estado (item XV, do art. 66, da Constituição do Estado).

No que respeita ao assessoramento administrativo, destacam-se a revisão de processos e o exame de atos de natureza administrativa, num total de 8.767 documentos, oriundos dos diversos órgãos da administração estadual.

Na execução do Plano de Subvenções e Auxílios foram distribuídos recursos financeiros a entidades de natureza assistencial, desportiva, cultural e classista, a municípios e, ainda, a estudantes e outras pessoas carentes, num total de Cz\$ 2,8 milhões.

À Representação do Estado em Brasília está sendo imprimido novo ritmo de trabalho com o propósito de ampliar sua área de atuação, bem como assegurar maior eficiência na execução de sua tarefa de prestar assessoramento em assuntos que são do interesse e dizem respeito à atividade privada e aos negócios públicos do Estado junto à administração Federal.

Para tanto, procurando assegurar ao órgão o êxito em suas tarefas, está sendo desenvolvido um programa que visa a dar maiores recursos materiais e humanos ao mesmo.

A Representação do Estado no Rio de Janeiro foi extinta pelo Decreto nº 32.536, de 03.04.87, por não mais corresponder aos interesses do Governo a manutenção de seus serviços.

O Cerimonial não restringiu suas atividades ao Palácio Piratini. Participou das solenidades efetuadas no âmbito dos órgãos governamentais, e marcou sua presença em 565 eventos.

2.22.2 — CASA MILITAR/COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL

A Casa Militar, através das Subchefias de Operações e Administrativa, executa as atividades que lhe são pertinentes, com ênfase para a Segurança, Comunicações, Transportes e Cerimonial Militar, tudo em sintonia com os demais órgãos que compõem o Gabinete do Governador, além de cumprir outras tantas tarefas correlatas.

Dentro das atribuições que são pertinentes cabe precisar como atividades realizadas durante o ano de 1987 o assessoramento e o acompanhamento do Governador nas atividades de ordem pessoal; a segurança do Governador e seus familiares; segurança de autoridades visitantes; segurança das instalações e dependências do Palácio Piratini; inspeções e levantamentos dos locais atingidos por fenômenos adversos e calamitosos; ações de dinamização operacional e sedimentação da estrutura da Defesa Civil; organização do Seminário sobre "Acidentes com Cargas, e Materiais de Alto Risco"; promoção CETREM/SUL e Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (CEDEC/RS); participação de diversas entidades ligadas a área, nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Como forma de ampliar, aprimorar e contribuir para melhoria de suas funções a Casa Militar celebrou os seguintes Acordos e Convênios:

Acordos:

— Nº 01/87, celebrado entre o MINTER e o Governo do Estado, para atender os municípios atingidos por enchentes, com o repasse de verbas no valor de Cz\$ 5 milhões.

Convênios:

— celebrado entre Governo do Estado e a CEF, para atender a abrigos emergenciais em calamidades. Material recebido: 300 barracas (cada uma com capacidade para 10 pessoas), oriundas da CORDEC/SUL; Nº 249/GM/87, celebrado entre o MINTER e o Governo do Estado, para atender os municípios atingidos por intensas precipitações pluviométricas e vendavais, com o repasse de verbas no valor de Cz\$ 20 milhões;

— celebrado entre o MINTER (Instituto Nacional de Meteorologia) e o Governo do Estado (Coordenadoria Estadual de Defesa Civil) para agilizar as informações sobre eventos climáticos no Estado. Material recebido: Um microcomputador SCOPUS NEXUS 2600 com uma impressora RIMA XT 180;

— celebrado entre o MINTER e o Governo do Estado, para a execução de obras, serviços e aquisição de materiais, destinados à recuperação de danos causados por intensas precipitações pluviométricas e vendavais, em municípios do Estado do Rio Grande do Sul, reconhecidos em situação de emergência ou de calamidade pública, pelo Ministério do Interior. Repasse de verbas no valor de Cz\$ 78 milhões.

Como principais realizações cumpre destacar os estudos de implantação de um plano de comunicação em situação de emergência no Estado, com possibilidade de expansão nacional e interligação internacional. Foram efetuadas diversas reuniões a nível estadual, com órgãos que possuem algum sistema de comunicação, a fim de garantir um procedimento comum na utilização das comunicações nos locais ou áreas atingidas pelos eventos que necessitem um atendimento emergencial. O estudo está em fase de levantamento. No

que se refere aos trabalhos relativos às atividades da Comissão Setorial de Reforma e Modernização Administrativa da Casa Militar, os principais investimentos realizados foram a instalação de um microcomputador para agilizar as atividades da Casa Militar, principalmente, as decorrentes de informações relativas ao acompanhamento e controle das áreas atingidas por fenômenos climáticos adversos e a aplicação de verbas repassadas através do convênio com o Ministério do Interior e o Governo do Estado nos municípios atingidos no valor de Cz\$ 103 milhões, para reconstrução de rodovias, pontes, bueiros, moradias e prédios públicos etc. Foram beneficiados 101 municípios.

2.22.3 — CONSELHO DE APOIO A AÇÕES COMUNITÁRIAS (CAAC)

Em substituição aos antigos Gabinetes de Primeiras Damas, foi criado pelo Decreto nº 32.540/87, o Conselho de Apoio a Ações Comunitárias, sendo da competência desse Conselho:

- promover atividades beneficentes, mostras e outras realizações destinadas a angariar recursos que serão aplicados exclusivamente de acordo com sua finalidade;
- prestar colaboração e integrar-se aos programas desenvolvidos por entidades benemerentes comunitárias com sede no território do Rio Grande do Sul.

No ano de 1987, de acordo com sua filosofia, o CAAC procurou atender ao desafio da problemática social de forma integrada, rompendo com o cunho paternalista e visando a uma ação que viesse impedir o paralelismo e a superposição de iniciativas.

O Conselho desenvolveu suas ações através de um grupo de trabalho vinculado ao mesmo, e um grupo permanente de voluntários que realizaram promoções e projetos de forma sistêmica e integrada a todos os setores da Sociedade.

Com a finalidade de apoiar as ações deste Conselho foi criado um Banco de Dados, com os seguintes objetivos:

- cadastramento através de formulário, da população-alvo do CAAC (associações comunitárias, creches, asilos, escolas carentes, prefeituras, etc.);
- cadastramento das fontes de recursos (federais, estaduais, municipais e internacionais);
- cadastramento das empresas privadas e públicas que colaboram com o Conselho de Apoio a Ações Comunitárias, através de doações.

Implantou-se, também, um Banco de Alimentos que, através da conjugação de esforços de indústrias e empresas do Estado, pôde desenvolver um trabalho junto às comunidades carentes, beneficiando em Porto Alegre, e Grande Porto Alegre, 234 entidades, e no Interior do Estado, 68 entidades e Prefeituras.

Foram estabelecidos, ainda, convênios visando ao atendimento global das solicitações feitas ao CAAC, ressaltando-se os realizados com as entidades: PRONAV/LBA, CLAVESUL, SEAC, SENAR, IRGA, Receita Federal, Ministério da Educação e Cultura, LBA/CAAC, bem como as promoções: Campanha do Agasalho, ARCA, Promoção da Estréia Benemerente da Peça Teatral "Alice que Delícia", Promoção de Almoço Benemerente no Hotel Plaza São Rafael, Natal na FEBEM, Natal no Green Park, Natal no Centro Infantil Samir Squeff, OSPa na FEBEM e Ceia de Natal.

O CAAC participou, ainda, ativamente, em várias campanhas: "Um milhão para o Hospital Psiquiátrico São Pedro", "Dia Nacional de Vacinação contra a Pólio", Expointer/87, angariando recursos, através da participação de 10% da receita pertinente à Secretaria de Agricultura e Abastecimento; Feira do Candango (Brasília), Feira da Providência (Rio de Janeiro), Feira dos Municípios (São Paulo).

Através desse Conselho o Estado promoveu, ainda, o Grande Prêmio PRONAV/LBA e participou do projeto da Cruz Vermelha, o qual desenvolve o Centro de Prevenção, Tratamento e Recuperação da Dependência de Tóxicos.

Com o objetivo de criar uma imagem contrária ao conceito dos antigos gabinetes de Primeiras Damas, nos quais a função primordial era de mero assistencialismo e paternalismo, a nova proposta prevê atividades desenvolvidas de forma sistêmica e integrada com todos os setores da sociedade, visando à participação da própria comunidade alvo, objetivando o enfrentamento da problemática social.

Com vistas ao desenvolvimento de suas atividades no ano de 1987, o CAAC promoveu um maior entrosamento com entidades particulares, tais como: FIERGS, Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas, Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho e entidades públicas tanto ao nível municipal — MAPA, como ao nível estadual — FUNDASUL, FEBEM e as de âmbito nacional — LBA, SEAC e FUNABEM.

Como meta de trabalho para 1988, o CAAC continuará intensificando o atendimento às populações carentes, mas terá como prioridade o atendimento ao adolescente e à complexa problemática que envolve esta faixa etária até hoje tão descuidada, através da integração e participação em Seminários, Cursos e Simpósios de profissionais e interessados na área, propiciando, assim, a formação de adultos integralmente desenvolvidos, física, mental e emocionalmente aptos a participarem da construção de uma nova sociedade, mais humana e mais justa.

2.22.4 — ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

A Assessoria de Comunicação Social é responsável pela cobertura jornalística das audiências e atos presididos pelo Governador, pela Presidente do Conselho de Apoio a Ações Comunitárias e pelo Chefe da Casa Civil, assim como divulga as atividades da Casa Militar, especialmente as relacionadas com a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil. A Assessoria de Comunicação Social também é responsável pela divulgação prévia dos compromissos e das realizações do Governo para orientar a cobertura dos órgãos de imprensa. Encarrega-se, ainda, de editar quinzenalmente, o jornal oficial — O Informe do Piratini — distribuído em todo o Estado, onde são relatadas as realizações do Governo.

A Assessoria de Comunicação Social produz, diariamente, sinopse dos jornais da Capital, do centro do País e Brasília, que são entregues no início da manhã ao Governador e seus principais assessores.

Também desenvolve, durante todo o dia, um trabalho de "escuta" das notícias divulgadas pelas principais rádios da Capital, distribuindo uma média de seis sinopses diárias deste trabalho. Os assuntos que dizem respeito ao Governo, que são publicados pelos jornais do interior do Estado, são taxados pela Editoria do Interior desta Assessoria de Comunicação Social e enviados ao Governador e aos demais setores ao qual dizem respeito.

As coberturas jornalísticas efetuadas no Palácio Piratini, ou durante as viagens do

Governador, são transmitidas aos jornais, através de releases ou telex, às televisões, através de fitas de "tape", às rádios, através de boletins por telefone, e a 219 jornais do interior por telex, telefone e malotes. As rádios do interior são abastecidas de informações através de boletins telefônicos. É fornecido, ainda, aos jornais da Capital e do interior, fotos dos acontecimentos.

A Assessoria de Comunicação Social é responsável, ainda, pela organização de um arquivo minucioso sobre todos os assuntos de interesse do Governo, que são publicados na Imprensa.

A Assessoria de Comunicação Social, de 15 de março a dezembro de 1987, deu cobertura aos compromissos oficiais do Governador (audiências concedidas e compromissos externos), bem como a 50 viagens a trinta municípios do interior do Estado do Rio Grande do Sul e quatro Estados da Federação.

Neste período distribuiu, em duas remessas diárias, 2.024 releases a cinco jornais locais: Zero Hora, Jornal do Comércio, Correio do Povo, Diário do Sul e o Interior; cinco sucursais de veículos nacionais (Jornal do Brasil, O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, Gazeta Mercantil e O Globo); seis emissoras de televisão: Guaíba, Pampa, SBT, TVE, Bandeirantes e RBS TV; nove rádios (Guaíba, Gaúcha, Farroupilha, Bandeirantes, Globo, Jornal do Comércio, Cidade FM, Sucesso e Pampa); revistas nacionais Veja e Isto É; e para a Empresa Brasileira de Notícias (EBN), perfazendo um atendimento diário de 33 órgãos de imprensa.

Foram distribuídas 22.547 cópias fotográficas a jornais da capital, interior e nacionais, bem como a Governadores, a deputados, prefeitos, vereadores, comissões, federações e pessoas recebidas em audiência pelo Governador, pela Presidente do Conselho de Apoio a Ações Comunitárias e Chefes das Casas Civil e Militar. Excepcionalmente, foram cobertas solenidades nas diversas Secretarias e órgãos vinculados, por solicitação de seus titulares.

A Assessoria de Comunicação Social enviou 634 reportagens a seis emissoras de TV da Capital e produziu 3.813 notícias distribuídas por telex, malote ou telefone aos 219 jornais e 204 emissoras de rádio AM e FM do interior do Estado.

Também neste período a Assessoria de Comunicação Social produziu e distribuiu: 1.817 sinopses do noticiário radiofônico; 184 sinopses de jornais do interior; 315 sinopses de jornais da Capital; 335 taxações de notícias de jornais nacionais; 315 taxações de notícias de jornais da Capital; 235 edições do programa "O Rio Grande em Sua Casa", gerado pela Rádio Guaíba e transmitido por mais de uma centena de emissoras do interior. O programa "O Rio Grande em Sua Casa", divulgou, além do noticiário do Gabinete do Governador, notícias de todas as Secretarias de Estado e de suas vinculadas e as atividades do Gabinete da Presidente do Conselho de Apoio a Ações Comunitárias.

Foram feitos na Assessoria de Comunicação Social 798 gravações de declarações, entrevistas e atos de que participou o Governador; 36 gravações do programa "Os Gaúchos e o Governador Simon", transmitido, aos sábados, pela Rádio Gaúcha; 191 sinopses do programa "Bom Dia Rio Grande"; 191 sinopses do programa "Bom Dia Brasil".

A sala de imprensa, localizada junto ao Gabinete do Governador atendeu: 679 repórteres de jornais e revistas; 516 repórteres de TVs e Rádios; 316 fotógrafos e 960 cinegrafistas e auxiliares de TV.

Na área de publicidade, coube à Assessoria coordenar a adequação da comunicação publicitária e promocional da Administração Direta e da Indireta às diretrizes do Governo; a distribuição e aplicação dos recursos em divulgação, por parte dos órgãos da Administração Direta e Indireta nos veículos de Comunicação Social, editados no Rio Grande do Sul e em outros Estados; e supervisão das peças promocionais de responsabilidade do Gabinete do Governador e do Gabinete da Presidente do Conselho de Apoio a Ações Comunitárias, abrangendo a análise e a elaboração de 243 pareceres a processos sobre publicidade.

2.22.5 — CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA SOCIAL

O Conselho Estadual de Política Social foi criado objetivando atender à população de baixa renda através de três programas básicos: — habitação, através da reforma ou construção de baixo custo; — regularização fundiária; — infra-estrutura, através de obras de saneamento, construção de vias e fornecimento de luz e água.

Durante o ano de 1987 o Conselho teve como atividades básicas a organização da Secretaria Executiva, preparação e início do processo de implementação do Programa Integrado de Melhoria Social (PIMES).

A preparação e início de implementação do PIMES se fez pela definição do orçamento para o exercício de 1988 e por convênios firmados com vários órgãos e instituições conforme destacado abaixo:

- Legião Brasileira de Assistência visando à reforma, ampliação e construção de 61 creches em 61 municípios, totalizando Cz\$ 26 milhões;
- Secretaria de Assuntos Comunitários objetivando a construção de 30 creches no valor de Cz\$ 9 milhões;
- Universidade de Campinas e Prefeitura de Canoas para protótipo de casa e creche com tecnologia construtiva desenvolvida pelo Laboratório de Habitação da Universidade de Campinas e treinamento/repasso de tecnologia para técnicos municipais no Rio Grande do Sul. O treinamento prevê o envolvimento de 20 Prefeituras;
- Universidade de Campinas e Prefeitura de Veranópolis tendo como metas a construção de 40 casas e uma creche com tecnologia desenvolvida pelo Laboratório de Habitação da Unicamp no valor de Cz\$ 6,5 milhões;
- Empresa Brasileira de Transportes Urbanos para elaboração de estudos preparatórios à celebração de convênio com o Banco Mundial no valor de Cz\$ 20 milhões.

Como metas para os próximos três anos o PIMES pretende alcançar a regularização de 46.400 lotes, a construção de 58.000 unidades habitacionais de baixo custo, o saneamento de 58.000 domicílios e a construção de 300 centros de atenção à infância.

O Programa terá como fontes de financiamento o Orçamento do Estado, repasse de agências federais (LBA, Secretaria de Ações Comunitárias e Ministério de Desenvolvimento Urbano) e o Banco Mundial.

O montante de recursos que o Programa envolve para os próximos três anos é de Cz\$ 21 bilhões.

2.22.6 — SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS INTERNACIONAIS (SEAI)

O atual Governo criou a Secretaria Especial para Assuntos Internacionais. Não se trata de fazer diplomacia afeta à esfera federal, através do Ministério das Relações Exteriores, nem tampouco de cuidar da segurança territorial, que é tarefa militar. No entanto, as dimensões continentais do Brasil tornam claras as especificidades dos interesses regionais dentro das diretrizes globais de política externa. Tanto mais quando se fala no Rio Grande do Sul — um estado particularmente internacionalista por características históricas, geográficas, culturais e econômicas.

A marcada inserção gaúcha no contexto platino, sendo o último estado brasileiro a fazer parte da Federação; sua fronteira viva com o Uruguai e a Argentina; de outra parte, sua cultura notadamente européia em algumas regiões; sua abertura internacional através da iniciativa privada, como estado exportador — são características que tornam imperativo pensar um futuro diferente em termos de cooperação internacional quando se redefine as diretrizes de desenvolvimento do Rio Grande do Sul.

Sendo basicamente um organismo de concepção, a Secretaria Especial para Assuntos Internacionais mantém constante entrosamento com as demais secretarias estaduais, para a execução dos projetos elaborados. Também atua conjuntamente com organismos federais, regionais e estaduais para estudos técnicos, levantamentos e elaboração de projetos. Seguindo método de administração participativa do atual governo estadual, têm como consultores permanentes as prefeituras, entidades de classe, entidades culturais e outros setores sociais eventualmente envolvidos nos programas em andamento. A SEAI mantém um vínculo permanente com o Itamaraty e junto a ele procura agilizar ações federais de interesse do estado. Também desenvolve diretamente negociações internacionais, no que se refere à captação de recursos para o Estado e ao incremento de cooperação comercial, tecnológica e cultural. Nesses contatos se incluem países da Europa Ocidental e, mais recentemente, os países socialistas que integram o COMECON. A busca de cooperação na área da cultura tem como ponto de partida a preocupação de resgatar o mosaico cultural gaúcho.

A SEAI pautou suas ações segundo as áreas que seguem:

- inserção do Rio Grande do Sul na política de integração dos países da Bacia do Prata;
- cooperação financeira, comercial e tecnológica com países industrializados para sustentação dos projetos de desenvolvimento do Estado;
- cooperação na área cultural, visando à reconstituição do mosaico cultural gaúcho e incentivo às manifestações culturais e artísticas regionais;
- cooperação nas áreas do ensino superior e de pesquisa, para intercâmbio técnico e de pessoal, bem como para a criação de entidades internacionais.

Neste sentido promoveu as seguintes atividades:

- elaboração dos protocolos regionais fronteiros;
- gestões para inclusão do Rio Grande do Sul nas comissões e subcomissões do Itamaraty para as áreas de fronteira;
- criação da Comissão Estadual para o Desenvolvimento Integrado da Fronteira (CEDIF);
- estudo de Integração Econômica da Fronteira Brasil-Uruguai;

- estudos para instalação de um Distrito Industrial Trinacional (Brasil, Argentina e Uruguai);
- estudos para proporcionar a implantação do Gasoduto Brasil-Argentina;
- estudos com vistas à ligação Atlântico-Pacífico;
- elaboração de estatuto jurídico-administrativo comum para a fronteira internacional;
- criação do Fórum-Sul, buscando uma atuação coordenada dos estados sulinos (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) nas suas relações com Argentina e Uruguai;
- cooperação técnico-financeira com o Governo Federal da Alemanha Ocidental para o desenvolvimento de projetos na área social no Rio Grande do Sul;
- retomada de negociações com o Governo Francês para o desenvolvimento da fase III da Usina de Candiota;
- início de negociações com o Governo Federal Alemão para instalação de duas cervejarias artesanais nos municípios de Santa Cruz e Feliz;
- cooperação técnica com a Organização Panamericana de Saúde, com o Uruguai e Argentina para combate de febre aftosa;
- articulação da participação gaúcha na primeira Exposição de Intercâmbio Bilateral Brasil-Argentina (ABRA);
- conversações com vistas à abertura de novos mercados, em especial, os da área do COMECOM;
- estabelecimento do pluralismo do ensino de idiomas nas escolas públicas estaduais;
- realização de protocolo de intenções celebrado com a Universidade de Santa Maria com vistas a ações conjuntas nas áreas técnico-científica e cultural;
- projeto de criação do Instituto Binacional de Ensino em Sant'Ana do Livramento;
- projeto de criação, em Porto Alegre, do Centro Internacional de Estudos relativos à Bacia do Prata.